

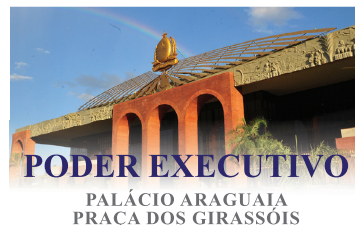


Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXIV - ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022 Nº 6033



ATOS LEGISLATIVOS

LEI Nº 3.882, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera a Lei n. 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, para conceder revisão geral anual, referente ao período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo,

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo II à Lei nº 3.472, de 27 de maio de 2019, passa a vigorar conforme o Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

SUMÁRIO

ATOS LEGISLATIVOS	1
ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	4
CASA CIVIL	6
CASA MILITAR	6
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	8
POLÍCIA MILITAR	9
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	17
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	17
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	17
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA	18
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	19
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	21
SECRETARIA DA FAZENDA	23
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	44
SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS	47
SECRETARIA DA SAÚDE	49
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	67
AGETO	75
AMETO	80
AEM	81
ATR	82
ATS	83
TOCANTINS PARCERIAS	83
JUCETINS	84
UNITINS	84
TRIBUNAL DE CONTAS	87
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	87
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	92

ANEXO ÚNICO À LEI Nº 3.882, de 18 de fevereiro de 2022.

Cargo: Auxiliar Ministerial (em extinção)		
Classe	Padrão	Valor em R\$
AA	1	2.092,08
	2	2.264,68
	3	2.326,96
	4	2.390,95
	5	2.456,70
	6	2.524,26
AB	1	2.663,10
	2	2.736,33
	3	2.811,58
	4	2.888,90
	5	2.968,34
	6	3.049,97
	7	3.133,85
	8	3.220,03
	9	3.308,58
AC	1	3.490,55
	2	3.586,54
	3	3.685,17
	4	3.786,51
	5	3.890,64
	6	3.997,64
	7	4.107,57
	8	4.220,53
	9	4.336,59
	10	4.455,85
	11	4.578,39
	12	4.704,29

Cargo: Auxiliar Ministerial Especializado (em extinção)		
Classe	Padrão	Valor em R\$
BA	1	2.797,19
	2	3.027,96
	3	3.111,23
	4	3.196,79
	5	3.284,70
	6	3.375,03
BB	1	3.560,66
	2	3.658,58
	3	3.759,19
	4	3.862,57
	5	3.968,79
	6	4.077,93
	7	4.190,07
	8	4.305,30
	9	4.423,69
BC	1	4.667,00
	2	4.795,34
	3	4.927,21
	4	5.062,71
	5	5.201,93
	6	5.344,99
	7	5.491,97
	8	5.643,00
	9	5.798,19
	10	5.957,64
	11	6.121,47
	12	6.289,81

Cargo: Motorista (em extinção)		
Classe	Padrão	Valor em R\$
CA	1	3.502,31
	2	3.791,26
	3	3.895,51
	4	4.002,64
	5	4.112,71
	6	4.225,81
CB	1	4.458,23
	2	4.580,83
	3	4.706,81
	4	4.836,25
	5	4.969,24
	6	5.105,90
	7	5.246,31
	8	5.390,58
CC	9	5.538,82
	1	5.843,46
	2	6.004,15
	3	6.169,27
	4	6.338,92
	5	6.513,24
	6	6.692,36
	7	6.876,40
	8	7.065,50
	9	7.259,80
	10	7.459,44
	11	7.664,58
	12	7.875,35

Cargo: Motorista Profissional		
Classe	Padrão	Valor em R\$
DA	1	4.106,69
	2	4.445,49
	3	4.567,74
	4	4.693,36
	5	4.822,42
	6	4.955,04
DB	1	5.227,57
	2	5.371,32
	3	5.519,04
	4	5.670,81
	5	5.826,76
	6	5.986,99
	7	6.151,63
	8	6.320,80
DC	9	6.494,63
	1	6.851,83
	2	7.040,26
	3	7.233,86
	4	7.432,80
	5	7.637,20
	6	7.847,22
	7	8.063,02
	8	8.284,75
	9	8.512,58
	10	8.746,68
	11	8.987,21
	12	9.234,36

Cargo: Técnico Ministerial		
Classe	Padrão	Valor em R\$
EA	1	4.106,69
	2	4.445,49
	3	4.567,74
	4	4.693,36
	5	4.822,42
	6	4.955,04
EB	1	5.227,57
	2	5.371,32
	3	5.519,04
	4	5.670,81
	5	5.826,76
	6	5.986,99
	7	6.151,63
	8	6.320,80
C	9	6.494,63
	1	6.851,83
	2	7.040,26
	3	7.233,86
	4	7.432,80
	5	7.637,20
	6	7.847,22
	7	8.063,02
	8	8.284,75
	9	8.512,58
	10	8.746,68
	11	8.987,21
	12	9.234,36

Cargo: Técnico Ministerial Especializado		
Classe	Padrão	Valor em R\$
FA	1	4.571,60
	2	4.948,76
	3	5.084,85
	4	5.224,68
	5	5.368,36
	6	5.515,99
FB	1	5.819,37
	2	5.979,40
	3	6.143,84
	4	6.312,79
	5	6.486,39
	6	6.664,77
	7	6.848,05
	8	7.036,37
FC	9	7.229,87
	1	7.627,52
	2	7.837,27
	3	8.052,80
	4	8.274,25
	5	8.501,79
	6	8.735,59
	7	8.975,82
	8	9.222,65
	9	9.476,28
	10	9.736,87
	11	10.004,64
	12	10.279,77

Cargo: Oficial de Diligências		
Classe	Padrão	Valor em R\$
GA	1	5.656,37
	2	6.123,02
	3	6.291,41
	4	6.464,42
	5	6.642,19
	6	6.824,85



WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

DEOCLECIANO GOMES FILHO
Secretário-Chefe da Casa Civil

DISNÉA DIAS SERAFIM
Diretora do Diário Oficial do Estado

GB	1	7.200,22
	2	7.398,23
	3	7.601,68
	4	7.810,72
	5	8.025,52
	6	8.246,22
	7	8.472,99
	8	8.706,00
	9	8.945,41
GC	1	9.437,41
	2	9.696,94
	3	9.963,60
	4	10.237,60
	5	10.519,14
	6	10.808,41
	7	11.105,65
	8	11.411,05
	9	11.724,85
	10	12.047,29
	11	12.378,59
	12	12.719,00

Cargo: Analista Ministerial		
Classe	Padrão	Valor em R\$
HA	1	7.472,61
	2	8.089,10
	3	8.311,55
	4	8.540,12
	5	8.774,97
	6	9.016,28
HB	1	9.512,18
	2	9.773,76
	3	10.042,54
	4	10.318,71
	5	10.602,47
	6	10.894,04
	7	11.193,63
	8	11.501,45
	9	11.817,74
HC	1	12.467,72
	2	12.810,58
	3	13.162,87
	4	13.524,85
	5	13.896,78
	6	14.278,95
	7	14.671,62
	8	15.075,09
	9	15.489,65
	10	15.915,62
	11	16.353,30
	12	16.803,01

Cargo: Analista Ministerial Especializado		
Classe	Padrão	Valor em R\$
IA	1	8.867,34
	2	9.598,90
	3	9.862,87
	4	10.134,10
	5	10.412,78
	6	10.699,13
IB	1	11.287,59
	2	11.598,00
	3	11.916,94
	4	12.244,66
	5	12.581,38
	6	12.927,37
	7	13.282,88
	8	13.648,15
	9	14.023,48

IC	1	14.794,77
	2	15.201,63
	3	15.619,67
	4	16.049,21
	5	16.490,57
	6	16.944,06
	7	17.410,02
	8	17.888,79
	9	18.380,74
	10	18.886,21
	11	19.405,58
	12	19.939,23

LEI Nº 3.883, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera a Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências, para conceder a revisão geral anual da remuneração dos cargos de direção, chefia e assessoramento, bem como das funções de confiança, referente ao período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo,

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos II e IV da Lei n. 3.464, de 25 de abril de 2019, passam a vigorar conforme os Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO I DA LEI Nº 3.883, de 18 de fevereiro de 2022.

CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO MINISTERIAL - DAM				
SÍMBOLO	NÍVEL	VENCIMENTO R\$	GRATIFICAÇÃO R\$	TOTAL R\$
Diretor Geral	-	16.213,27	5.404,41	21.617,68
DAM	7	12.561,83	4.187,27	16.749,10
DAM	6	10.022,75	3.340,93	13.363,68
DAM	5	8.254,01	2.751,34	11.005,35
DAM	4	6.485,32	2.161,78	8.647,09
DAM	3	4.716,59	1.572,20	6.288,79
DAM	2	3.832,17	1.277,39	5.109,56
DAM	1	3.537,45	1.179,15	4.716,60

ANEXO II DA LEI Nº 3.883, de 18 de fevereiro de 2022.

FUNÇÕES DE CONFIANÇA		
SÍMBOLOS, NÍVEIS E REMUNERAÇÃO		
SÍMBOLO	NÍVEL	Valor R\$
FC	5	3.340,90
FC	4	2.960,96
FC	3	1.996,44
FC	2	1.692,00
FC	1	1.339,48

LEI Nº 3.884, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Acresce o inciso IV ao *caput* do art. 142 da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outra providência.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo,

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do art. 142 da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 142.

IV - tempo de contribuição em razão de mandato eletivo, o qual será computado após o retorno do militar ao serviço ativo para fins de inatividade, observado o disposto no §9º-A do art. 201 da Constituição Federal.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º É revogado o art. 147 da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**DECRETO Nº 6.409, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.**

Declara facultativo o ponto nas datas que especifica.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso II, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º É facultativo o ponto nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2022, respectivamente, segunda e terça-feira de Carnaval.

Parágrafo único. Cabe aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 6.410, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera o Decreto 5.559, de 9 de janeiro de 2017, que instituiu a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins - CEZEE.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto na Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, alterada pela Medida Provisória nº 2, de 4 de fevereiro de 2022,

D E C R E T A:

Art. 1º O Decreto nº 5.559, de 9 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º É instituída a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico - CEZEE, no âmbito da Secretaria do Planejamento e Orçamento, com as seguintes competências:

Art. 3º A CEZEE É composta pelos seguintes membros:

I - Secretaria do Planejamento e Orçamento, na função de Presidente;

II - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura;

III - Secretaria da Fazenda;

IV - Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação;

V - Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços;

VI - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

VII - Secretaria da Cultura e Turismo;

VIII - Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;

IX - Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS

X - Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS;

XI - Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS.

§1º

II - são designados por ato do Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento.

§2º O Secretário-Executivo da CEZEE é indicado pelo Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento.

§4º A convite, para manifestação sobre temas concernentes a uma dada área técnica ou especialidade de atuação, podem participar das reuniões da CEZEE:

I - representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, da sociedade civil organizada;

II - especialistas e técnicos, aos quais também é permitido compor Câmaras Técnicas, desenvolvendo atividades relativas à respectiva área de atuação, enquanto consultores especialistas.

Art. 4º Cabe à Secretaria do Planejamento e Orçamento fornecer o suporte de natureza técnico-administrativa necessário ao funcionamento da CEZEE.

.....” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Sergislei Silva de Moura
Secretário de Estado do
Planejamento e Orçamento

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 6.411, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera o Decreto 5.459, de 5 de julho de 2016, que instituiu o Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins - SCE.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto na Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, alterada pela Medida Provisória nº 2, de 4 de fevereiro de 2022,

D E C R E T A:

Art. 1º O Decreto 5.459, de 5 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“
.....

Art. 6º
.....

I - das Secretarias:

a) do Planejamento e Orçamento;

b) da Agricultura, Pecuária e Aquicultura;

c) da Fazenda;

d) da Indústria, Comércio e Serviços;

e) da Infraestrutura, Cidades e Habitação;

f) do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

g) da Saúde;

h) da Segurança Pública;

.....
V - Universidade Estadual do Tocantins - Unitins;

.....
§1º A Comissão será presidida pelo representante da Secretaria do Planejamento e Orçamento.

.....
.....

Art. 13. A CECAR disponibilizará o PCE no Portal da Secretaria do Planejamento e Orçamento.

.....
.....

Art. 15. Incumbe ao Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento baixar os atos necessários à execução do disposto neste Decreto.

.....”(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Sergislei Silva de Moura
Secretário de Estado do
Planejamento e Orçamento

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 457 - DSG.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

os servidores adiante indicados para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-3, na Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, a partir das seguintes datas:

1. DÉBORA JANETH BISPO RODRIGUES MOLLO, matrícula 1078259-2, 10 de fevereiro de 2022;
2. LAURENTINO RAMOS FILHO, matrícula 11228385-1, 3 de fevereiro de 2022.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 458.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

TORNAR SEM EFEITO

o Ato nº 1.205 - NM, de 30 de setembro de 2021, publicado na edição 5.939 do Diário Oficial do Estado, que nomeia JOSÉ RODRIGUES RIBEIRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuído, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 459 - NM.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

N O M E A R

GLEYCIMEIRE FERREIRA DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado IV - CA-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TOCANTINS.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 460 - DSG.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

D E S I G N A R

a servidora MARIA APARECIDA PEREIRA DE BRITO OLIVEIRA, matrícula 11150211-2, para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-2, no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/TO.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 461 - NM.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições da Chefia do Poder Executivo, consoante o disposto no art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

FILIPPE MOTTA VIEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Assuntos Habitacionais - DAI-1, da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, a partir de 15 de fevereiro de 2022.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022; 201º da Independência, 134º da República e 34º do Estado.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

PORTARIA CCI Nº 303 - CSS, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

ao Município de Formoso do Araguaia a Motorista REGIS ANTÔNIO MARQUES, matrícula 11233770-1, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2022, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 339 - CSS, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 43, de 24 de outubro de 2017, resolve

C E D E R

ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins o Assistente Administrativo LUCIVAN GONÇALVES GAMA, matrícula 720670-3, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2022, com ônus para a origem.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 340 - EX, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

CLÁUDIO GOMES DIAS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Assuntos Habitacionais - DAI-1, da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, a partir de 15 de fevereiro de 2022.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 341 - EX, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

HENRIQUE VIEIRA LOPES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação - DAI-2, da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, a partir de 31 de janeiro de 2022.

Deocleciano Gomes Filho
Secretário-Chefe

CASA MILITAR

PORTARIA GAF/CAMIL Nº 013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, da Constituição do Estado do Tocantins, consoante ao Ato nº 1.313 - DSG, publicado no DOE nº 5.955, de 26/10/2021; em conformidade com o art. 67, da Lei 8.666, de 21/06/1993, à Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2008, de 07/05/2008 e Decreto nº 6.237, de 31 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR, a partir de 16 de novembro de 2021 a Policial Militar 2º TEN QOA RG 04.493/1 GEUZIMÁ MIRANDA NUNES BRAGA, para acompanhamento e fiscalização dos contratos abaixo relacionados:

Contrato nº 001/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00033, firmado com a empresa TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 60.924.040/0001-51, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos com blindagem, para atender as necessidades da Casa Militar;

Contrato nº 002/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00040, firmado com a empresa LOCADORA E COMER. DE VEÍCULOS ARAGUAIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.419.973/0001-22, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos para atender a frota de veículos da Casa Militar;

Contrato nº 003/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00040, firmado com a empresa CS BRASIL FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.595.780/0001-16, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos, para atender a frota de veículos da Casa Militar;

Contrato nº 001/2020, vinculado ao Processo nº 2020/09070/0008, firmado com a empresa GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.217.208.0001/74, cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento, implantação e operação de um sistema informatizado/integrado com utilização de cartão magnético via WEB, para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol, diesel comum e diesel S-10), através da rede de postos credenciados pela Contratada, para atender a frota de veículos da Casa Militar - CAMIL e a serviço desta;

Contrato nº 001/2021, vinculado ao Processo nº 2020/09070/00019 firmado com a empresa VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.817.702/0001-50, cujo objeto é a prestação de serviços de lavagem de veículos através de Sistema via WEB próprio da contratada, orçamento de serviços especializados de manutenção através da rede de estabelecimentos credenciados, para atender a frota de veículos da Casa Militar - CAMIL;

Art. 2º DISPENSAR, a partir de 16 de novembro de 2021, a referida militar do exercício do encargo de Fiscal Setorial do Contrato nº 109/2021, Processo de Contratação SECAD: 2021/23000/00966, Processo de Execução orçamentário/financeira 2021/09070/00018 oriundo da Casa Militar com a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, destinado ao Serviço de gerenciamento de frota, compreendendo a intermediação para fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos dos Órgãos e Entidades pertencentes à estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de novembro de 2021.

Art. 4º Publique-se em Boletim Geral - BG e remata-se ao Diário Oficial do Estado - DOE.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR - CAMIL, em Palmas-TO, aos 20 dias do mês dezembro de 2021.

MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA - CEL QOPM
Secretário-Chefe da Casa Militar

PORTARIA GAF/CAMIL Nº 014, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, da Constituição do Estado do Tocantins, consoante ao Ato nº 1.313 - DSG, publicado no DOE nº 5.955, de 26/10/2021; em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666, de 21/06/1993, à Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2008, de 07/05/2008 e Decreto nº 6.237, de 31 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16 de novembro de 2021, o servidor GENIVALDO DA SILVA RODRIGUES, Mat. 542407-2, para o acompanhamento e fiscalização dos contratos abaixo relacionados:

• Contrato nº 001/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00033, firmado com a empresa TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 60.924.040/0001-51, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos com blindagem, para atender as necessidades da Casa Militar;

• Contrato nº 002/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00040, firmado com a empresa LOCADORA E COMER. DE VEÍCULOS ARAGUAIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.419.973/0001-22, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos para atender a frota de veículos da Casa Militar;

• Contrato nº 003/2019, vinculado ao Processo nº 2019/09070/00040, firmado com a empresa CS BRASIL FROTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.595.780/0001-16, cujo objeto é a prestação de serviços de Locação de veículos, para atender a frota de veículos da Casa Militar;

• Contrato nº 001/2020, vinculado ao Processo nº 2020/09070/0008, firmado com a empresa GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.217.208.0001/74, cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento, implantação e operação de um sistema informatizado/integrado com utilização de cartão magnético via WEB, para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol, diesel comum e diesel S-10), através da rede de postos credenciados pela Contratada, para atender a frota de veículos da Casa Militar - CAMIL e a serviço desta;

• Contrato nº 001/2021, vinculado ao Processo nº 2020/09070/00019 firmado com a empresa VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.817.702/0001-50, cujo objeto é a prestação de serviços de lavagem de veículos através de Sistema via WEB próprio da contratada, orçamento de serviços especializados de manutenção através da rede de estabelecimentos credenciados, para atender a frota de veículos da Casa Militar - CAMIL.

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar a contratada para providências cabíveis;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do final da vigência;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais nas condições estabelecidas no instrumento contratual;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - exigir que a contratada repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93;

X - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

XI - comunicar à Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade pela contratada.

Art. 3º DESIGNAR a Policial Militar 2º SGT QPPM Hortência Rodrigues Maia dos Anjos, Mat. 498551, como substituta, para acompanhamento e fiscalização dos citados contratos, nos impedimentos e afastamentos legais do Fiscal Titular;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de novembro de 2021.

Art. 5º Publique-se em Boletim Geral - BG e remata-se ao Diário Oficial do Estado - DOE.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR - CAMIL, em Palmas-TO, aos 20 dias do mês dezembro de 2021.

MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA - CEL QOPM
Secretário-Chefe da Casa Militar

PORTARIA Nº 015/2021.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, da Constituição do Estado do Tocantins, consoante Ato nº 1.313 - DSG, publicado no DOE nº 5.955, de 26/10/2021; em conformidade com o disposto no inciso IV, §1º, do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins e no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com fulcro nas cláusulas 11ª e 12ª do Contrato nº 109/2021/GECEC/SECAD;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 16 de novembro de 2021, o servidor GENIVALDO DA SILVA RODRIGUES - Matrícula nº 542407-2, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Gestor de Contrato em substituição ao gestor designado na Portaria nº 008/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.934, de 23/09/2021, permanecendo os demais servidores nas respectivas funções de Fiscal Setorial Titular e Suplente, conforme segue:

Contrato	Processo nº	Contratada	Objeto
109/2021	Processo de Contratação SECAD: 2021/23000/00966. Processo de Contratação CAMIL: 2021/09070/00018.	TICKET SOLUÇÕES HDFTG S/A	Serviço de gerenciamento de frota, compreendendo a intermediação para fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos, por meio de uma rede credenciada de estabelecimentos comerciais, para atendimento das demandas dos Órgãos e Entidades pertencentes à estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Tocantins constante da Lei Estadual nº 3.421/2019 e suas alterações.
Fiscal Setorial do Contrato		Titular:	HORTÊNCIA RODRIGUES MAIA DOS ANJOS Matrícula nº 498551.
		Suplente:	JOVELINA DE PAIVA MOREIRA NUNES Matrícula nº 825697.
Gestor Setorial do Contrato		Genivaldo da Silva Rodrigues - Matrícula nº 542407-2.	

Art. 2º São atribuições do Fiscal Setorial, Titular e Suplente:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências adotadas frente às inconsistências verificadas e o resultado dessas medidas;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, comunicando imediatamente, por meio de relatório, o Gestor do Contrato para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva em relação ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93;

XI - comunicar ao Gestor do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas pela contratada, passíveis de penalidade;

XII - reportar-se, para dirimir questões técnicas relacionadas à execução do objeto, ao fiscal central do contrato, designado por ato do Secretário de Estado da Administração.

XIII - o fiscal suplente atuará como fiscal do contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à ao Setor de Contratos;

II - verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

III - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

IV - zelar para que o início da prestação de serviços e seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

V - comunicar à autoridade competente eventual atraso na execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VI - comunicar formalmente ao gestor da pasta, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, na forma do §2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

VII - reportar-se, para dirimir questões técnicas relacionadas à execução do objeto, ao gestor central do contrato, designado por ato do Secretário de Estado da Administração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de novembro de 2021.

Art. 5º Publique-se em Boletim Geral - BG e remata-se ao Diário Oficial do Estado - DOE.

Palmas - TO, aos 20 dias do mês de dezembro de 2021.

MÁRCIO ANTÔNIO BARBOSA DE MENDONÇA - CEL QOPM
Secretário-Chefe da Casa Militar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

PORTARIA Nº 072/2022/DAREH, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera Bombeiro Militar a pedido e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 7º, da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021, c/c com o art. 68, item III, alínea "j", art. 132, item II e parágrafo único, art. 133, inciso I, e art. 160, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012,

Considerando a manifestação firmada pelo solicitante, através do Requerimento 003/2022, datado de 17 de fevereiro de 2022, de não mais pertencer ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o AL SD QPBM RG 00.653-22 FABIO DOS SANTOS BARROS, a partir de 17 de fevereiro de 2022, devendo recolher todo material pertencente à Fazenda Pública Estadual.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM
Comandante-Geral

PORTARIA Nº 073/2022/DAREH, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

Convoca candidato para apresentar a documentação exigida para inclusão e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista os concursos regulados pelo Edital nº 1 - CFO/CFP/CBMT, de 8 de fevereiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 6.342, de 17 de novembro de 2021, publicado Diário Oficial 5.967, de 17 de novembro de 2021,

Art. 1º CONVOCAR, o candidato MAXWELL MESSIAS ALVES LOPES 10012455 para, perante a Diretoria de Administração e Gestão de Pessoas, apresentar os documentos exigidos no art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único. Os documentos devem ser apresentados no Quartel do Comando-Geral, em Palmas-TO, sito à Av. NS 05 com Av. LO 09, s/nº, Quadra 403 Sul, no dia 18 de fevereiro de 2022, das 08 às 12 horas, para a formalização dos processos para fins de inclusão e posse nos quadros da Corporação.

Art. 2º Para fins de formalização do processo de inclusão e posse, o candidato deve apresentar os seguintes documentos originais, acompanhados de uma cópia autenticada em cartório:

I - Foto 3X4, recente;

II - CPF, se não constar no RG deve ter a cópia ou comprovante emitido no site da Receita Federal;

III - Comprovante de endereço contendo CEP (CEP geral não será aceito), na ausência de comprovante de endereço, servirá a declaração de endereço assinada pelo candidato;

IV - Certidão de Nascimento ou Casamento, se viúvo(a), acompanhar Certidão de Óbito do(a) Cônjuge, se separado ou divorciado, trazer Certidão com Averbação;

V - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), permissão válida para dirigir ou comprovante de aprovação junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), no mínimo na categoria "B";

VI - Comprovante de escolaridade exigido no Edital Nº 1 - CBMT, de 8 de fevereiro de 2021 para o provimento do cargo;

VII - Título Eleitoral;

VIII - Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral, que comprova plenitude do gozo dos direitos políticos e regular exercício do voto (também disponível no site: <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

IX - Comprovante recente, como titular individual de conta corrente, do Banco do Brasil - S/A, em agência situada preferencialmente dentro do Estado do Tocantins, contendo: o número da Agência e Conta;

X - Certificado de Reservista em dia, ou Certificado de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;

XI - Documento com o número de inscrição do PIS/PASEP, preferencialmente extrato obtido junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Não será aceito NIT, Cartão Cidadão ou documento redigido de próprio punho;

XII - Resultado da Consulta de Qualificação cadastral no e-social a ser realizado em: <http://consultacadastral.inss.gov.br>. Conferir este documento com os dados do com comprovante contendo o nº PIS/PASEP;

XIII - Certidões negativas de crimes dos locais onde residiu nos últimos cinco anos:

a) da justiça comum estadual;

b) da justiça militar estadual;

- c) da justiça federal;
- d) da justiça eleitoral.

XIV - Declaração (modelo SECAD) para fins de posse em cargo pública integralmente preenchida e assinada

XV - Declaração de Responsabilidade - COVID-19, preenchida corretamente, datada e assinada, contendo em anexo, se for o caso, cópia do comprovante de vacinação

XVI - Comprovante de tipagem sanguínea.

Art. 3º Em caso de dúvida os candidatos podem fazer contato com a Diretoria de Recursos Humanos do CBMT0 no telefone: 3218-4715.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM
Comandante-Geral
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 074/2022/DAREH, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera Bombeiros Militares a pedido e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, nos termos do art. 7º, da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021, c/c com o art. 68, item III, alínea "j", art. 132, item II e parágrafo único, art. 133, inciso I, e art. 160, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012,

Considerando as manifestações firmadas pelos solicitantes, através dos Requerimentos 004/2022 e 005/2022, datado de 18 de fevereiro de 2022, de não mais pertencer ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o AL SD QPBM RG 00.669-22 EDUARDO AURELIO VIEIRA LIMA - matr. 11765178/1, a partir de 18 de fevereiro de 2022, devendo recolher todo material pertencente à Fazenda Pública Estadual.

Art. 2º EXONERAR a pedido, o AL SD QPBM RG 00.719-22 WANDERSON PINHEIRO DA SILVA - matr. 11763337/1, a partir de 18 de fevereiro de 2022, devendo recolher todo material pertencente à Fazenda Pública Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM
Comandante-Geral
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 075/2022/DAREH, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Convoca candidatos para apresentarem a documentação exigida para inclusão e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista os concursos regulados pelo Edital nº 1 - CFO/CFP/CBMT0, de 8 de fevereiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 6.342, de 17 de novembro de 2021, publicado Diário Oficial 5.967, de 17 de novembro de 2021,

Art. 1º CONVOCAR, os candidatos VINICIUS DE SOUZA BARROS 10015035 e LUCAS BENVINDO GONÇALVES DE SOUSA 10001096 para, perante a Diretoria de Administração e Gestão de Pessoas, apresentarem os documentos exigidos no art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único. Os documentos devem ser apresentados no Quartel do Comando-Geral, em Palmas-TO, sito à Av. NS 05 com Av. LO 09, s/nº, Quadra 403 Sul, no dia 21 de fevereiro de 2022, das 07 às 13 horas, para a formalização dos processos para fins de inclusão e posse nos quadros da Corporação.

Art. 2º Para fins de formalização do processo de inclusão e posse, o candidato deve apresentar os seguintes documentos originais, acompanhados de uma cópia autenticada em cartório:

I - Foto 3X4, recente;

II - CPF, se não constar no RG deve ter a cópia ou comprovante emitido no site da Receita Federal;

III - Comprovante de endereço contendo CEP (CEP geral não será aceito), na ausência de comprovante de endereço, servirá a declaração de endereço assinada pelo candidato;

IV - Certidão de Nascimento ou Casamento, se viúvo(a), acompanhar Certidão de Óbito do(a) Cônjuge, se separado ou divorciado, trazer Certidão com Averbação;

V - Carteira Nacional de Habilitação (CNH), permissão válida para dirigir ou comprovante de aprovação junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), no mínimo na categoria "B";

VI - Comprovante de escolaridade exigido no Edital Nº 1 - CBMT0, de 8 de fevereiro de 2021 para o provimento do cargo;

VII - Título Eleitoral;

VIII - Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral, que comprova plenitude do gozo dos direitos políticos e regular exercício do voto (também disponível no site: <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

IX - Comprovante recente, como titular individual de conta corrente, do Banco do Brasil - S/A, em agência situada preferencialmente dentro do Estado do Tocantins, contendo: o número da Agência e Conta;

X - Certificado de Reservista em dia, ou Certificado de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino;

XI - Documento com o número de inscrição do PIS/PASEP, preferencialmente extrato obtido junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Não será aceito NIT, Cartão Cidadão ou documento redigido de próprio punho;

XII - Resultado da Consulta de Qualificação cadastral no e-social a ser realizado em: <http://consultacadastral.inss.gov.br>. Conferir este documento com os dados do com comprovante contendo o nº PIS/PASEP;

XIII - Certidões negativas de crimes dos locais onde residiu nos últimos cinco anos:

a) da justiça comum estadual;

b) da justiça militar estadual;

c) da justiça federal;

d) da justiça eleitoral.

XIV - Declaração (modelo SECAD) para fins de posse em cargo pública integralmente preenchida e assinada

XV - Declaração de Responsabilidade - COVID-19, preenchida corretamente, datada e assinada, contendo em anexo, se for o caso, cópia do comprovante de vacinação

XVI - Comprovante de tipagem sanguínea.

Art. 3º Em caso de dúvida os candidatos podem fazer contato com a Diretoria de Recursos Humanos do CBMT0 no telefone: 3218-4715.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS - CEL QOBM
Comandante-Geral
Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA Nº 069/2022/DGP/SAMP.

Republicada para correção

Suspende e concede férias de policiais militares por necessidade do serviço e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER 15 (quinze) dias, de 18/01/2022 a 01/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do TEN CEL QOS JACY AZEVEDO DO AMARAL - Mat. 1043188, concedidos por meio da Portaria 876/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021;

Art. 2º CONCEDER 15 (quinze) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao TEN CEL QOS JACY AZEVEDO DO AMARAL - Mat. 1043188, a serem usufruídos no período de 20/07/2022 a 03/08/2022;

Art. 3º SUSPENDER 13 (treze) dias, de 20/01/2022 a 01/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da TEN CEL QOPM SUELI FERREIRA DOS SANTOS VISEU - Mat. 958430, concedidos por meio da Portaria nº 055/2022/DGP SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021;

Art. 4º CONCEDER 13 (treze) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a TEN CEL QOPM SUELI FERREIRA DOS SANTOS VISEU - Mat. 958430, a serem usufruídos no período de 04/07/2022 a 16/07/2022;

Art. 5º SUSPENDER 15 (quinze) dias, de 18/01/2022 a 01/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do MAJ QOS ISMAR DE REZENDE JÚNIOR - Mat. 1012266, concedidos por meio da Portaria 876/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021;

Art. 6º CONCEDER 15 (quinze) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao MAJ QOS ISMAR DE REZENDE JÚNIOR - Mat. 1012266, a serem usufruídos no período de 01/07/2022 a 15/07/2022;

Art. 7º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 03/01/2022 a 01/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da 2º TEN QOAS JOANA DARC DOS SANTOS - Mat. 821552, concedidos por meio da Portaria 876/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021;

Art. 8º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a 2º TEN QOAS JOANA DARC DOS SANTOS - Mat. 821552, a serem usufruídos no período de 01/08/2022 a 30/08/2022;

Art. 9º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 1º SGT QPPM EDENILSON PEREIRA DIAS - Mat. 772516, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 10. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao 1º SGT QPPM EDENILSON PEREIRA DIAS - Mat. 772516, a serem usufruídos no período de 01/06/2022 a 30/06/2022;

Art. 11. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 13/12/2021 a 11/01/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2019, do 1º SGT QPPM OMAR CORTEZ DOS SANTOS - Mat. 518879, concedidos por meio da Portaria 893/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.987, de 15 de dezembro de 2021;

Art. 12. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2019, ao 1º SGT QPPM OMAR CORTEZ DOS SANTOS - Mat. 518879, a serem usufruídos no período de 02/05/2022 a 31/05/2022;

Art. 13. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 2º SGT QPPM LEONARDO ANTÔNIO SILVA PACHÊCO - Mat. 1091727, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 14. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao 2º SGT QPPM LEONARDO ANTÔNIO SILVA PACHÊCO - Mat. 1091727, a serem usufruídos no período de 01/12/2022 a 30/12/2022;

Art. 15. SUSPENDER 10 (dez) dias, de 21/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da CB QPPM DÉBORA DE PAULA BRITO - Mat. 11210435, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 16. CONCEDER 10 (dez) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a CB QPPM DÉBORA DE PAULA BRITO - Mat. 11210435, a serem usufruídos no período de 11/07/2022 a 20/07/2022;

Art. 17. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CB QPPM FLÁVIO DE ANDRADE FERREIRA - Mat. 11209615, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 18. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM FLÁVIO DE ANDRADE FERREIRA - Mat. 11209615, a serem usufruídos no período de 05/03/2022 a 03/04/2022;

Art. 19. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da CB QPPM JULIANA SOUSA PEREIRA - Mat. 11211482, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 20. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a CB QPPM JULIANA SOUSA PEREIRA - Mat. 11211482, a serem usufruídos no período de 01/06/2022 a 30/06/2022;

Art. 21. SUSPENDER 10 (dez) dias, de 21/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da CB QPPM VANESSA SANTOS CAVALCANTE - Mat. 1244604, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 22. CONCEDER 10 (dez) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a CB QPPM VANESSA SANTOS CAVALCANTE - Mat. 1244604, a serem usufruídos no período de 20/06/2022 a 29/06/2022;

Art. 23. Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 2 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 077/2022/DGP/SAMP.

Republicada para correção

Suspende e concede férias de policiais militares por necessidade do serviço e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

Considerando que, por necessidade do serviço, os militares abaixo relacionados não usufruíram suas férias regulamentares referentes ao exercício, conforme especificado abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER 10 (dez) dias, de 21/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CAP QOPM IRENILTON SILVA DA CRUZ - Mat. 42320, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 2º CONCEDER 10 (dez) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CAP QOPM IRENILTON SILVA DA CRUZ - Mat. 42320, a serem usufruídos no período de 05/07/2022 a 14/07/2022;

Art. 3º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 1º SGT QPPM MAURO DE MESQUITA CORREIA - Mat. 871075, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 4º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao 1º SGT QPPM MAURO DE MESQUITA CORREIA - Mat. 871075, a serem usufruídos no período de 01/06/2022 a 30/06/2022;

Art. 5º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da 1º SGT QPPM KELLEN AGUIAR FRAGOSO - Mat. 1059211, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 6º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a 1º SGT QPPM KELLEN AGUIAR FRAGOSO - Mat. 1059211, a serem usufruídos no período de 01/07/2022 a 30/07/2022;

Art. 7º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 2º SGT QPPM AÉCIO VILARINS SILVA - Mat. 48097, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 8º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao 2º SGT QPPM AÉCIO VILARINS SILVA - Mat. 48097, a serem usufruídos no período de 01/08/2022 a 30/08/2022;

Art. 9º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 8 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 080/2022/DGP/SAMP.

Retifica e anula parte de portarias de férias e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

Considerando o Ofício nº 011/2022 - P/1- 8º BPM de 11 de janeiro de 2022, no qual o militar abaixo relacionado, solicita suspensão de suas férias, devido está dispensado do serviço policial militar - SPM, pela Junta Militar Central de Saúde - JMCS, conforme Ata nº 03/2022 de 12/01/2022;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 1º, da Portaria nº 953/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.003, de, 07 de janeiro de 2022, a data de início das férias do militar abaixo relacionado;

Onde se lê:

§1º Lotados no 8º BPM:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	TEN CEL QOPM	DENYURE DE MENEZES CAVALCANTE	49120	10/01/2022	08/02/2022	30

Leia-se:

§1º Lotados no 8º BPM:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	TEN CEL QOPM	DENYURE DE MENEZES CAVALCANTE	49120	21/01/2022	19/02/2022	30

Art. 2º ANULAR os artigos 1º e 2º, da Portaria nº 040/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.019, de 31 de janeiro de 2022, referente a Suspensão e Concessão de 11 dias de férias, referentes ao exercício de 2021, do TEN CEL QOPM DENYURE DE MENEZES CAVALCANTE - Mat. 49120;

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 9 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 081/2022/DGP/SAMP.

Retifica parte de portaria de férias e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR parte da Portaria nº 003/2022/DGP SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022, art. 1º, §25, Item 1, o período de usufruto de férias do militar abaixo relacionado;

Onde se lê:

§25. Lotados no SIOP:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	MAJ QOA	FRANCISCO ANTÔNIO BENEVIDES DE SOUSA	606434	01/02/2022	02/03/2022	30

Leia-se:

§25. Lotados no SIOP:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	MAJ QOA	FRANCISCO ANTÔNIO BENEVIDES DE SOUSA	606434	07/02/2022	08/03/2022	30

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 9 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 082/2022/DGP/SAMP.

Agrega Policiais Militares e adota outras providências

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, c/c art. 24-F, inciso I e o parágrafo único, do art. 24-G e o art. 26, da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; o Decreto nº 6.030, de 30 de dezembro de 2019; art. 107, §1º, inciso II, §9º; art. 121, inciso I, art. 122, incisos I, II e §1º, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

Considerando que os policiais militares requereram suas transferências para a reserva remunerada, após cumprir os requisitos legais e, em decorrência, devem ser agregados e dispensados do serviço policial militar.

RESOLVE:

Art. 1º AGREGAR os policiais militares relacionados abaixo, nas respectivas datas, devendo permanecer agregados até a publicação do ato de suas transferências para a reserva remunerada no Diário Oficial do Estado, a saber:

ORD.	GRAD.	NOME	MAT.	A PARTIR DE
1.	CAP QOA	JOEL ALVES DA LUZ	727894	31/01/2022
2.	CAP QOA	JOSÉ ALBERTINO GUIMARÃES	629811	31/01/2022
3.	CAP QOA	MAXSUEL AIRES ALVES	787155	04/02/2022
4.	CAP QOA	WIRAJAMAR SANTOS COSTA	660805	31/01/2022
5.	2º TEN QOA	HILTON JOSÉ RIBEIRO COELHO	620224	31/01/2022
6.	2º TEN QOA	JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA	750181	31/01/2022
7.	2º TEN QOA	JOSERLÂNDIO NEUDSON PEREIRA	626731	01/02/2022
8.	2º TEN QOA	ZENALDO TEIXEIRA DA SILVA	598218	02/02/2022
9.	SUB TEN QPPM	ADEIR ANES BARBOSA FILHO	579443	31/01/2022
10.	SUB TEN QPPM	ADILTON AIRES FERNANDES	596337	01/02/2022
11.	SUB TEN QPPM	AGNALDO DOS SANTOS FIGUEIRA	687197	31/01/2022
12.	SUB TEN QPPM	ALCIONE FERREIRA SANTOS	548999	01/02/2022

13.	SUB TEN QPPM	ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA NETO	669298	03/02/2022
14.	SUB TEN QPPM	ANTÔNIO LOPES FEITOSA	650228	07/02/2022
15.	SUB TEN QPPM	CLAERTO BRITO DE OLIVEIRA	630291	31/01/2022
16.	SUB TEN QPPM	EDIVALDO GOMES DE BRITO	646638	31/01/2022
17.	SUB TEN QPPM	EUZÉBIO ALVES DOS SANTOS FILHO	558660	07/02/2022
18.	SUB TEN QPPM	FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA ARAÚJO	841540	08/02/2022
19.	SUB TEN QPPM	FRANCISCO SÉRGIO RODRIGUES DE ARAÚJO	456813	31/01/2022
20.	SUB TEN QPPM	JEOMAR ROCHA DE SOUZA	711345	01/02/2022
21.	SUB TEN QPPM	JOÃO BATISTA CRUZ	431993	08/02/2022
22.	SUB TEN QPPM	JOÃO NATAL DE OLIVEIRA CARVALHO MIRANDA	729933	31/01/2022
23.	SUB TEN QPPM	JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS	417017	02/02/2022
24.	SUB TEN QPPM	LAURISLEY ALVES VIEIRA	648775	01/02/2022
25.	SUB TEN QPPM	LOURIVAL DE OLIVEIRA NEGRY	600031	03/02/2022
26.	SUB TEN QPPM	NILZAM FONTES BARROS	653667	01/02/2022
27.	SUB TEN QPPM	OCIVAN PEREIRA ROCHA	748083	31/01/2022
28.	SUB TEN QPPM	OSIRES DA SILVA SOUSA	670010	31/01/2022
29.	SUB TEN QPPM	REINALDO DE SOUSA RAMOS	659694	31/01/2022
30.	SUB TEN QPPM	ROBERTO MENDES DE SOUZA	708360	01/02/2022
31.	SUB TEN QPPM	SALOMAO LIMA DE CARVALHO FILHO	584761	31/01/2022
32.	SUB TEN QPPM	TRINDADE CARVALHO BARBOSA	699928	01/02/2022
33.	SUB TEN QPPM	VANDERLAN GOMES RIBEIRO	750697	01/02/2022
34.	SUB TEN QPPM	VINÍCIUS XAVIER LUSTOSA SOUSA	748526	31/01/2022
35.	SUB TEN QPPM	WELLITON MACEDO ARRUDA	693513	01/02/2022
36.	SUB TEN QPPM	WESLEY CARVALHO DOS SANTOS	721739	31/01/2022

Art. 2º Ressalta-se que os militares agregados ficam adidos ao Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2022.

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 088/2022/DGP/SAMP.

Promove Policiais Militares pelos Critérios de Ressarcimento de Preterição e Bravura, e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, c/c o art. 3º, §1º, art. 21, inciso IV, parágrafo único e art. 25, todos da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012 e art. 85, inciso IV e §1º, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Considerando a Ata 371ª datada de 03 de dezembro de 2021, publicada no Boletim Geral nº 004, de 06 de janeiro de 2022, da Reunião da Comissão de Promoção de Praças.

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, pelo Critério de Ressarcimento de Preterição, a partir de 21 de abril de 2021, à graduação de 2º SARGENTO do Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM, os seguintes Policiais Militares:

ORD.	GRADUAÇÃO	NOME	MAT.
1.	3º SGT QPPM	ANDERSON CÉSAR DA SILVA COSTA	1032321
2.	3º SGT QPPM	KLEBER SOUSA MATOS	886625

Art. 2º PROMOVER, pelo Critério de Bravura, a partir de 03 de dezembro de 2021, à graduação de 3º SARGENTO do Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM, o seguinte Policial Militar:

ORD.	GRADUAÇÃO	NOME	MAT.
1.	CB QPPM	JERSON FEITOSA DA SILVA ALEXANDRINO	11211733

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral, Folha de pagamento e remeta-se para o Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 10 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 092/2022/DGP/SAMP.

Concede férias de policial militar e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2020, a SD 1ª CL QPPM CAMILA DE LIMA DENES - Mat. 11210540, a serem usufruídos no período de 03/03/2022 a 01/04/2022;

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 093/2022/DGP/SAMP.

Retifica parte de portaria de férias e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR parte da Portaria nº 064/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro de 2022, art. 1º, §1º e §4º, Itens 5 e 1, referentes a férias dos militares abaixo relacionados;

Onde se lê:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
5	MAJ QOS	RODRIGO FERNANDO E SOUZA MARTINS	323400	01/03/2022	16/03/2022	16

§4º Lotados no GRAER:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	CB QPPM	ADELSON PEREIRA DOS SANTOS	11208333	01/03/2022	30/03/2022	30

Leia-se:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
5	MAJ QOS	RODRIGO FERNANDO E SOUZA MARTINS	323400	01/03/2022	15/03/2022	15

§4º Lotados no GRAER:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
1	CB QPPM	ADELSON PEREIRA DOS SANTOS	11208333	06/04/2022	05/05/2022	30

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 094/2022/DGP/SAMP.

Promoção de Policial Militar da Reforma Integral em Cumprimento de Sentença Judicial, e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 13, da Lei complementar nº 128, e art. 15, §2º, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Considerando a Ação Judicial nº 0046879-72.2018.8.27.2729, chave nº: S/N, proposta por NEURIMAR GOMES GUIMARÃES em face do Estado do Tocantins, determinou que se dê cumprimento de sentença.

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER por Decisão Judicial, com data retroativa a 03 de dezembro de 2014, à graduação de SUBTENENTE o Policial Militar da Reforma Integral RG. 02.793/2 NEURIMAR GOMES GUIMARAES - Mat. 399990-4.

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 095/2022/DGP/SAMP.

Suspende e concede férias de policiais militares por necessidade do serviço e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

Considerando que, por necessidade do serviço, os militares abaixo relacionados não usufruíram suas férias regulamentares referentes aos exercícios, conforme especificado abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER 15 (quinze) dias, de 08/02/2022 a 22/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do TEN CEL QOPM DELANO LUIZ NORONHA DA SILVA - Mat. 1050168, concedidos por meio da Portaria nº 055/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro de 2022;

Art. 2º CONCEDER 15 (quinze) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao TEN CEL QOPM DELANO LUIZ NORONHA DA SILVA - Mat. 1050168, a serem usufruídos no período de 05/12/2022 a 19/12/2022;

Art. 3º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 11/10/2021 a 09/11/2021, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2020, da 2º TEN QOAS MARIA JOSÉ DA COSTA VIANA Mat. 122595, concedidos por meio da Portaria nº 526/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.886, de 14 de julho de 2021;

Art. 4º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2020, a 2º TEN QOAS MARIA JOSÉ DA COSTA VIANA Mat. 122595, a serem usufruídos no período de 01/03/2022 a 30/03/2022;

Art. 5º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/03/2022 a 30/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do SUB TEN QPPM RONALDO DIAS COUTINHO - Mat. 702873, concedidos por meio da Portaria nº 064/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro de 2022;

Art. 6º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao SUB TEN QPPM RONALDO DIAS COUTINHO - Mat. 702873, a serem usufruídos no período de 01/07/2022 a 30/07/2022;

Art. 7º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/03/2022 a 30/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 1º SGT QPPM SAYNO OLIVEIRA SILVA - Mat. 758635, concedidos por meio da Portaria nº 064/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro de 2022;

Art. 8º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao 1º SGT QPPM SAYNO OLIVEIRA SILVA - Mat. 758635, a serem usufruídos no período de 04/07/2022 a 02/08/2022;

Art. 9º SUSPENDER 22 (vinte e dois) dias, de 11/01/2022 a 01/02/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, da 2º SGT QPPM IVONETE DA SILVA CANTUARIA - Mat. 1044877, concedidos por meio da Portaria nº 876/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021;

Art. 10. CONCEDER 22 (vinte e dois) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, a 2º SGT QPPM IVONETE DA SILVA CANTUARIA - Mat. 1044877, a serem usufruídos no período de 04/07/2022 a 25/07/2022;

Art. 11. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/03/2022 a 30/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CB QPPM EDIVALDO GOMES DE ARAÚJO - Mat. 11206918, concedidos por meio da Portaria nº 064/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro de 2022;

Art. 12. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM EDIVALDO GOMES DE ARAÚJO - Mat. 11206918, a serem usufruídos no período de 02/05/2022 a 31/05/2022;

Art. 13. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CB QPPM FERNANDO SENA DE LIMA - Mat. 1271296, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 14. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM FERNANDO SENA DE LIMA - Mat. 1271296, a serem usufruídos no período de 01/06/2022 a 30/06/2022;

Art. 15. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CB QPPM MAGNO RIBEIRO RODRIGUES - Mat. 61752, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022;

Art. 16. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM MAGNO RIBEIRO RODRIGUES - Mat. 61752, a serem usufruídos no período de 01/12/2022 a 30/12/2022;

Art. 17. SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/03/2022 a 30/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do CB QPPM THIAGO ALVES PEREIRA - Mat. 11209860, concedidos por meio da Portaria nº 064/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.024, de 07 de fevereiro 2022;

Art. 18. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM THIAGO ALVES PEREIRA - Mat. 11209860, a serem usufruídos no período de 05/09/2022 a 04/10/2022;

Art. 19. Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 096/2022/DGP/SAMP.

Concede férias de policial militar e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2017, ao 2º SGT QPPM AVELINO GONZAGA MENDES JÚNIOR - Mat. 606872, suspensos por meio do Boletim Interno - BI nº 006/2018 - GIOE de 29/03/2018, a serem usufruídos no período de 20/12/2023 a 18/01/2024;

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 097/2022/DGP/SAMP.

Retifica parte de portarias de férias e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Considerando que os militares abaixo relacionados não usufruíram suas férias regulamentares referentes ao exercício conforme especificado.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR parte da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022, art. 1º, §1º, Item 3, o período de usufruto de férias do militar abaixo relacionado;

A) Onde se lê:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
3	MAJ QOPM	BRUNO COELHO MENDES	1052624	07/02/2022	08/03/2022	30

B) Leia-se:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
3	MAJ QOPM	BRUNO COELHO MENDES	1052624	28/03/2022	26/04/2022	30

Art. 2º RETIFICAR parte da Portaria nº 876/2021/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.980, de 06 de dezembro de 2021, art. 1º, §1º, Item 64, o período de usufruto de férias do militar abaixo relacionado;

A) Onde se lê:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
64	2º SGT QPPM	EDVALDO DA SILVA	787209	03/01/2022	01/02/2022	30

B) Leia-se:

§1º Lotados no QCG:

ORD.	POST/GRAD.	NOME	MAT.	INICIO	FINAL	DIAS
64	2º SGT QPPM	EDVALDO DA SILVA	787209	26/01/2022	24/02/2022	30

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 16 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 098/2022/DGP/SAMP.

Suspende e concede férias de policiais militares por motivo de saúde e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012;

Considerando que, por motivo de saúde, os militares abaixo relacionados não usufruíram suas férias regulamentares referentes aos exercícios, conforme especificado abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 12/07/2019 a 10/08/2019, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2018, do SUB TEN QPPM WILTON RODRIGUES ARAÚJO - Mat. 808468, concedidos por meio da 255/2019-SAMP/DGP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 5.375, de 10 de junho de 2019, tendo em vista que o referido militar se encontrava dispensado do serviço policial militar - SPM pela Junta Militar Central de Saúde - JMCS, conforme Atas nº 36/2019, de 12/06/2019 e nº 45/2019, de 31/07/2019;

Art. 2º CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2018, ao SUB TEN QPPM WILTON RODRIGUES ARAÚJO - Mat. 808468, a serem usufruídos no período de 01/03/2022 a 30/03/2022;

Art. 3º SUSPENDER 30 (trinta) dias, de 01/02/2022 a 02/03/2022, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, do 2º SGT QPPM HELBERT PAULA DA SILVA SANTOS - Mat. 656139, concedidos por meio da Portaria nº 003/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.001, de 05 de janeiro de 2022, tendo em vista que o referido militar se encontra dispensado do serviço policial militar - SPM, conforme atestado médico de 31/01/2022, ficando assegurado para serem usufruídos de imediato após cessar o afastamento;

Art. 4º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 100/2022/DGP/SAMP.

Exonera *Ex Officio* Policial Militar das fileiras da Corporação e dá outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021, c/c art. 134, inciso I, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, e;

Considerando os direitos e deveres dos Policiais Militares constantes no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Tocantins e na Constituição Federal;

Considerando que o militar em tela tomou posse em outro cargo público de provimento efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o CB QPPM MATHEUS FERNANDES DE BRITO - 11210672, a partir do dia 03 de janeiro de 2022, devendo recolher todo material pertencente à Fazenda Pública Estadual, bem como a identificação funcional utilizada pelo mesmo;

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 102/2022/DGP/SAMP.

Promoção de Policial Militar em Cumprimento de Sentença Judicial, e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 13 da Lei complementar nº 128, e art. 15, §2º, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Considerando a Ação Judicial nº 0022888-05.2019.8.27.2706, chave nº S/N, proposta por RONALDO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR em face do Estado do Tocantins, determinou que se dê cumprimento de sentença proferido.

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER por Decisão Judicial, com data retroativa a 21 de abril de 2019, à graduação de 2º SARGENTO QPPM o 3º SGT QPPM RONALDO GONÇALVES PEREIRA JÚNIOR - Mat. 1043013.

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 16 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 104/2022/DGP/SAMP.

Retifica parte de portaria de férias e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2012 c/c art. 68, alínea "t", art. 86 e art. 87 todos pertencentes à Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.

Considerando Ofício nº 030/2022/P1/6ª CIPM, de 14 de fevereiro de 2022, no qual solicita alteração no mês de usufruto de férias do militar abaixo relacionado.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 10, da Portaria nº 026/2022/DGP/SAMP, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edição nº 6.008, de 14 de janeiro de 2022, o mês de usufruto de férias do militar, conforme especificado:

A) ONDE SE LÊ:

Art. 10. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM FERNANDO FERREIRA DOMINGOS - Mat. 11209682, a serem usufruídos no período de 01/06/2022 a 30/06/2022;

B) LEIA-SE:

Art. 10. CONCEDER 30 (trinta) dias, das férias regulamentares referentes ao exercício de 2021, ao CB QPPM FERNANDO FERREIRA DOMINGOS - Mat. 11209682, a serem usufruídos no período de 18/02/2022 a 19/03/2022;

Art. 2º Publique-se em Boletim Geral e remeta-se para a Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 16 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 105/2022/DGP/SAMP.

Exclui policial militar por falecimento e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do art. 10, da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10 da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2022;

Combinado com o art. 117, inciso IV do art. 118 e art. 119, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre a exclusão do serviço ativo;

Combinado com o inciso I, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019, que excetua da suspensão das progressões os servidores públicos, militares do Estado e policiais civis ativos, portadores das doenças graves, contagiosas, incuráveis, incapacitantes, ou seus eventuais beneficiários de pensão por morte, e;

Combinado com a Certidão de Óbito sob matrícula nº 127456 01 55 2022 4 00025 160 0005349 14, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, do Município de Palmas - TO, data de falecimento em 4 de fevereiro de 2022 e sepultamento no Cemitério Municipal Jardim da Paz, no Município de Palmas - TO.

RESOLVE:

Art. 1º EXCLUIR DO SERVIÇO ATIVO por falecimento, retroativo à data especificada, o policial militar, a saber:

POSTO	NOME	MAT.	RETROATIVO A
2º SGT QPPM	ANAMOM RODRIGUES DE SOUSA	1090860	04/02/2022

Art. 2º PROGREDIR o policial militar nas respectivas referências e datas, a saber:

NOME	MAT.	NÍVEL/REF.	A PARTIR DE
ANAMOM RODRIGUES DE SOUSA	1090860	2SGT-F	01/05/2021
		3SGT-E	01/05/2018

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 17 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 106/2022/DGP/SAMP.

Exclui policial militar por falecimento e adota outras providências.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, do art. 10, da Lei 2.578, de 20 de abril de 2012 e o art. 10, da Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2022;

Combinado com o art. 117, inciso IV do art. 118 e art. 119, da Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre a exclusão do serviço ativo;

Combinado com o inciso I, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019, que excetua da suspensão das progressões os servidores públicos, militares do Estado e policiais civis ativos, portadores das doenças graves, contagiosas, incuráveis, incapacitantes, ou seus eventuais beneficiários de pensão por morte, e;

Combinado com a Certidão de Óbito sob matrícula nº 024729 01 55 2022 4 00412 151 0109174 16, expedida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, do Município e Comarca de Goiânia - GO, data de falecimento em 28 de janeiro de 2022 e sepultamento no Cemitério de Colinas do Tocantins - TO.

RESOLVE:

Art. 1º EXCLUIR DO SERVIÇO ATIVO por falecimento, retroativo à data especificada, o policial militar, a saber:

POSTO	NOME	MAT.	RETROATIVO A
3º SGT QPPM	EDELSON RESPLANDES DA COSTA	1032453	28/01/2022

Art. 2º PROGREDIR o policial militar nas respectivas referências e datas, a saber:

NOME	MAT.	NÍVEL/REF.	A PARTIR DE
EDELSON RESPLANDES DA COSTA	1032453	3SGT-F	01/04/2019

Art. 3º Publique-se em Boletim Geral, remeta-se para Folha de Pagamento e Diário Oficial do Estado.

Quartel do Comando-Geral em Palmas - TO, 17 de fevereiro de 2022.

Julio Manoel da Silva Neto - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2022 - PM/4/DAE

ORDEM DE SERVIÇO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS PARA A EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL MM ENGENHARIA EIRELI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/09030/000504
CONTRATO Nº 50/2021
OBJETO: Construção de alambrado no estacionamento do Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins - QCG/PMTO, alterando a entrada para o público externo.
AUTORIZO a Vossa Senhoria a dar início aos serviços de construção do alambrado no estacionamento do QCG/PMTO em Palmas - TO, em conformidade com o Contrato nº 50/2021. O prazo de execução do objeto contratual será de 02 (dois) meses, contatos a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela PMTO.

Palmas - TO, 09 de fevereiro de 2022.

JÚLIO MANUEL DA SILVA NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 21/2020

PROCESSO Nº 2020/09030/000610.
CONTRATO Nº 21/2020.
CONTRATADO: LOURIVAL CAPONE, CPF: XXX.XXX.581-72.
CONTRATANTE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO.
OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº 21/2020 por mais 12 (doze) meses, com a aplicação do reajuste devidamente pactuado no instrumento original.
VALOR: R\$ 14.390,88 (quatorze mil, trezentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa 06.122.1100.2204, natureza da despesa 339036 e fonte de recurso 500.
DATA DA VIGÊNCIA: Início em 03/01/2022 até 02/01/2023.
DATA DA ASSINATURA: 30/12/2021.
SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO e o Senhor Lourival Capone, Proprietário do Imóvel.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 2020/09030/00399
Contrato nº: 51/2021
CONTRATADO: WD Sinalização Eireli EPP. CNPJ: 07.782.978/0001-00
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins
OBJETO: Aquisição de material de Sinalização Viária.
VALOR: R\$ 143.880,00 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.122.1160.2029, natureza da despesa 33 90 30 e fonte de recurso 630 .
DATA DA VIGÊNCIA: 16/12/2021 a 16/12/2022
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021
SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO e Jorge Eduardo Tannuri - Representante da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 2020/09030/00399
Contrato nº: 52/2021
CONTRATADO: Meta Comércio de Ferragens e Ferramentas Eireli-EPP.
CNPJ: 27.518.373/0001-05
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins
OBJETO: Aquisição de material de Sinalização Viária.
VALOR: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.122.1160.2029, natureza da despesa 33 90 30 e fonte de recurso 630 .
DATA DA VIGÊNCIA: 16/12/2021 a 16/12/2022
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021
SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO e Daniel Arcari - Representante da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 2020/09030/00399
Contrato nº: 53/2021
CONTRATADO: JR Soares COM. de materiais de informática Eireli-EPP.
CNPJ: 32.136.831/0001-81
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins
OBJETO: Aquisição de material de Sinalização Viária.
VALOR: R\$ 74.300,00 (setenta e quatro mil e trezentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.122.1160.2029, natureza da despesa 33 90 30 e fonte de recurso 630 .
DATA DA VIGÊNCIA: 16/12/2021 a 16/12/2022
DATA DA ASSINATURA: 16/12/2021
SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO e Adonias Soares de Brito Junior - Representante da Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 2021/09030/000659
Contrato nº: 54/2021
CONTRATADO: CLARO S/A, CNPJ Nº 40.432.544/0001-47
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins
OBJETO: Contratação de serviços de internet móvel para funcionamento do Sistema Mobile.
VALOR: R\$ 200.112,00 (duzentos mil, cento e doze reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.126.1100.2306, natureza da despesa 339040 e fonte de recurso 630.
DATA DA VIGÊNCIA: início em 20/12/2021 até 20/12/2022.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2021
SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO e Regina Zarife do Nascimento - Representante da Contratada.

EXTRATO DE PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Nº da Portaria: 001/2022
Data da Portaria: 16/02/2022
Nº do Processo: 2022/09030/00062
Concedente: Polícia Militar do Estado do Tocantins
Ordenador de Despesas: CEL QOPM Julio Manoel da Silva Neto - Comandante-Geral da PMTO
Nome do Suprido: 1º TEN QOA Sandris Leia de Souza e Silva Sakai
Responsável pelo Atesto: CAP QOA Ernandes Marinho Nascimento
Classificação Orçamentária: 06.122.1100.2204
Natureza da Despesa: 33 90 39
Valor do Adiantamento: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Prazo de Aplicação: 60 (sessenta) dias, contados a partir da disponibilização do limite no cartão corporativo
Prazo de Prestação de Contas: 15 (quinze) dias após a expiração do prazo de aplicação.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**PORTARIA Nº 33/2022/GABSEC, DE 16/02/2022.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual,

Tendo em vista a necessidade de contratação de serviços continuados de fornecimento de Vale Transporte para os servidores desta Controladoria para o exercício de 2022,

Considerando que o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do SIT - Palmas - SETURB é exclusivo para operar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SIBE, conforme disposto no Decreto Municipal Nº 256, de 09 de novembro de 2006,

Considerando que os serviços de vale transportes fazem parte do rol de serviços essenciais para o funcionamento desta Controladoria, conforme PORTARIA Nº 25/2021/GABSEC, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 que define os serviços contínuos no âmbito da Controladoria-Geral do Estado - CGE/TO,

Considerando que o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do SIT - Palmas - SETURB preenche os requisitos necessários para os procedimentos de inexigibilidade de licitação contidos no *caput*, do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, com a apresentação de toda documentação exigida e que é peculiar,

Considerando, ainda, o Parecer nº 07/2022/ASSEJUR, exarado pela Assessoria Jurídica da Controladora-Geral do Estado, opinando pela legalidade do procedimento de contratação, vinculado ao processo nº 2021/09040/000199,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a inexigibilidade de licitação, com fundamento no *caput*, do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, visando a contratação do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do SIT - Palmas - SETURB, pelo valor total estimado anual de R\$ 2.887,30 (dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**PORTARIA PGE/GAB Nº 012/2022.**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 51, da Constituição do Estado, c/c art. 19, V, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999,

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, a fruição das férias legais da Procuradora PAULA SOUZA CABRAL, número funcional 1081195-1, previstas para o período de 11/02/2022 a 25/02/2022 - 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a procuradora.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022.

ELFAS CAVALCANTE L. A. ELVAS
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA PGE/GAB Nº 013/2022.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 51, da Constituição do Estado, c/c art. 19, V, da Lei Complementar nº 20, de 17 de junho de 1999,

SUSPENDER:

Em razão da necessidade do serviço, a fruição das férias legais do Procurador MURILO FRANCISCO CENTENO, número funcional 385491-1, previstas para o período de 11/02/2022 a 15/02/2022 - 05 (cinco) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2021 a 01/01/2022, nos termos do art. 86, da Lei nº 1818/2007, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao procurador.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022.

ELFAS CAVALCANTE L. A. ELVAS
Procurador-Geral do Estado

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PORTARIA Nº 61/2022/GASEC, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em conformidade com a Lei 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro no art. 11, inciso IV, do Decreto nº 5.890/2018.

CONSIDERANDO ainda que a administração tem o poder/dever de rever seus atos quando eivados de vícios ou ilegalidade.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR, na parte em que especifica o servidor ISAIAS DALVES HENRIQUE, nº funcional 11455845-1, a Portaria Nº 969/2021/GASEC, de 25/08/2021, publicada no Diário Oficial nº 5.919, de 30/08/2021;

Para onde se lê:				
ORDEM	NÚMERO FUNCIONAL	NÚMERO DO VÍNCULO	NOME	DATA DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
902	11455845	1	ISAIAS DALVES HENRIQUE	01/12/18

Leia-se:				
ORDEM	NÚMERO FUNCIONAL	NÚMERO DO VÍNCULO	NOME	DATA DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
902	11455845	1	ISAIAS DALVES HENRIQUE	11/01/18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL SULINO CASTRO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 149/2022/GASEC, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, o Ato nº 250 - NM, de 06 de março de 2020 e com base no art. 37, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

RONAIR APARECIDA DA SILVA, número funcional 960278-1, CPF nº XXX.XXX.681-53, Auxiliar Administrativo, para responder pela Gerência de Direitos Funcionais, em substituição ao titular MARCOS REZENDE MACHADO, número funcional 329347/4, no período de seu afastamento para usufruir das férias no período de 07/02/2022 a 25/02/2021.

Palmas - TO, aos 7 dias do mês de fevereiro de 2022.

RAFAEL SULINO CASTRO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 199/2022/GASEC, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e no uso das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, resolve:

EXONERAR, a pedido,

DAIANNE SILVA MACEDO, número funcional 11138262/1, CPF nº xxx.xxx.611-37, do cargo de Terapeuta Ocupacional, do Quadro de Profissionais da Saúde, a partir de 25 de outubro de 2021, com base no que consta do Processo nº 2022/30550/000010.

RAFAEL SULINO DE CASTRO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 201/2022/GASEC, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante dispõe o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, no uso da sua atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007;

Considerando a necessidade de regularização da servidora no cargo de Professor Assistente, para fins de emissão do respectivo histórico funcional;

Considerando que não foi localizado, nos seus assentamentos, ato formal de desligamento do cargo em referência;

Considerando que foi juntado pelo órgão da servidora documentos que comprovam o encerramento do vínculo, acompanhados da solicitação extemporânea de exoneração, resolve:

EXONERAR, a pedido, a servidora Irani Paula Braga Pereira, CPF: XXX.XXX.X21-34, número funcional 548823/1, do cargo de Professor Assistente, do Quadro de Profissionais da Educação Básica, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1994, não havendo, a partir dessa data, no que diz respeito ao cargo mencionado, qualquer vínculo funcional entre o Estado do Tocantins e a mencionada servidora.

RAFAEL SULINO DE CASTRO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 247/2022/GASEC/SECAD, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º, inciso II, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, bem como do pedido constante do SGD: 2022/30559/014398, resolve:

DECLARAR EXTINTOS, a pedido, após aviso prévio, os Termos de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, firmados com as profissionais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria da Saúde.

ORD	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR
01	1251414/4	XXX.XXX.981-62	DARLENE NUNES DE CARVALHO	ASSISTENTE SOCIAL	2022/23000/000576	16/12/2021
02	1130501/3	XXX.XXX.471-18	FLAVIA DA SILVA OLIVEIRA	MÉDICO	2022/23000/000577	01/12/2021
03	1080903/6	XXX.XXX.381-72	ROBERTA FERREIRA SILVA ROCHA	ANALISTA EM SAÚDE	2022/23000/000578	25/01/2022

RAFAEL SULINO DE CASTRO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 654/2022/GASEC

PROCESSO Nº: 2021/30550/0009444
INTERESSADA: SUZANA ALVES MORAES
ASSUNTO: Licença por Motivo de Adoção
CARGO: Fonoaudiólogo
NÚMERO FUNCIONAL: 661639/2
CPF: xxx.xxx.091-34
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde
LOTAÇÃO: Hospital Regional Dr. Alfredo Oliveira Barros
MUNICÍPIO: Paraíso do Tocantins

Com base na documentação constante dos autos, em vista do que dispõe os arts. 88, inciso IV, §2º, e 98, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, art. 2º, §1º, da Lei nº 1.981, de 18 de novembro de 2008, e 71-A, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, CONCEDO à servidora Suzana Alves Moraes, Licença por Motivo de Adoção, da menor Maria Clara Moraes Flauzino Soares, com remuneração, pelo prazo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, no período de 01.12.2021 a 14.04.2022.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 11 de fevereiro de 2022.

RAFAEL SULINO DE CASTRO
Secretário de Estado da Administração

DESPACHO Nº 657/2022/GASEC

PROCESSO Nº: 2022/32470/000130
INTERESSADO(A): DIEGO CORDEIRO DE ARAÚJO
ASSUNTO: Licença para Tratar de Interesses Particulares
CARGO: Examinador Veicular
NÚMERO FUNCIONAL: 11160020/1
CPF: xxx.xxx.681-09
ÓRGÃO: Departamento Estadual de Trânsito
LOTAÇÃO: Ciretran I
MUNICÍPIO: Arraias

Acolhendo a informação prestada pela Diretoria de Gestão Funcional, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, e tendo em vista o que consta do processo, CONCEDO ao(à) servidor(a) Diego Cordeiro de Araújo, nos termos do artigo 103, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, pelo prazo de 03 (três) ano(s), no período de 18.02.2022 a 17.02.2025.

Nesse período, incumbirá ao(à) servidor(a) licenciado(a) o pagamento das atribuições previdenciárias diretamente ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (tanto a parte do próprio servidor como a patronal), por meio de requerimento formulado àquele Instituto.

Possuindo empréstimo pessoal consignado em Folha de Pagamento, deverá o(a) servidor(a) dirigir-se com a maior brevidade possível à instituição financeira responsável, a fim de obter informações acerca dos procedimentos necessários à continuidade da quitação do débito existente.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 14 de fevereiro de 2022.

RAFAEL SULINO DE CASTRO
Secretário de Estado da Administração

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA**PORTARIA/SEAGRO Nº 016/2022.**

O SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições e considerando o §2º, do art. 106, do Decreto nº 860, de 11 de novembro de 1999;

Considerando a necessidade de melhorar ou manter o status sanitário dos animais e em consequência, preservar a saúde pública;

Considerando a Instrução Normativa nº 27, de 20 de Abril de 2004 e a Instrução Normativa nº 48, de 14 de julho de 2020 ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Considerando ser indispensável que o Estado possua um grupo com rápida capacidade de resposta em casos de suspeitas de enfermidades emergenciais e exóticas e/ou em estado de emergência sanitária;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros, abaixo relacionados, para comporem as Equipes Técnicas e Administrativas do Grupo Especial de Atenção às Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE.

Art. 2º Compete ao Grupo Especial de Atenção às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE, designado nos termos do artigo supra a execução das medidas e ações de emergência sanitária animal, em conformidade com a legislação sanitária animal, nas ocorrências ou suspeitas de enfermidades de notificação obrigatória da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

§1º Constitui o Grupo Especial de Atenção às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE, as seguintes Coordenações:

- I - Coordenação Geral;
- II - Coordenação de Campo;
- III - Coordenação de Apoio Laboratorial;
- IV - Coordenação de Apoio Logístico e Financeiro;
- V - Coordenação da Informação e Relações Públicas;
- VI - Coordenação Jurídica;
- VII - Coordenação de Educação Sanitária;
- VIII - Coordenação de Tecnologia da Informação;
- IX - Coordenação de Políticas Públicas;

§2º Constitui o Grupo Especial de Atenção às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE, as seguintes Equipes:

- I - Equipe Administrativa;
- II - Equipe Técnica;
- III - Equipe da Superintendência Federal da Agricultura - SFA.

§3º Constitui o Grupo Especial de Atenção às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE, a Comissão de Avaliação e Taxação que será criada através de Portaria pelo Coordenador Geral em casos que houver necessidade de indenização dos produtores.

§4º Os titulares das Coordenações constituídas no §1º, do art. 2º, bem como os membros das Equipes Administrativas, Técnica e da Superintendência Federal da Agricultura - SFA/TO constituídas no §2º, do art. 2º serão os constantes do ANEXO I da presente Portaria, todas subordinadas à Coordenação Geral.

§5º As reuniões do GEASE devem ocorrer semestralmente e, extraordinariamente, quando houver uma situação que justifique, por convocação da Coordenação Geral.

Art. 3º A Coordenação Geral será de responsabilidade do Presidente da ADAPEC e na sua ausência ou impedimento, conjuntamente do responsável pela Vice Presidência da ADAPEC, com a atribuição de representar a equipe do GEASE; convocar, mobilizar e coordenar o GEASE na emergência sanitária animal; encaminhar a Casa Civil a comunicação da declaração de estado de emergência em saúde animal no Estado do Tocantins; prover a infraestrutura, recursos humanos, materiais e financeiros necessários aos procedimentos na emergência em saúde animal; comunicar, informar e manter a ligação entre os componentes do GEASE e outras instituições relacionadas; coordenar todas as operações relacionadas com a emergência sanitária.

Art. 4º A Coordenação de Campo será de responsabilidade da Direção de Defesa, Inspeção e Sanidade Animal da ADAPEC, ficando essa Coordenação responsável por todas as operações diárias relacionadas com a emergência no campo, devendo identificar e estabelecer as áreas afetadas e de segurança; supervisionar os veterinários e o pessoal de campo; determinar responsabilidades para rastreamento, inspeção e diagnóstico, limpeza e desinfecção, sacrifício, destruição, vacinação, sistema de informação e vigilância; promover a integração com os Serviços de Segurança Policial, Militar e Civil; estabelecer contatos com autoridades e outros segmentos locais que possam estar vinculados; assegurar a elaboração e o repasse de todas as informações de campo à Coordenadoria de Informação e Relações Públicas através do Coordenador Geral e substituir e representar o Coordenador Geral do GEASE quando delegado pelo mesmo.

Art. 5º A Coordenação de Apoio Logístico e Financeiro será de responsabilidade da Diretoria de Administração e Finanças da ADAPEC, ficando essa Coordenação, responsável por assegurar a disponibilização dos recursos e da infraestrutura necessários ao trabalho de campo.

Art. 6º A Coordenação Jurídica será de responsabilidade da Assessoria Jurídica da ADAPEC, tendo a atribuição de assessorar a Coordenadoria Geral e providenciar as tramitações legais inerentes aos casos objetos de atendimento ou às emergências.

Art. 7º A Coordenação da Informação e Relações Públicas será de responsabilidade da Assessoria de Comunicação da ADAPEC, tendo a responsabilidade de concentrar todas as informações colhidas junto à Coordenação de Campo e sob a supervisão do Coordenador Geral, processar as informações sobre a emergência, assegurando que as mesmas cheguem aos meios de comunicação de massa, aos setores diretamente interessados e a opinião pública geral.

Art. 8º A Coordenação de Apoio Laboratorial será de responsabilidade do Núcleo de Vigilância Epidemiológica da ADAPEC, ficando essa Coordenação, responsável por orientar a Coordenação de Campo sobre procedimentos de coleta de material, biossegurança e biossegurança, assegurar a disponibilização de meios de transporte e cultura específicos para a enfermidade suspeita, realização da triagem e encaminhamento da amostra aos Laboratórios e manter permanentemente o grupo emergencial informado sobre o resultado laboratorial através do Coordenador Geral e do Coordenador de Campo.

Art. 9º A Coordenação de Tecnologia da Informação será de responsabilidade do Responsável Técnico da Tecnologia da Informação da ADAPEC, ficando essa Coordenação responsável por promover, orientar e realizar procedimentos, atividades e ações de Tecnologia de Informação dando suporte em procedimentos emergenciais.

Art. 10. A Coordenação de Educação Sanitária será de responsabilidade da Gerência de Educação Sanitária da ADAPEC, ficando essa Coordenação responsável por promover, orientar e realizar procedimentos, atividades e ações de educação zoonosológica na comunidade alvo dos procedimentos emergenciais.

Art. 11. A Coordenação de Políticas Públicas será de responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Aquicultura - SEAGRO, ficando essa Coordenação responsável por atuar, na economia, na proteção social e no planejamento. Contribuindo com conhecimento e metodologias (planejamento, monitoramento e avaliação), a mesma pela qual se darão a proposta, desenho e posterior implementação de políticas e diferentes propostas de intervenção, examinando e/ou propondo políticas para aumentar a oferta de produtos e serviços para lidar com a situação podendo ser usados não apenas como atuação direta do setor público, mas também a intervir em situações dos interesses privados.

Art. 12. A Comissão de Avaliação e Taxação será composta por seis membros titulares, sendo: 01 (um) servidor da ADAPEC, Coordenador do Programa Sanitário envolvido na ação; 01 (um) representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA; 01 (um) representante do Fundo Privado de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - FUNDEAGRO; 01 (um) representante da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET; 01 (um) representante da SEAGRO, Coordenador de Políticas Públicas e 01 (um) representante da associação de criadores, relativa aos animais envolvidos, ficando essa Comissão responsável pelos trabalhos de avaliação de todos os animais e bens a serem destruídos.

Parágrafo Único. A participação dos representantes das entidades da iniciativa privada, relacionadas no *caput* deste artigo deverá ter anuência do Presidente da entidade.

Art. 13. As atividades de apoio necessárias à implantação, funcionamento e atuação do Grupo Especial de Atenção às Suspeitas de Enfermidades Emergenciais ou Exóticas - GEASE, instituído por esta Portaria, devem ser prestadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC e, no que for possível, pelos demais Órgãos, Entidades e Instituições relacionadas ao agronegócio tocaninense.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA, em Palmas - TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

JAIME CAFÉ DE SÁ
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CEDCA/TO Nº 17, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA/TO) para o ano de 2022.

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO TOCANTINS - CEDCA/TO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.763, de 02 de janeiro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no art. 88, IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que "são diretrizes da política de atendimento: [...] IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente";

CONSIDERANDO a Resolução 137/2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a qual trata dos "parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências";

CONSIDERANDO o art. 1º, da Lei nº 1.763, de 2 de janeiro de 2007 que define que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizador das ações, em todos os níveis, de implementação da política e fixação dos critérios para a utilização do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente;

CONSIDERANDO o disposto o art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 1.763/2007, sobre a competência do CEDCA/TO de gerir o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente, no sentido de definir a utilização dos respectivos recursos por meio de plano de aplicação, cabendo à Secretaria da Cidadania e Justiça a ordenação e execução administrativa desses recursos;

CONSIDERANDO a Lei 3.731, de 15 de fevereiro de 2021 que estima a receita e fixa as despesas do Estado do Tocantins para 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, nos termos da Ata 4/2021-CEDCA, da Reunião extraordinária realizada na data de 26 de outubro de 2021, o Plano de Ação e Aplicação dos recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA/TO) para o ano de 2022, conforme os Anexos I e II.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, cumpra-se e dê publicidade.

SEDE DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO TOCANTINS.

Palmas/TO, aos 08 dias de fevereiro de 2022.

Julane Marise Gomes da Silva
Vice Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/TO)

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO - EXERCÍCIO 2022

EIXO	AÇÃO	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS/METODOLOGIA	META	RESULTADOS ESPERADOS	PRAZO
Articulação e fortalecimento dos Conselhos de Direitos	Aproximar os CMDCA's do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).	Promover o diálogo permanente entre os conselhos.	Participação dos CMDCA's nas reuniões ordinárias do CEDCA e estruturar grupo de comunicação instantâneo entre conselhos.	5 CMDCA's participando nas reuniões mensais do CEDCA, com 02 representação por reunião	Diálogo estabelecido entre os CMDCA's.	Março à dezembro
	Publicação do ECA atualizado.	Ampliar a visibilidade aos direitos da criança e do adolescente.	Impressão e distribuição do ECA	15.000 cópias do ECA distribuídos	ECA publicado.	Março
	Publicação de cartilha sobre o sistema socioeducativo, manual do adolescente no SSE e cartilha sobre enfrentamento da violência sexual.	Distribuir cartilhas informativas sobre questões relativas à infância e adolescência.	Impressão e distribuição das informações.	20.000 cópias.	Informação prática, fácil e acessível à comunidade.	Março
Políticas Públicas	Monitorar o Plano Decenal do Sistema Socioeducativo.	Controlar a efetividade da política pública voltada para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.	Realizar chamamento público para seleção de instituição para realizar o monitoramento.	01 Relatório de monitoramento produzido.	Resolução publicada com base no monitoramento.	Março à dezembro
	Monitorar o Plano de enfrentamento à Violência sexual contra crianças e adolescentes.	Controlar a efetividade da política pública voltada para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências.	Realizar chamamento público para seleção de instituição para realizar o monitoramento.	01 Relatório de monitoramento produzido.	Resolução publicada com base no monitoramento	Março à dezembro
	Articular a formulação do Plano Estadual para a primeira infância.	Formular a política estadual da 1ª infância.	Acionar a Secretaria responsável pela formulação da Política Pública.	Plano da 1ª infância formulado.	Publicação de Resolução sobre o Plano da 1ª Infância.	Março à Dezembro
	Articular a elaboração do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária.	Formular a política pública estadual de convivência familiar e comunitária.	Acionar a Secretaria responsável pela formulação da política pública.	Plano de Convivência Familiar e Comunitária formulado.	Resolução publicada sobre o Plano de Convivência Familiar e Comunitária.	Janeiro à Dezembro
	Articular a elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do adolescente.	Formular a política pública de erradicação do trabalho infantil no estado.	Acionar secretaria responsável pela formulação da política pública.	Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do adolescente publicado.	Resolução sobre o Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do adolescente. Publicada.	Janeiro à Dezembro
	Articular a implantação do SIPIA- CT.	Estruturar o sistema eletrônico que dará apoio a toda rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente.	Implantar e capacitar os conselheiros tutelares.	139 municípios.	Sistema implantado.	Janeiro à Dezembro
	Promover campanhas de arrecadação de recursos para o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA).	Fortalecer a política estadual da criança e do adolescente.	Produzir uma ampla campanha nas mídias sociais sobre o FIA.	01 Campanha executada.	Ampliação em 50% a capacidade de captação de recursos para o FECA.	Janeiro à Dezembro
	Apoiar por meio do FECA os programas e projetos de proteção, defesa e o monitoramento das políticas públicas voltadas para infância e adolescência.	Fortalecer a política pública voltada a criança e adolescentes.	Realizar chamamento público a financiar projetos não governamentais na área da criança e do adolescente.	1 chamamento público realizado.	Edital publicado em DOE	Janeiro a Dezembro
	Promover campanhas de arrecadação de recursos para o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA).	Fortalecer a política estadual da criança e do adolescente.	Produzir uma ampla campanha nas mídias sociais sobre o FIA.	01 Campanha executada.	Ampliação em 50% a capacidade de captação de recursos para o FECA.	Janeiro à Dezembro
Fortalecimento institucional do CEDCA	Estruturar a secretaria executiva do CEDCA.	Promover a gestão organizacional do CEDCA.	Definir o quadro de pessoal, perfil e habilidades necessárias para a composição da secretaria executiva de acordo, com NOB-RH/SUAS.	Editar Resolução deliberando sobre a secretaria executiva.	Resoluções publicadas em DOE.	Maior a Junho
	Estruturar a sede do CEDCA.	Requerer junto a Secretaria a qual o CEDCA este vinculado as condições adequadas de funcionamento.	Requerer espaços físicos exclusivos para CEDCA, com equipamentos, mobiliários e veículo em condições adequadas.	Editar resolução sobre a estruturação do espaço físico do CEDCA	Resolução publicada em DOE.	Março

ANEXO II

PLANO DE APLICAÇÃO - EXERCÍCIO 2022

ORGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA ESTADUAL DE CIDADANIA E JUSTIÇA
UNIDADE	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FECA
PROGRAMA	DIREITOS HUMANOS
CODIGO DA AÇÃO	4275
OBJETIVO DA AÇÃO	FORTEALECIMENTO DOS CONSELHOS, ESTADUAL E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Nº	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE	CUSTOS UN	QUANT.	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
01	Publicação do ECA atualizado.	Até dezembro	CEDCA e SECIJU	100	R\$ 11,00	R\$ 10.000,00	3.3.90.30	R\$ 110.000,00
02	Manual do adolescente no SSE	Até dezembro	CEDCA e SECIJU	100	R\$ 2,95	R\$ 5.000,00	3.3.90.30	R\$ 14.750
03	Cartilha sobre o sistema socioeducativo	Até dezembro	CEDCA e SECIJU	100	R\$ 2,95	R\$ 5.000,00	3.3.90.30	R\$ 14.750
04	Cartilha sobre enfrentamento da violência sexual.	Até dezembro	CEDCA e SECIJU	100	R\$ 2,95	R\$ 5.000,00	3.3.90.30	R\$ 14.750
05	Monitorar o Plano Decenal do Sistema Socioeducativo.	Até dezembro	CEDCA, SECIJU e OSC	100	R\$ 150.000,00	1 edital de chamamento publico	3.3.90.35	R\$ 150.000,00
06	Monitorar e Revisão o Plano de enfrentamento à Violência sexual contra crianças e adolescentes	Até dezembro	CEDCA, SECIJU e OSC	100	R\$ 500.000,00	1 edital de chamamento público	3.3.90.35	R\$ 500.000,00
07	Estruturar a sede do CEDCA.	Até dezembro	CEDCA e SECIJU	100	R\$ 4.108,78	03 notebooks	4.4.90.52	R\$ 12.326,34
					R\$ 148,50	01 WebCam Full HD 1080p Live Stream Alta Resolução com Microfone embutido	4.4.90.52	R\$ 148,50
					R\$ 171,79	01 Anel De Luz Ring Ligh 26cm Maquiagem Fotos Com Tripé Altura aproximada 1.80 (tripé + anel de luz) Acompanha 1-Ring Light 26cm 1-Adaptador de celular 1-Tripé 1-	4.4.90.52	R\$ 171,79
					R\$ 164,42	01 Microfone Gamer C3Tech MI-G100BK USB LED Preto 1,6m de Cab	4.4.90.52	R\$ 164,42
					R\$ 4.133,67	02 Microcomputador de mesa	4.4.90.52	R\$ 8.267,34
					R\$ 420,00	02 microfones duplo com maleta receptor digital sem fio	4.4.90.52	R\$ 420,00
					R\$ 796,00	01 Tablet	4.4.90.52	R\$ 796,00
					R\$ 2.068,32	01 caixa de som ativa com bluetooth	4.4.90.52	R\$ 2.068,32
					R\$ 950,00	03 mesas em L, com gaveta na cor marfim, em MDF para escritório	4.4.90.52	R\$ 2.850,00
					R\$ 3.416,00	01 Multifuncional Brother Laser Mono - Dcp-L5652dn	4.4.90.52	R\$ 3.416,00
					R\$ 479,27	01 Gravador De Voz Digital SONY ICD-PX470 com USB Incorporado	4.4.90.52	R\$ 479,27
					R\$ 1.044,33	03 Cadeiras executiva com braços	4.4.90.52	R\$ 3.132,99
					R\$ 671,48	03Cadeiras executiva sem braço	4.4.90.52	R\$ 2.014,44
Total								R\$ 840.505,41

Juliane Marise Gomes da Silva
Vice Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/TO)

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA-SEDUC Nº 242, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins.

Considerando a necessidade de Contratação de instituição de ensino para prestação de serviços especializados de apoio às Avaliações Formativas, Avaliação da Fluência e ao Desenvolvimento Profissional e Gestão do Currículo na Escola para a rede estadual de ensino de Tocantins.

Considerando o PARECER JURÍDICO Nº 222/2021/ASSEJUR, para Contratação de instituição de ensino para prestação de serviços especializados de apoio às Avaliações Formativas, Avaliação da Fluência e ao Desenvolvimento Profissional e Gestão do Currículo na Escola para a rede estadual de ensino de Tocantins.

Considerando o PARECER DA CGE Nº 095/2021/SUGACI/CGE e o PARECER DA PGE SCE Nº 027/2022, para Contratação de instituição de ensino para prestação de serviços especializados de apoio às Avaliações Formativas, Avaliação da Fluência e ao Desenvolvimento Profissional e Gestão do Currículo na Escola para a rede estadual de ensino de Tocantins.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, para contratação da instituição, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CNPJ: 21.195.755/0001-69, visando Contratação de instituição de ensino para prestação de serviços especializados de apoio às Avaliações Formativas, Avaliação da Fluência e ao Desenvolvimento Profissional e Gestão do Currículo na Escola para a rede estadual de ensino de Tocantins.

Dotação orçamentária: Classificação Orçamentária 27010.12.368.1156.2323 Natureza de Despesa: 3.3.90.39 Fonte - 540.0000 nos termos do Processo Administrativo nº 2021/27000/016256.

NOME	CNPJ	VALOR TOTAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF	21.195.755/0001-69	R\$ 1.503.932,00
VALOR TOTAL		R\$ 1.503.932,00

FABIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

PORTARIA-SEDUC Nº 258, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, atendendo o disposto do art. 165, da Constituição Federal e art. 80, da Constituição Estadual, o disposto na Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023) e suas revisões, projetos de Lei específicos e orçamentos anual, e consoante o disposto no Ato Nº 1.758 - NM, de 28 de dezembro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento, pelos objetivos dos Programas Temáticos e pelas Ações Orçamentárias do Plano Plurianual 2020-2023, disposto na Lei nº 3.780, de 15 de fevereiro de 2021 (PPA 2020-2023, Revisão 2021) e na Lei nº 3.781, de 15 de fevereiro de 2021 (LOA 2021), Leis específicas no âmbito desta Secretaria, na forma estabelecida no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria-Seduc nº 309, de 09 de março de 2021, publicada no Diário Oficial nº 5.808, de 15 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 258, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Planejamento e Orçamento	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
	Titular: Patrícia Macena Lino	1079522-7	Diretora de Planejamento e Orçamento
	Suplente: André de Almeida Lopes	45643-4	Professor da Educação Básica

Programa Temático: 1156 - Educação de Qualidade e Formação Cidadã			
Objetivo	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
Garantir com qualidade o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na educação básica	Titular: Karina Adriana Sacramento	151662-2	Diretora de Gestão da Educação Básica
	Suplente: Celestina Maria Pereira de Souza	989530-3	Diretora de Educação Básica

Promover a valorizaçãodos profissionais e servidores da educação	Titular: Luciano Gomes dos Santos	165739-2	Superintendente de Gestão de Pessoas
	Suplente: Cristiane Mirelle Bazzo de Pina	1013637-2	Superintendente de Educação Científica, Tecnológica e Profissional
Qualificar e profissionalizar jovens e adultos nos diversos níveis de escolaridade	Titular: Letícia Brito de Oliveira Suarte	474827-2	Diretora de Tecnologia Educacional
	Suplente: Cristiane Mirelle Bazzo de Pina	1013637-2	Superintendente de Educação Científica, Tecnológica e Profissional.

Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
1073		Titular: Leda Maria Tomazi Fagundes	526505-2	Gerente de Gestão Educacional
		Suplente: Larissa Barbosa Aires de Oliveira	850102-2	Professor da Educação Básica
2403		Titular: Karina Adriana Sacramento	151622-2	Diretora de Gestão da Educação Básica
		Suplente: Leda Maria Tomazi Fagundes	526505-2	Gerente de Gestão Educacional
1086		Titular: Josivaldo de Sousa Costa	87534-2	Diretor de Obras
		Suplente: Silvana Martins Moreira	1126520-8	Gerente de Gestão de Obras
1136		Titular: Erick Henrique Silva Góes	839015-1	Gerente de Tecnologia e Mídias Educacionais.
		Suplente: Ivete da Silva Bacri	161163-1	Professor da Educação Básica
2004		Titular: Eliziete Viana Paixão	527844-2	Gerente de Educação de Jovens e Adultos
		Suplente: Vanisléia Pereira dos Santos Leite	43890-3	Professor da Educação Básica
2007		Titular: Luciana de Sousa Borges	606537-2	Professor Normalista
		Suplente: Hélio Milhomens Barbosa Sales	1003542-7	Diretor de Apoio às Escolas
2017		Titular: Marcela Ramos Alves	11179708-1	Assistente Administrativo
		Suplente: Eliza Nunes Neta	1157965-7	Analista III
2028		Titular: Eliziete Viana Paixão	527844-2	Gerente de Educação de Jovens e Adultos
		Suplente: Vanisléia Pereira dos Santos Leite	43890-3	Professor da Educação Básica
2042		Titular: Mauro Pereira de Jesus	136697-7	Analista I
		Suplente: Lindalva Lustosa dos Santos Dias Portela	649275-1	Gerente de Convênios
2048		Titular: Lucia Rosângela Ferreira Flor Lino	737930-2	Diretora de Políticas Educacionais
		Suplente: Eliziete Viana Paixão	527844-2	Gerente de Educação de Jovens e Adultos
2086		Titular: Joselane Fernandes Silva Noleto	1001655-2	Professor da Educação Básica
		Suplente: Liliane Alves da Costa Oliveira	894348-2	Gerente de Currículo e Avaliação da Aprendizagem
2114		Titular: Herton Estevão Mota Brito	429305-1	Gerente da Alimentação Escolar
		Suplente: Deisi Aires Nunes	267652-5	Analista em Educação
2116		Titular: Evandro Carlos Ribeiro de França	926386-4	Professor da Educação Básica
		Suplente: Deusivan Oliveira Quixaba	11648813-4	Gerente de Transporte Escolar
2122		Titular: Leda Maria Tomazi Fagundes	526505-2	Gerente de Gestão Educacional
		Suplente: Larissa Barbosa Aires de Oliveira	850102-2	Professor da Educação Básica
2123		Titular: Lucia Rosângela Ferreira Flor Lino	737930-2	Diretora de Políticas Educacionais
		Suplente: Eliziete Viana Paixão	527844-2	Gerente de Educação de Jovens e Adultos
2150		Titular: Raimundo Ferreira de Melo Neto	11675977-4	Gerente de Estatísticas e Informações Educacionais
		Suplente: Dorize Macedo dos Santos	898950-1	Professor da Educação Básica
2157		Titular: Flávia Rodrigues Mota de Almeida	241808-4	Professor da Educação Básica - Responsável pela Unidade Técnica de Programas e Projetos Especiais da Educação
		Suplente: Maurício Clementino Carneiro	263178-1	Professor da Educação Básica
2323		Titular: Schierley Régia Costa Colino de Sousa	859816-1	Gerente de Ensino Médio
		Suplente: Rosângela de Souza Terreço	739045-3	Gerente de Ensino Fundamental
2349		Titular: Celestina Maria Pereira de Souza	989530-3	Diretora de Educação Básica
		Suplente: Rosângela de Souza Terreço	739045-3	Gerente de Ensino Fundamental
2368		Titular: Waxiy Maluá Karajá	849628-9	Gerente de Educação Indígena
		Suplente: Adriano Dias Gomes Karajá	111056-6	Analista Técnico Educacional
2386		Titular: Rita Claudia de Oliveira	770052-4	Professor da Educação Básica
		Suplente: Clay Marinângelo Miranda Rios	1260340-1	Professor da Educação Básica
2391		Titular: Mario Ribeiro Morais	1241664-1	Gerente de Formação e Apoio a Pesquisa
		Suplente: Willian Costa de Medeiros	859014-4	Professor da Educação Básica
1129		Titular: Josivaldo de Sousa Costa	87534-2	Diretor de Obras
		Suplente: Silvana Martins Moreira	1126520-8	Gerente de Gestão de Obras
2062		Titular: Mario Ribeiro Morais	1241664-1	Gerente de Formação e Apoio a Pesquisa
		Suplente: Willian Costa de Medeiros	859014-4	Professor da Educação Básica
2064		Titular: Mario Ribeiro Morais	1241664-1	Gerente de Formação e Apoio a Pesquisa
		Suplente: Willian Costa de Medeiros	859014-4	Professor da Educação Básica
2065		Titular: Mario Ribeiro Morais	1241664-1	Gerente de Formação e Apoio a Pesquisa
		Suplente: Vanusa de Sales Bastos	52761-2	Professor da Educação Básica
2109		Titular: Luciano Gomes dos Santos	165739-2	Superintendente de Gestão de Pessoas
		Suplente: Aldeniza de Souza Moura	670100-4	Diretora de Gestão de Pessoas
2372		Titular: Maria da Conceição de Jesus Ranke	1189271-1	Professor da Educação Básica
		Suplente: Eunice Aparecida Marques Lisboa	684366-6	Professor da Educação Básica
2373		Titular: Josiel Gomes dos Santos	469030-1	Gerente de Educação Profissional
		Suplente: Maria Edilene Salviano de Oliveira	859312-3	Professor da Educação Básica
2384		Titular: Luciano Gomes dos Santos	165739-2	Superintendente de Gestão de Pessoas
		Suplente: Fernanda Maria Reis Lima	451890-2	Gerente de Informações Funcionais

1107	Titular: Josivaldo de Sousa Costa	87534-2	Diretor de Obras
	Suplente: Silvana Martins Moreira	1126520-8	Gerente de Gestão de Obras
1113	Titular: Lucilia Ferreira de Sousa	360068-8	Coordenador Geral
	Suplente: Stênio Dias da Nóbrega	72464-4	Coordenador Financeiro
1114	Titular: Lucilia Ferreira de Sousa	360068-8	Coordenador Geral
	Suplente: Stênio Dias da Nóbrega	72464-4	Coordenador Financeiro
1115	Titular: Lucilia Ferreira de Sousa	360068-8	Coordenador Geral
	Suplente: Stênio Dias da Nóbrega	72464-4	Coordenador Financeiro
2319	Titular: Julio Cezar Marson da Silva	500784-2	Técnico
	Suplente: Maria Edilene Salviano de Oliveira	859312-3	Técnica
2335	Titular: Josiel Gomes dos Santos	469030-1	Gerente de Educação Profissional
	Suplente: Julio Cezar Marson da Silva	500784-2	Técnico
2338	Titular: Lucilia Ferreira de Sousa	360068-8	Coordenador Geral
	Suplente: Stênio Dias da Nóbrega	72464-4	Coordenador Financeiro
2343	Titular: Josiel Gomes dos Santos	469030-1	Gerente de Educação Profissional
	Suplente: Ilaíne Geisel Carvalho Silva Lima	890719-2	Professor da Educação Básica
2369	Titular: Maria da Conceição de Jesus Ranke	1189271-1	Professor da Educação Básica
	Suplente: Eunice Aparecida Marques Lisboa	684366-6	Professor da Educação Básica
2370	Titular: Maria da Conceição de Jesus Ranke	1189271-1	Professor da Educação Básica
	Suplente: Eunice Aparecida Marques Lisboa	684366-6	Professor da Educação Básica
2371	Titular: Maria da Conceição de Jesus Ranke	1189271-1	Professor da Educação Básica
	Suplente: Eunice Aparecida Marques Lisboa	684366-6	Professor da Educação Básica
2374	Titular: Julio Cezar Marson da Silva	500784-2	Assistente Administrativo
	Suplente: Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda	892789-3	Professor da Educação Básica

Programa de Manutenção do Estado				
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
1100	1091	Titular: Jaime Machado Barbosa	797896-2	Gerente de Administração
		Suplente: Dalmi de Araújo Silva	902199-1	Motorista
	1103	Titular: Josivaldo de Sousa Costa	87534-2	Diretor de Obras
		Suplente: Silvana Martins Moreira	1126520-8	Gerente de Gestão de Obras
	2166	Titular: Ítalo Moreira de Almeida	1164316-2	Assistente Especializado II
		Suplente: Pedro Pereira da Silva Filho	556996-7	Analista I
	2209	Titular: Pedro Pereira da Silva Filho	556996-7	Analista I
		Suplente: Ítalo Moreira de Almeida	1164316-2	Assistente Especializado II
	2211	Titular: Patrícia Saturno da Silva	11164581-2	Diretora de Comunicação
		Suplente: Osvaldo Miranda da Silva	223.788-1	Professor Normalista
	2286	Titular: Luciano Gomes dos Santos	165739-2	Superintendente de Gestão de Pessoas
		Suplente: Aldeniza de Souza Moura	670100-4	Diretora de Gestão de Pessoas
	2401	Titular: Luciano Gomes dos Santos	165739-2	Superintendente de Gestão de Pessoas
		Suplente: Aldeniza de Souza Moura	670100-4	Diretora de Gestão de Pessoas
	2293	Titular: William Gomes Teixeira	11595230-4	Assistente III
		Suplente: Welder Lima Teixeira	1237764-6	Assistente Especializado I
	2295	Titular: Jaime Machado Barbosa	797896-2	Gerente de Administração
		Suplente: Dalmi de Araújo Silva	902199-1	Motorista
	2381	Titular: Mario Ribeiro Moraes	1241664-1	Gerente de Formação e Apoio a Pesquisa
		Suplente: Willian Costa de Medeiros	859014-4	Professor da Educação Básica

PORTARIA-SEDUC Nº 260, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

REVOGAR

a PORTARIA-SEDUC Nº 229, de 10 de fevereiro de 2022, publicada na Edição do Diário Oficial do Estado nº 6030, que removeu o servidor SEBASTIÃO MARTINS DO NASCIMENTO FILHO, nº funcional 887113-1, Professor da Educação Básica, para Escola Estadual Liberdade, no município de Palmas, a partir de 10 de fevereiro de 2021.

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: 2020/27000/011254
CONTRATO Nº 02/2021
ADITIVO Nº: 01
CONTRATANTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
CONTRATADA: CONSTRUTORA PORTO S.A
CNPJ: 37.243.599/0001-02
OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogar o prazo de execução ao Contrato nº 002/2021, conforme Parecer Técnico nº 31/2022/DO - fls. 4.176/4.177 e Justificativa nº 5/2022/DO - SEDUC - fls. 4.178/4.179.
VIGÊNCIA: O Contrato nº 002/2021 fica prorrogado a sua vigência por mais 12 (doze) meses, contados a partir do seu vencimento, qual seja: 22/02/2022 até 22/02/2023.
DATA DE ASSINATURA: 17/02/2022.
SIGNATÁRIOS: Fábio Pereira Vaz - Representante Legal da Contratante
Marcelo Alexandre Teixeira - Representante Legal da Contratada
Klenyo José Vanderlei Dall'Agnol - Representante Legal da Contratada

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO
Republicado para correção

Convênio nº: 27010.000057/2021
Termo de Colaboração nº: 68/2021
Concedente: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes
CNPJ: 25.053.083/0001-08
Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins
CNPJ: 07.959.124/0001-48
Objeto: Aquisição de material esportivo
Valor da Emenda: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)
Nota de Empenho: 2021NE32917
Natureza da Despesa: 3.3.50.41
Fonte de Recurso: 104202120 Deputado Valdemar Júnior
Data da Assinatura: 29/12/2021
Vigência: 04/02/2022
Signatários: FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação, Juventude e Esportes
LUIZ PEREIRA DA COSTA
Presidente do Instituto Araguaia Tocantins

EXTRATO DE CONVÊNIO
Republicado para correção

Programa: Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de empregos
Convênio nº: 27010.000006/2022
Termo de Convênio nº: 438/2021
Concedente: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES
CNPJ: 25.053.083/0001-08
Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA
CNPJ: 37.425.451/0001-80
Objeto: Reforma e Ampliação do Estádio Mariano Pereira
Valor do Recurso: 700.000,00 (setecentos mil reais)
Nota de Empenho: 2021NE32022
Natureza da Despesa: 4.4.40.42
Fonte de Recurso: 100
Data da Assinatura: 17/01/2022
Vigência até: 01/12/2023
SIGNATÁRIOS: FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação, Juventude e Esportes
MANOEL FRANCISCO DE MOURA
Prefeito Municipal de Abreulândia

EXTRATO DE CONVÊNIO

Programa: Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de empregos
Convênio nº 27010.000030/2022
Termo de Convênio nº: 451/2021
Concedente: Secretaria da Educação
CNPJ: 25.053.083/0001-08
Conveniente: Prefeitura Municipal de Novo Alegre
CNPJ: 33.266.248/0001-58
Objeto: Reforma e Ampliação do Estádio Municipal
Valor da emenda: R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)
Natureza da Despesa: 4.4.40.42
Fonte de Recurso: 0100
Data da Assinatura: 10 de fevereiro de 2022
Vigência: a partir da data da assinatura até 31/12/2023
Signatários: FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação
FERNANDO PEREIRA GOMES
Prefeito Municipal de Novo Alegre - TO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Programa: Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de empregos
Convênio nº: 27010.000012/2022
Termo de Convênio nº: 452/2021
Concedente: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes
CNPJ: 25.053.083/0001-08
Conveniente: Prefeitura Municipal de São Valério
CNPJ: 25.043.449/0001-68
Objeto: Construção de Complexo Poliesportivo e Lazer Municipal
Valor do Recurso: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
Nota de Empenho: 2021NE33046
Natureza da Despesa: 4.4.40.42
Fonte de Recurso: 100
Data da Assinatura: 14/02/2022
Vigência até: 08/11/2022
Signatários: FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação
OLÍMPIO DOS SANTOS ARRAES
Prefeito Municipal de São Valério da Natividade

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio nº: 27010.000002/2022
 Termo de Convênio Nº: 01/2022
 Concedente: Secretaria da Educação
 CNPJ: 25.053.083/0001-08
 Conveniente: Prefeitura Municipal de Divinópolis - TO
 CNPJ: 24.851.461/0001-36
 Objeto: Reforma da Quadra Poliesportiva do Município de Divinópolis
 Valor da Emenda: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
 Nota de Empenho: 2021NE34392
 Natureza da Despesa: 4.4.40.42
 Fonte de Recurso: 104202104 - Deputada: Cláudia Lelis
 Data da Assinatura: 07/01/2022
 Vigência até: 31/12/2022
 Signatários: Fábio Pereira Vaz
 Secretário de Estado da Educação
 Flavio Rodrigues Silva
 Prefeito Municipal de Divinópolis

*ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA -
 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA/TO*

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022
 EXCLUSIVO ME/EPP-ABERTO-COMPRASNET**

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, por meio da Pregoeira abaixo descrita, tornam público que fará realizar a licitação em epígrafe, cujo objeto é aquisição de Gêneros Alimentícios para fornecimento de Alimentação aos alunos matriculados na ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, tudo em conformidade com o Processo Administrativo nº 002/2022. Abertura: às 08h00min (Horário de Brasília), do dia 08 de março de 2022. O Edital poderá ser examinado ou retirado no site: www.comprasnet.gov.br

Babaçulândia/TO, 17 de fevereiro de 2022.

GRAZIELIA ARAÚJO PITOMBEIRA
 Pregoeira

*ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL SANTA GENOVEVA -
 DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGUATINS/TO*

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL SANTA GENOVEVA, CNPJ/MF sob o nº 01.068.357/0001-74, localizada na RUA DOM PEDRO I, S/N, VILA VITÓRIA, através de sua Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará LICITAÇÃO sob nº 001/2022, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Data de abertura: 07/03/2022, às 08h30min. O Edital poderá ser obtido junto a Escola Estadual Santa Genoveva - Augustinópolis/TO, no setor responsável das 07h às 17h. Tel.: (63) 3456-1994, através do e-mail: santagenoveva@ue.seduc.to.gov.br.

Augustinópolis/TO, 16 fevereiro de 2022.

WILTON FERREIRA DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA SEFAZ Nº 92, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço.

KARYNNE MARTINS DE OLIVEIRA, nº funcional 11181850-1, Almoxarife, da Gerência de Tributação do Agronegócio e Comércio Exterior, para a Gerência de Débitos não Tributários, a partir de 1º de fevereiro de 2022.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
 Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 93, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço.

RAIMUNDA RIBEIRO NERES SILVA, nº funcional 669730-2, Auxiliar de Serviços Gerais, da Agência de Atendimento de Taquaralto para a Gerência de Administração e Logística, a partir de 18 de agosto de 2021.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
 Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 94, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço

SUZANA MARIA DO NASCIMENTO BORGES, nº funcional 11456850-1, Analista Técnico-Administrativo, da Gerência de Administração e Logística para a Gerência de Programação, Capacitação e Educação.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
 Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 95, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço

TITO MARCOS FREIRE NETO, nº funcional 706416-3, Assistente Administrativo, da Diretoria da Escola Fazendária para a Gerência de Administração e Logística.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
 Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 96, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

SUZIANE CARVALHO DA SILVA, nº funcional 11187450-1, Assistente Administrativo, para responder pela Supervisão da Agência de Atendimento de Paraíso do Tocantins, durante os impedimentos ou afastamentos do seu titular DALVANY FREIRES MAIA SOUZA, nº funcional 1029509-1, no período de 1º de fevereiro a 02 de março de 2022.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
 Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA SEFAZ Nº 120/2022/GABSEC.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, §1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, com fulcro no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, e no art. 13, IX, da Instrução Normativa TCE - TO nº 02/2008, de 7.5.2008, resolve:

Art. 1º Designar o servidor a seguir relacionado para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Gestor do Contrato, do instrumento contratual elencado a seguir;

GESTOR DO CONTRATO	Nº CONTRATO/PROCESSO	CONTRATADO (A)	OBJETO DO CONTRATO
Gestor do Contrato: MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO Matrícula: 936136-2	11/2020 2019/25000/001135	LOGUS SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins/ SIAFE-TO, com atualização do sistema, suporte técnico local/remoto, operação assistida, capacitação continuada da equipe técnica local e integração aos sistemas corporativos do Estado.

Art. 2º São atribuições do Gestor do Contrato:

I. controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

II. verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

III. notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;

IV. zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e de seu término estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;

V. formalizar termo de recusa de recebimento de equipamentos que apresentarem defeito durante os testes de conformidade e verificação ou quando as especificações técnicas estiverem diferentes das contidas na proposta ou em desacordo com a amostra apresentada pela empresa;

VI. comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;

VII. comunicar formalmente à autoridade competente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, na forma do §2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de fevereiro de 2022.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em Palmas, 17/02/2022.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 373/2021/GABSEC

CONTRATADA: LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA
CONTRATO: Nº 11/2020
PROCESSO Nº 2019/25000/001135
OBJETO: Publicado no Diário Oficial nº 5.858, páginas 12/13, do dia 02 de junho de 2021.

Onde se lê: FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:

RONIVALDO FERNANDES MATRÍCULA: 799327-2

Leia-se: FISCAL TÉCNICO (TI) SUBSTITUTO:

RONIVALDO FERNANDES MATRÍCULA: 799327-2

Secretaria da Fazenda de Estado do Tocantins, 16 de fevereiro de 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

PORTARIA SEFAZ/SAT Nº 006, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a suspensão cadastral dos contribuintes que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, §4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o cadastro dos contribuintes relacionados no Anexo Único.

Parágrafo único. Considera-se como data da suspensão, a indicada no Anexo Único, no item “data do evento cadastral”.

Art. 2º São inidôneos, os documentos fiscais de contribuinte cuja inscrição estadual esteja suspensa.

Art. 3º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 4º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 006, de 16 de fevereiro de 2022.

00950 - DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS	
Insc. Estadual Razão social 29.401.793-3 SMAK INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.239-8 CIRURGICA CENTRAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.481-8 O'INE CONSTRUTORA LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.616-2 LOJAS AMERICANAS S. A Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.445.609-0 ÁPICE LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.284-3 LUIZ CARLOS VIEIRA DE ARAUJO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.464.624-8 PALMAS FOOD GASTRONOMIA INDUSTRIAL EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.476.621-9 SPS DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLA EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.478.361-0 PAGGO ADMINISTRADORA LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.479.477-8 BRASNET WEB INFORMATICA EIRELI- ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.480.113-8 B H A DE ANDRADE EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.483.754-0 COUTS MOVEIS PLANEJADOS LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.487.738-0 RAFAEL PUERTAS ZAGO-ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.487.955-2 CONFIDENCE TRADING COM IMP E EXP DE PROD QUIMICOS EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.490.280-5 DOBLER ENGENHARIA ELETRICA LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.490.327-5 4 REDES LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.496.229-2 FRANCO & AMORIM TRANSPORTES LTDA-ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.496.733-2 HABLE ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.496.724-9 R DE ABREU MACHADO - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.496.825-3 PERSEUS MARKETIN E SUPLEMENTOS - EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.497.031-2 COMERCIAL DE ALIMENTOS OMEGA EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.497.069-0 MJ TELECOMUNICAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.502.538-7 INDIVIDUAL COMERCIO DIGITAL LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.510.461-9 ISADORA CARVALHO NERY Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 08/02/2022	Município 1703107 BARROLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.505.710-6 COSTA ASSUNÇÃO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS	00957 - DELEGACIA DA RECEITA DE TAGUATINGA	
Insc. Estadual Razão social 29.506.296-7 DOM CERRADO PIZZARIA LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.508.374-3 OLÍMPIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "Q" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1720903 TAGUATINGA
Insc. Estadual Razão social 29.509.560-1 AUTO CENTER PIAUÍ EIRELI - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS	00958 - DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUATINS	
Insc. Estadual Razão social 29.510.950-5 MACRO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS-DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.400-2 S. F. ANDRADE SILVA COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1720101 SAO BENTO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.512.923-9 DONA AMÉLIA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.466.024-0 HELLIS SANTOS SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1707405 ESPERANTINA
Insc. Estadual Razão social 29.515.260-5 T M M MAGALHÃES EIRELI - EPP Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.480.340-9 E. V. MARINHO SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1718808 SAMPAIO
Insc. Estadual Razão social 29.517.095-6 AFL VENDAS B2G LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.478.068-8 WESLA P LIMA - EIRELI -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702208 ARAGUATINS
00952 - DELEGACIA DA RECEITA DE PEDRO AFONSO		Insc. Estadual Razão social 29.482.326-3 ANTONIO MARTINS WANDERLEY - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.439.359-5 MARCIA FERREIRA DE AGUIAR Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06. Data do Evento Cadastral: 09/02/2022	Município 1709302 GUARAI		
00953 - DELEGACIA DA RECEITA DE TOCANTINOPOLIS			
Insc. Estadual Razão social 29.422.527-7 D. M. HORTEGAL Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.490.376-3 TRANSPORTADORA AMERICAN LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.425.231-2 D. M. HORTEGAL - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.506.618-0 C. V. N. MARIANO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1718303 PRAIA NORTE
Insc. Estadual Razão social 29.479.120-5 SUE ANNE AGUIAR DA SILVA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/02/2022	Município 1700301 AGUIARNOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.508.475-8 R S SOARES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
00954 - DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA		Insc. Estadual Razão social 29.511.136-4 L DO N SOUSA LOSS LANCHONETE, RESTAURANTE E PIZZARIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.420.597-7 S R GONÇALVES EIRELI - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/02/2022	Município 1718865 SANTA FE DO ARAGUAIA	Insc. Estadual Razão social 29.514.300-2 TRUCKS DIESEL LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 14/02/2022	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.452.032-5 RODRIGO COSTA FEITOSA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	00959 - DELEGACIA DA RECEITA DE COLINAS	
Insc. Estadual Razão social 29.472.029-4 B&F REVENDA DE LIVROS E PRODUTOS DE VESTUÁRIO LTDA - EPP Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.397.321-0 CEAGRO AGRONEGOCIOS S/A Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "F" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.513.037-7 CASA DO MORANGO COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 15/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	00961 - DELEGACIA DA RECEITA DE ALVORADA	
Insc. Estadual Razão social 29.516.785-8 AC BEACH- ARTIGOS ESPORTIVOS E GESTÃO DE INSTALAÇÕES LTDA-ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 02/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.063.834-8 ADERIMAR FRANCISCO DE AGUIAR Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 08/02/2022	Município 1702000 ARAGUACU
Insc. Estadual Razão social 29.517.239-8 CALCE LEVE COMERCIO DE CALÇADOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 02/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.499.961-2 GUSTAVO HENRIQUE R NASCIMENTO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 02/02/2022	Município 1715754 PALMEIROPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.517.633-4 RK INTERMEDIACOES DE NEGOCIOS EM GERAL LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/02/2022	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.513.797-5 ARAGUAÇU CAMA & BANHO EIRELI-ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 08/02/2022	Município 1702000 ARAGUACU
00956 - DELEGACIA DA RECEITA DE MIRACEMA		00962 - DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO	
Insc. Estadual Razão social 29.508.496-0 AGRICOLA UNIAO COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/02/2022	Município 1713304 MIRANORTE	Insc. Estadual Razão social 29.440.375-2 L A SILVA COMERCIO ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/02/2022	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.509.893-7 M R X MINERAÇÃO LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 08/02/2022	Município 1703107 BARROLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.492.491-4 JUNIO G DE ALMEIDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/02/2022	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS

PORTARIA SEFAZ/SAT Nº 007, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre intimação para regularização cadastral.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, §4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Intimar nos termos do §1º, do art. 101, do RICMS, os contribuintes relacionados no Anexo Único, para, no prazo de dez dias da data de publicação desta Portaria, apresentarem à Delegacia Regional de sua circunscrição, os documentos necessários à regularização de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Parágrafo único. O contribuinte que não regularizar sua situação cadastral, no prazo previsto, terá sua inscrição suspensa e seus documentos fiscais considerados inidôneos.

Art. 2º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 3º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 4º As Delegacias Regionais deverão informar à Diretoria de Informações Econômico-Fiscais, da Superintendência de Administração Tributária, dentro do prazo fixado no art. 1º, acerca dos contribuintes relacionados no Anexo que regularizarem sua situação cadastral perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DA SILVA LEAL
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 007, de 16 de fevereiro de 2022.**00950 DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS**

Insc. Estadual Razão social 29.439.479-6 NAVES COMERCIAL EIRELI Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.480.928-7 XINGU RIO TRASMISSORA DE ENERGIA S.A. Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "M" DO RICMS - DEC. 2912/06	Município 1721000 PALMAS

00954 DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA

Insc. Estadual Razão social 29.428.007-3 A.L. LOPES DE MELO VIVEIRO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.457.023-3 ROSA MIRTES DA SILVA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1702109 ARAGUAINA

00956 DELEGACIA DA RECEITA DE MIRACEMA

Insc. Estadual Razão social 29.429.395-7 MIRAPÊL - RECICLAGEM DE PAPEL LTDA - EPP Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1713304 MIRANORTE
Insc. Estadual Razão social 29.514.779-2 ANA ROSA MONTEIRO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1721109 TOCANTINIA
Insc. Estadual Razão social 29.515.794-1 NARA BARBOSA DE AZEVEDO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1721109 TOCANTINIA

00957 DELEGACIA DA RECEITA DE TAGUATINGA

Insc. Estadual Razão social 29.501.591-8 CICERO MEDEIROS AMORIM EIRELI - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1705607 CONCEICAO DO TOCANTINS
---	---

00961 DELEGACIA DA RECEITA DE ALVORADA

Insc. Estadual Razão social 29.502.109-8 ROBERTO MARVULLE JUNIOR Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.515.299-3 ABEL MARIA BOMTEMPO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "M" DO RICMS - DEC. 2912/06	Município 1715754 PALMEIROPOLIS

00962 DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO

Insc. Estadual Razão social 29.509.666-7 SUPREMO CEREJAS LTDA - DEMAIS Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "M" DO RICMS	Município 1707207 DOIS IRMAOS DO TOCANTINS
--	---

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES**AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2022**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES da SECRETARIA DA FAZENDA, em obediência ao disposto no art. 4º, do Decreto Estadual nº 6.081/2020, na competência de Órgão Gerenciador, registra a Intenção de Registro de Preços do INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS para futura, eventual e parcelada solução de serviços de telecomunicações por meio de rede MPLS, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por grupo, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do termo de referência.

Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse em participar, mediante o encaminhamento a esta Superintendência, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhada de:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do "órgão participante inicializador", aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

IV - Solicitação de Compras - serviços/materiais;

O termo de referência deverá ser solicitado via email: geditais@sefaz.to.gov.br, maiores informações pelo telefone: (63) 3218-1548.

O prazo final para apresentação das manifestações é até as 18:00hs, do dia 04/03/2022.

Palmas/TO, 17 de fevereiro de 2022.

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Superintendente de Compras e Central de Licitações

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2022

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES da SECRETARIA DA FAZENDA, em obediência ao disposto no art. 4º do Decreto Estadual nº 6.081/2020, na competência de Órgão Gerenciador, registra a Intenção de Registro de Preços da SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA para futura, eventual e parcelada solução de serviços de telecomunicações por meio de rede MPLS, uniforme de educação física e acessório, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por grupo, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do termo de referência.

Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse em participar, mediante o encaminhamento a esta Superintendência, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhada de:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do "órgão participante inicializador", aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

IV - Solicitação de Compras - serviços/materiais;

O termo de referência deverá ser solicitado via e-mail: geditais@sefaz.to.gov.br, maiores informações pelo telefone: (63) 3218-1548.

O prazo final para apresentação das manifestações é até as 18:00hs do dia 07/03/2022.

Palmas/TO, 18 de fevereiro de 2022.

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Superintendente de Compras e Central de Licitações

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021														RS 1,00	
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												VALOR TOTAL	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	LIQUIDADAS														
	JANEIRO 2021	FEVEREIRO 2021	MARÇO 2021	ABRIL 2021	MAIO 2021	JUNHO 2021	JULHO 2021	AGOSTO 2021	SETEMBRO 2021	OUTUBRO 2021	NOVEMBRO 2021	DEZEMBRO 2021			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	502.975.330,37	506.983.068,68	557.837.139,72	517.323.780,85	499.204.947,37	552.837.070,25	508.689.413,22	531.002.499,65	519.501.577,23	516.757.879,91	527.868.112,52	1.151.345.596,93	6.892.326.416,70	983.526,81	
Pessoal Ativo	388.496.722,16	394.163.614,16	442.794.670,17	398.617.053,83	381.174.352,35	431.627.831,74	385.762.718,40	409.401.596,01	390.700.958,51	392.363.337,76	401.273.801,45	900.372.030,14	5.316.748.786,68	983.526,81	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	353.245.052,93	329.241.476,07	376.327.131,65	342.060.808,71	329.847.247,62	387.927.566,98	355.412.594,36	342.162.120,46	352.232.109,57	345.749.859,29	356.901.082,26	791.814.597,90	4.662.921.657,80	981.693,86	
Obrigações Patronais	35.251.669,23	64.922.138,09	66.467.538,52	56.556.245,12	51.327.004,73	43.700.364,76	30.359.214,04	67.239.475,55	38.468.848,94	46.613.478,47	44.372.719,19	108.557.432,24	653.827.128,88	1.828,95	
Pessoal Inativo e Pensionistas	114.437.804,38	112.749.665,66	114.954.522,46	118.486.951,74	117.892.457,49	121.076.371,20	122.817.277,77	121.533.564,58	127.771.196,59	124.189.004,04	124.931.872,51	239.096.489,94	1.559.937.178,36	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	104.393.308,65	103.061.879,47	104.527.592,08	107.859.284,87	107.525.180,30	110.567.135,96	111.470.955,78	108.750.366,30	115.454.685,42	112.203.524,68	112.970.849,80	216.457.007,67	1.415.241.770,98	0,00	
Pensões	10.044.495,73	9.687.786,19	10.426.930,38	10.627.666,87	10.367.277,19	10.509.235,24	11.346.321,99	12.783.198,28	12.316.511,17	11.985.479,36	11.961.022,71	22.638.482,27	144.695.407,38	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	40.803,83	69.788,86	87.947,09	219.775,28	138.137,53	132.767,31	109.417,05	67.339,06	1.029.422,13	205.538,11	1.662.438,56	11.877.076,85	15.640.451,66	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	67.781.872,58	112.414.341,92	88.707.733,72	74.426.248,07	62.748.817,54	66.413.876,00	209.960.426,80	98.973.022,57	124.818.497,65	150.248.939,87	98.148.272,54	827.932.754,66	1.982.574.803,92	960.831,98	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.766.637,21	4.860.489,80	5.009.973,87	5.346.531,43	5.590.676,30	3.619.987,70	6.378.011,15	5.219.127,31	3.432.123,25	6.996.753,34	6.425.200,93	8.059.870,55	67.705.382,84	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	500.532,05	836.238,67	2.036.490,59	1.844.219,93	7.356.981,59	766.610,20	465.405,32	1.551.228,67	668.335,01	356.988,20	27.580.229,21	43.963.259,44	493.631,21	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	39.781,62	17.719,85	0,00	11.756,45	25.316,76	8.299,26	0,00	44.086,87	0,00	13.594,32	557.364.064,44	557.524.579,57	467.200,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	61.015.235,37	107.013.538,45	82.843.801,33	67.043.226,05	55.302.164,86	55.411.589,95	202.807.546,19	93.288.489,94	119.791.058,86	142.583.851,52	91.352.489,09	234.928.590,46	1.313.381.582,07	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	435.193.457,79	394.568.726,76	469.129.406,00	442.897.532,78	436.456.129,83	486.423.194,25	298.728.986,42	432.029.477,08	394.683.079,58	366.508.940,04	429.719.839,98	323.412.842,27	4.909.751.612,78	22.688,83	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECETTA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)										VALOR		% SOBRE A RCL			
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)										10.053.168.262,57					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §1º, da CF) (VI)										1.057.814,31					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §1º, da CF) (VI)										0,00					
= RECETTA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)										10.052.110.446,21					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + a + III b)										4.909.774.301,61		48,85			
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso II, art. 19 da LRF)										6.031.266.268,93		60,00			
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)										5.729.702.955,48		57,00			
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)										5.438.139.642,03		54,00			
FONTE: SIAFI-TO / SIFRA-TO em 08/02/2022															
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:															
a) Despesas liquidadas, são consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;															
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 36 da Lei 4.320/64.															
Nota: Foram incluídos no computo para efeitos do limite de despesas com pessoal do Poder Executivo os valores executados por constritos no valor de R\$ 772.189,11.															
Nota: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSAÚDE, por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.															
Nota: Conforme Síntese das Alterações do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 1ª Edição, foram excluídas do demonstrativo as linhas referentes a "Outros Benefícios Previdenciários", tendo em vista que a EC nº 103/2019 limitou os benefícios previdenciários às aposentadorias e à pensão por morte. E incluiu a linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente" para que sejam destacadas no demonstrativo as despesas com pessoal devidas no período e que não foram executadas em razão de insuficiência financeira.															
Nota: Não foi deduzido o montante de R\$ 1.559.937.178,36 referente as despesas de inativos e pensionistas, sendo deduzidas o valor R\$ 1.313.381.582,07 em razão de apenas esses recursos terem cobertura através da arrecadação patronal e dos servidores vinculados ao RPPS, ou seja, o déficit financeiro do referido fundo encontra-se impactando o limite da despesas com pessoal, conforme instrução do MDF 1ª edição, páginas 499 e 500.															

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021												RS 1.00
Identificação dos Recursos		Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados) (g) = (a (b + c + d + e)) - f	Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos não Liquidados Cancelados (Inscrição por Insuficiência Financeira) (i)	Disponibilidade de Caixa Líquida (após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados) (j) = (g-h)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)						
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		1.867.991.446,38	48.113.978,64	103.818.858,86	60.032.031,88	874.769.979,87	0,00	781.256.597,13	215.882.537,22	0,00	565.374.059,91	
Recursos Ordinários	000	1.867.991.446,38	48.113.978,64	103.818.858,86	60.032.031,88	874.769.979,87	0,00	781.256.597,13	215.882.537,22	0,00	565.374.059,91	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		1.883.189.547,37	55.408.673,16	175.684.838,98	110.751.762,76	460.511.842,45	0,00	1.080.832.430,02	364.271.484,55	0,00	716.560.945,47	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	101	317.364.950,86	24.794.352,99	52.299.934,26	51.995.634,58	171.810.137,50	0,00	16.464.891,53	25.928.949,25	0,00	-9.464.057,72	
Transferências do FUNDEB	214	140.119.388,76	13.475.052,30	54.010.096,85	16.317.900,86	15.779,22	0,00	56.300.559,53	57.816.560,35	0,00	-1.516.000,82	
Outros Recursos Vinculados à Educação	000	119.841.753,32	2.444.100,74	1.907.155,70	13.983.157,38	17.038.142,40	0,00	84.469.197,10	42.640.335,61	0,00	41.828.861,49	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	102	94.892.776,86	446.650,60	33.368.291,11	5.022.901,12	7.734.194,45	0,00	48.320.739,58	55.416.197,53	0,00	-7.095.457,95	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	000	234.673.094,65	6.662.105,59	2.196.076,64	22.368.138,73	99,00	0,00	203.446.674,69	53.687.315,05	0,00	149.759.359,64	
Recursos Vinculados à Assistência Social	311	2.578.328,21	14.626,24	708,75	0,00	0,00	0,00	2.562.993,22	233.790,06	0,00	2.329.203,16	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	410	3.305.523,14	0,00	26.065,70	0,00	0,00	0,00	3.279.457,44	0,00	0,00	3.279.457,44	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	420	10.506.641,24	0,00	14.318.813,60	0,00	0,00	0,00	-3.812.172,36	1.168.929,37	0,00	-4.981.101,73	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e Saúde)	920	107.808.153,61	1.530.451,25	13.102.368,84	455.743,43	2.955.717,84	0,00	89.763.872,25	55.160.433,85	0,00	34.603.438,40	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	930	43.985.936,02	20.514,44	0,00	0,00	15.572.796,41	0,00	28.392.625,17	1.280.582,37	0,00	27.112.042,80	
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais - TJ	100000151	16.044.123,14	0,00	0,00	0,00	16.044.123,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	000	792.068.877,56	6.020.819,01	4.455.327,53	608.286,66	229.340.852,49	0,00	551.643.591,87	70.938.391,11	0,00	480.705.200,76	
TOTAL (III) = (I + II)		3.751.180.993,75	103.522.651,80	279.503.697,84	170.783.794,64	1.335.281.622,32	0,00	1.862.089.027,15	580.154.021,77	0,00	1.281.935.005,38	

Fonte: SIAFI-TO - 14/02/2022

NOTA

1. Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 1ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.

2. A Disponibilidade de Caixa Bruta foi composta das seguintes contas: 111110000 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação - R\$ 3.010.109.308,35; 11120000 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - NTRAF OFSS - R\$ 725.024.998,26; com saldos correspondentes em demais obrigações; 113510201 - Depósitos Judiciais Lei Complementar 151/2015 - Poder Judiciário - R\$ 16.044.123,14; e 113819909 - Outros Devedores a Receber - R\$ 2.563,00 (Defensoria Pública do Estado do Tocantins), totalizando o montante de R\$ 3.751.180.993,75.

3. Poder Executivo: na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, no valor de R\$ 566.364.109,90, que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos e os valores restituíveis de R\$ 740.648.358,54, que tem o ativo correspondente.

4. Assembleia Legislativa: na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, no valor de R\$ 12.114.392,07, que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos.

5. Poder Judiciário: na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os valores restituíveis de R\$ 52.971,36, que tem o ativo correspondente e os Depósitos Recebidos por Determinação Judicial de R\$ 16.044.123,14, conta contábil 218810301.

6. Tribunal de Contas: na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os valores restituíveis de R\$ 7.901,11, que tem o ativo correspondente.

7. Ministério Público: na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, no valor de R\$ 49.966,20, despesas não executadas orçamentariamente.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO CONSOLIDADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida		10.053.168.262,52	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites e Endividamento		10.052.110.448,21	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo da Despesa com Pessoal		10.052.110.448,21	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		4.909.774.301,61	48,85
Limite Máximo (inciso II, art. 19 da LRF)		6.031.266.268,93	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		5.729.702.955,48	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		5.428.139.642,03	54,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	580.154.021,77	1.281.935.005,38

FONTE: SIAFE-TO - SEFAZ-TO em 15/02/2022

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

MAURICIO PARIZOTTO LOURENÇO
Superintendente de Contabilidade Geral
Contador CRC-TO 001582/O

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021(BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO
REPÚBLICAÇÃO

Emitido em: 15/02/22

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)		9.611.519.060,00	11.091.007.979,00	2.439.842.598,88	21,92	11.073.607.348,92	99,84	17.400.630,08
RECEITAS CORRENTES		8.583.325.365,00	10.062.801.042,00	2.291.732.771,79	22,77	10.729.131.634,68	106,82	666.330.592,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.927.780.470,00	3.035.587.571,00	804.785.540,01	26,51	3.698.103.771,98	121,82	662.516.200,98
Impostos		2.728.189.725,00	2.837.496.826,00	759.314.228,01	26,76	3.451.520.477,55	121,64	614.023.651,55
Taxas		199.590.745,00	198.090.745,00	45.471.312,00	22,95	246.583.291,06	124,48	48.492.546,06
Contribuição de Melhoria		-	-	-	-	3,37	-	3,37
CONTRIBUIÇÕES		646.816.850,00	645.684.290,00	243.827.245,94	37,76	792.163.495,82	122,69	146.479.205,82
Contribuições Sociais		598.613.663,00	598.613.663,00	230.803.150,12	38,56	722.581.761,71	120,71	123.968.098,71
Contribuições Econômicas		48.203.187,00	47.070.627,00	13.024.095,82	27,67	69.581.734,11	147,82	22.511.107,11
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional		-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL		65.093.482,00	73.150.606,00	60.975.613,84	83,36	281.513.309,15	384,84	208.362.703,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		227.279,00	227.279,00	1.986.380,06	873,98	116.179,51	51,12	111.099,49
Valores Mobiliários		62.572.203,00	70.629.327,00	57.133.582,08	80,89	264.988.108,40	375,18	194.358.781,40
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		2.200.000,00	2.200.000,00	654.939,82	29,77	3.580.127,19	162,73	1.380.127,19
Exploração de Recursos Naturais		94.000,00	94.000,00	-	-	-	-	94.000,00
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	5.173.472,00	-	12.828.894,05	-	12.828.894,05
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		51.471.072,00	55.303.632,00	7.609.357,90	13,76	42.378.757,17	76,63	12.924.874,83
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		22.726.072,00	26.558.632,00	7.596.358,10	28,60	42.320.743,81	159,35	15.762.111,81
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades referentes à Saúde		-	-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		540.000,00	540.000,00	12.847,80	2,38	56.849,59	10,53	483.150,41
Outros Serviços		28.205.000,00	28.205.000,00	152,00	-	1.163,77	-	28.203.836,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.761.688.878,00	6.122.554.973,00	1.123.130.543,72	18,34	5.793.079.368,08	94,62	329.475.604,92
Transferências da União e de suas Entidades		3.930.454.928,00	5.062.396.171,00	918.224.684,28	18,14	4.739.806.080,78	93,63	322.590.090,22
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas		5.551.500,00	5.513.400,00	124.582,81	2,26	1.282.613,99	23,26	4.230.786,01
Transferências de Outras Instituições Públicas		825.162.450,00	1.054.125.402,00	204.781.276,63	19,43	1.051.874.673,31	99,79	2.250.728,69
Transferências do Exterior		-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas		520.000,00	520.000,00	-	-	116.000,00	22,31	404.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados		-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		130.474.613,00	130.519.970,00	51.404.470,38	39,38	121.892.932,48	93,39	8.627.037,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		56.857.334,00	56.857.334,00	4.028.427,67	7,09	32.106.209,24	56,47	24.751.124,76
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.143.199,00	1.458.556,00	992.937,12	68,08	30.912.338,34	2.119,38	29.453.782,34
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		13.278,00	13.278,00	-	-	-	-	13.278,00
Demais Receitas Correntes		72.190.802,00	72.190.802,00	46.383.105,59	64,25	58.874.384,90	81,55	13.316.417,10
RECEITAS DE CAPITAL		1.028.193.695,00	1.028.206.937,00	139.109.827,09	13,53	344.475.714,24	33,50	683.731.222,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		792.630.126,00	792.630.126,00	95.664.828,15	12,07	269.115.228,97	33,95	523.514.897,03
Operações de Crédito - Mercado Interno		405.253.932,00	405.253.932,00	5.985.633,25	1,48	69.844.277,21	17,23	335.409.654,79
Operações de Crédito - Mercado Externo		387.376.194,00	387.376.194,00	89.679.194,90	23,15	199.270.951,76	51,44	188.105.242,24
ALIEÇÃO DE BENS		6.332.125,00	6.332.125,00	4.389.626,24	69,32	7.356.424,79	116,18	1.024.299,79
Alienação de Bens Móveis		3.090.125,00	3.090.125,00	4.182.774,46	135,36	4.267.725,96	138,11	1.177.600,96
Alienação de Bens Imóveis		3.242.000,00	3.242.000,00	206.851,78	6,38	3.088.698,83	95,27	153.301,17
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		2.250.000,00	2.250.000,00	1.655.614,91	73,58	2.996.970,63	133,20	746.970,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		226.981.444,00	226.994.686,00	37.399.757,79	16,48	65.007.089,85	28,64	161.987.596,15
Transferências da União e de suas Entidades		222.827.331,00	222.802.473,00	37.380.557,79	16,78	64.962.589,85	29,16	157.839.883,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00
Transferências de Instituições Privadas		240.000,00	278.100,00	19.200,00	6,90	44.500,00	16,00	233.600,00
Transferências de Outras Instituições Públicas		3.514.113,00	3.514.113,00	-	-	-	-	3.514.113,00
Transferências do Exterior		-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-	-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados		-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro		-	-	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro		-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.300.104.666,00	1.359.617.822,00	270.518.085,28	19,90	1.134.827.338,64	83,47	224.790.483,36
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		10.911.623.726,00	12.450.625.801,00	2.701.360.684,16	21,70	12.208.434.687,56	98,05	242.191.113,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)		-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)		10.911.623.726,00	12.450.625.801,00	2.701.360.684,16	21,70	12.208.434.687,56	98,05	242.191.113,44
DÉFICIT (VI)		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)		10.911.623.726,00	12.450.625.801,00	2.701.360.684,16	21,70	12.208.434.687,56	98,05	242.191.113,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	726.495.443,00	-	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		-	726.495.443,00	-	-	726.495.443,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.982.806.941,00	12.138.496.901,55	2.528.661.945,33	10.670.311.552,26	1.468.185.349,29	2.710.832.699,32	10.090.157.530,49	2.048.339.371,06	9.854.156.804,33	580.154.021,77
DESPESAS CORRENTES	8.243.697.847,00	10.054.377.903,55	2.183.678.679,35	9.515.883.609,44	538.494.294,11	2.383.483.018,80	9.201.860.330,67	852.517.572,88	9.005.312.883,42	314.023.278,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.546.490.134,00	6.379.458.515,55	1.534.432.818,13	6.329.547.611,39	49.910.904,16	1.532.929.489,95	6.326.722.114,62	52.736.400,93	6.230.361.483,48	2.825.496,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.090.881,00	83.673.415,00	1.661.307,84	90.252.132,69	3.421.282,31	16.661.307,84	90.252.132,69	3.421.282,31	90.251.632,96	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.582.116.832,00	3.581.245.973,00	632.584.553,38	3.096.083.865,36	485.162.107,64	833.892.221,01	2.784.886.083,36	796.359.889,64	2.684.699.766,98	311.197.782,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	2.582.116.832,00	3.581.245.973,00	632.584.553,38	3.096.083.865,36	485.162.107,64	833.892.221,01	2.784.886.083,36	796.359.889,64	2.684.699.766,98	311.197.782,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.601.380.113,00	2.084.118.992,00	344.983.265,98	1.154.427.942,82	929.691.049,18	327.349.680,52	886.297.199,82	1.195.821.792,18	848.843.920,91	266.130.743,00
INVESTIMENTOS	1.362.502.432,00	1.733.106.629,00	259.327.606,51	820.850.998,05	912.255.630,95	228.620.535,82	554.723.384,15	1.178.383.244,85	515.455.666,66	266.127.613,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.950.000,00	27.067.314,00	13.068.295,61	10.660.030,00	16.407.284,00	-	10.660.030,00	16.407.284,00	10.660.030,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	235.927.681,00	323.945.049,00	98.723.955,08	322.916.914,77	1.028.134,23	98.729.144,70	322.913.765,67	1.031.263,33	322.728.224,25	3.129,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	137.728.981,00	6,00	-	-	6,00	-	-	6,00	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (IX)	711.782.492,00	977.775.099,45	229.719.132,44	963.976.477,73	13.798.621,72	229.719.132,44	963.976.477,73	13.798.621,72	920.473.506,05	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.694.589.433,00	13.116.272.001,00	2.758.381.077,77	11.634.288.029,99	1.481.983.971,01	2.940.551.831,76	11.054.134.008,22	2.062.137.992,78	10.774.630.310,38	580.154.021,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	10.694.589.433,00	13.116.272.001,00	2.758.381.077,77	11.634.288.029,99	1.481.983.971,01	2.940.551.831,76	11.054.134.008,22	2.062.137.992,78	10.774.630.310,38	580.154.021,77
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	574.146.657,57	-	-	1.154.300.679,34	-	1.433.894.377,18	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	10.694.589.433,00	13.116.272.001,00	2.758.381.077,77	12.208.434.687,56	1.481.983.971,01	2.940.551.831,76	12.208.434.687,56	2.062.137.992,78	12.208.434.687,56	-
RESERVA DO RPPS	217.034.293,00	60.849.243,00	-	-	60.849.243,00	-	-	60.849.243,00	-	-

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (e-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.300.104.666,00	1.359.617.822,00	270.518.085,28	19,90	1.134.827.338,64	83,47
RECEITAS CORRENTES	1.300.104.666,00	1.359.617.822,00	270.518.085,28	19,90	1.134.827.338,64	83,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES	1.300.104.666,00	1.359.617.822,00	270.506.341,11	19,90	1.126.286.200,60	82,84
Contribuições Sociais	1.300.104.666,00	1.359.617.822,00	270.506.341,11	19,90	1.126.286.200,60	82,84
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades referentes à Saúde	-	-	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	11.744,17	-	8.541.138,04	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	8.348.632,75	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	11.744,17	-	192.505,29	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
ALIEÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-

continua (14)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	711.782.492,00	977.775.099,45	229.719.132,44	963.976.477,73	13.798.621,72	229.719.132,44	963.976.477,73	13.798.621,72	920.473.506,05	-
DESPESAS CORRENTES	626.614.451,00	821.387.058,45	205.575.043,92	808.373.407,38	13.013.651,07	205.575.043,92	808.373.407,38	13.013.651,07	764.870.435,70	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	565.728.632,00	714.393.370,45	188.152.399,84	702.997.743,60	11.395.626,85	188.152.399,84	702.997.743,60	11.395.626,85	659.494.771,92	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.635.799,00	97.612.638,00	17.422.644,08	97.027.031,03	585.606,97	17.422.644,08	97.027.031,03	585.606,97	97.027.031,03	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.020,00	9.381.050,00	-	8.348.632,75	1.032.417,25	-	8.348.632,75	1.032.417,25	8.348.632,75	-
Transferências a Municípios	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	250.020,00	9.381.050,00	-	8.348.632,75	1.032.417,25	-	8.348.632,75	1.032.417,25	8.348.632,75	-
DESPESAS DE CAPITAL	85.168.041,00	156.388.041,00	24.144.088,52	155.603.070,35	784.970,65	24.144.088,52	155.603.070,35	784.970,65	155.603.070,35	-
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	85.168.041,00	156.388.041,00	24.144.088,52	155.603.070,35	784.970,65	24.144.088,52	155.603.070,35	784.970,65	155.603.070,35	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-

Sisfe-TO / SEFAZ-TO

Obs. Republicação para atualização do valor da receita patrimonial.

01 - Os valores das receitas já estão considerados com suas respectivas deduções, ou seja, Restituições de Receitas aos Contribuintes, Transferências Constitucionais aos Municípios e das Deduções para Formação do FUNDEB.

02 - A diferença apresentada entre a "Previsão inicial da receita" e a "Dotação inicial da despesa(d)" no valor de R\$ 217.034.293,00 se refere ao valor da Reserva do RPPS, demonstrado na linha "Reserva do RPPS".

03 - Conforme mapeamento do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 11ª edição, o déficit ou superávit será apurado pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas nos cinco primeiros bimestres, porém no último bimestre será apurado pelas despesas empenhadas. Na análise comparando as receitas realizadas(R\$ 12.208.434.687,56) com o valor das despesas empenhadas (R\$ 11.634.288.029,99) houve um superávit de R\$ 574.146.657,57. Embora este demonstrativo apresente um superávit, por refletir somente a execução orçamentária do ente, é importante ressaltar que há um passivo patrimonial (permanente) referente à folha, fornecedores, dentre outros de R\$ 578.869.993,44, que por haver insuficiência orçamentária-financeira não foram empenhadas. Se as despesas tivessem sido empenhadas e liquidadas haveria um déficit de R\$ 4.723.325,87.

04 - Na análise superávit/déficit comparando as receitas realizadas (R\$ 12.208.434.687,56) com o valor das despesas liquidadas (R\$ 11.054.134.008,22) houve um superávit de R\$ 1.154.300.599,34 e comparando as receitas realizadas (R\$ 12.208.434.687,56) com o valor das despesas pagas (R\$ 10.774.630.310,38) houve um superávit de R\$ 1.433.804.377,18.

05 - Na Linha Superávit Financeiro, utilizada para Créditos Adicionais, no campo saldo de exercícios anteriores (classificação contábil - 522130100), apresenta o valor de R\$ 726.495.443,00 referentes à abertura de créditos adicionais, conforme legislação e quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS - SUPERAVIT FINANCEIRO					
UG ACRESCIDA	DECRETO	DATA	U.D.USO/FONTE	VALOR	
030100 - TRIBUNAL DE CONTAS	6225	01/03/2021	0 - 100	7.666.138,00	
030100 - TRIBUNAL DE CONTAS	6226	01/03/2021	0 - 100	6.157.170,00	
050100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	6226	01/03/2021	0 - 100	7.000.000,00	
050100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	6262	03/05/2021	0 - 240	7.000.000,00	
060100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIÁRIO	6225	01/03/2021	0 - 240	5.000.000,00	
060100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIÁRIO	6261	03/05/2021	0 - 240	3.000.000,00	
060100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIÁRIO	6267	01/06/2021	0 - 240	4.000.000,00	
060100 - FUNDO ESP. DE MOD. E APRIM. DO P. JUDICIÁRIO	6280	01/07/2021	0 - 240	8.100.000,00	
070100 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	6225	01/03/2021	0 - 104	1.500,00	
070100 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	6225	01/03/2021	0 - 930	2.892,00	
070100 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	6226	01/03/2021	0 - 100	14.164.281,00	
080500 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MP	6225	01/03/2021	0 - 240	143.743,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6225	01/03/2021	0 - 260	1.176.537,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6240	05/04/2021	0 - 260	1.102.895,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6261	03/05/2021	0 - 260	1.561.998,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6267	01/06/2021	0 - 100	80.000,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6267	01/06/2021	0 - 260	9.650.833,00	
090100 - SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	6293	02/08/2021	0 - 100	80.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6220	17/02/2021	0 - 223	51.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6221	18/02/2021	0 - 218	176.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6225	01/03/2021	0 - 218	200.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6225	01/03/2021	0 - 630	1.768.476,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6225	01/03/2021	0 - 930	704.350,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6226	01/03/2021	0 - 225	312.664,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6240	05/04/2021	0 - 218	400.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6240	05/04/2021	0 - 630	786.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6251	03/05/2021	0 - 260	1.410.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6267	01/06/2021	0 - 218	400.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6267	01/06/2021	0 - 630	550.000,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6280	01/07/2021	0 - 218	141.216,00	
090300 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	6281	01/07/2021	0 - 223	80.000,00	
090400 - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	6225	01/03/2021	0 - 218	3.323,00	
090600 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	6310	01/09/2021	0 - 930	3.900.000,00	
090600 - CASA MILITAR	6280	01/07/2021	0 - 260	214.618,00	
090900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6240	05/04/2021	0 - 218	257.133,00	
090900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6267	01/06/2021	0 - 260	71.358,00	
090900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6293	02/08/2021	0 - 260	405.544,00	
090900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6343	03/11/2021	0 - 238	23.248,00	
091100 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	6225	01/03/2021	0 - 240	8.200.000,00	
091700 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	6261	03/05/2021	0 - 260	1.971.612,00	
108200 - AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6225	01/03/2021	0 - 218	50.000,00	
108200 - AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6267	01/06/2021	0 - 260	80.000,00	
108200 - AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6280	01/07/2021	0 - 100	150.000,00	
108200 - AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6293	02/08/2021	0 - 100	490.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6225	01/03/2021	0 - 260	6.000.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6240	05/04/2021	0 - 260	7.500.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6261	03/05/2021	0 - 260	4.500.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6267	01/06/2021	0 - 218	34.171,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6267	01/06/2021	0 - 260	15.800.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6280	01/07/2021	0 - 100	150.000,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6280	01/07/2021	0 - 260	193.578,00	
110100 - SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	6293	02/08/2021	0 - 100	1.779.323,00	
130100 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6261	03/05/2021	0 - 100	1.224.100,00	
130100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	6226	01/03/2021	0 - 225	5.681.000,00	
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	6280	01/07/2021	0 - 100	2.613.000,00	
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	6293	02/08/2021	0 - 100	9.928.578,00	
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	6294	02/08/2021	0 - 225	15.000.000,00	
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	6324	07/10/2021	0 - 225	1.850.000,00	
189200 - FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL - FUMPES	6240	05/04/2021	0 - 239	1.700.000,00	
189200 - FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL - FUMPES	6280	01/07/2021	0 - 239	18.020.000,00	
190100 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	6221	18/02/2021	0 - 218	15.000,00	
190100 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	6293	02/08/2021	0 - 100	150.000,00	
190100 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	6310	01/09/2021	0 - 260	50.595,00	
202900 - FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6337	03/11/2021	0 - 225	900.000,00	
203000 - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO TO - FAPT	6261	03/05/2021	0 - 260	57.001,00	
203000 - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO TO - FAPT	6267	01/06/2021	0 - 217	37.693,00	
207200 - FUNDO CULTURAL	6221	18/02/2021	0 - 261	444.200,00	
207200 - FUNDO CULTURAL	6267	01/06/2021	0 - 281	3.413.740,00	
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6225	01/03/2021	0 - 218	130.000,00	
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6251	03/05/2021	0 - 260	4.526.686,00	
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6267	01/06/2021	0 - 260	1.500.000,00	
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6280	01/07/2021	0 - 260	5.537.774,00	
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6293	02/08/2021	0 - 260	2.332.920,00	
240500 - FUNDO FINANCEIRO	6267	01/06/2021	0 - 100	50.000,00	
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6251	03/05/2021	0 - 260	17.027.100,00	
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6267	01/06/2021	0 - 260	3.600.000,00	
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6293	02/08/2021	0 - 260	2.666.880,00	
260800 - FUNDO EST. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	6310	01/09/2021	0 - 238	20.126.417,00	
260800 - FUNDO EST. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	6321	07/10/2021	0 - 238	20.517.053,00	
268100 - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6293	02/08/2021	0 - 100	6.316.897,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6220	17/02/2021	0 - 225	4.070.837,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6221	18/02/2021	0 - 210	496.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6225	01/03/2021	0 - 210	306.471,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6226	01/03/2021	0 - 225	6.503.502,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6241	05/04/2021	0 - 225	185.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6261	03/05/2021	0 - 210	460.004,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6262	03/05/2021	0 - 225	15.520.353,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6268	01/06/2021	0 - 140	130.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6268	01/06/2021	0 - 225	17.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6280	01/07/2021	0 - 210	211.259,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6281	01/07/2021	0 - 120	12.036.090,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6281	01/07/2021	0 - 140	7.500.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6293	02/08/2021	0 - 210	47.784,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6310	01/09/2021	0 - 210	80.000,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6321	07/10/2021	0 - 210	2.232,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6324	07/10/2021	0 - 214	7.368.294,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6337	03/11/2021	0 - 140	176.490,00	
270100 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	6343	17/11/2021	0 - 210	195.597,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6220	17/02/2021	0 - 102	10.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6220	17/02/2021	0 - 215	303.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6220	17/02/2021	0 - 218	2.177.700,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6220	17/02/2021	0 - 560	67.203.826,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6226	01/03/2021	0 - 215	399.972,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6226	01/03/2021	0 - 220	200.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6226	01/03/2021	0 - 240	379.762,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6226	01/03/2021	0 - 250	5.674.225,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6226	01/03/2021	0 - 560	20.626.341,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6241	05/04/2021	0 - 102	260.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6241	05/04/2021	0 - 220	3.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6241	05/04/2021	0 - 223	100.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6241	05/04/2021	0 - 250	45.118.128,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6252	03/05/2021	0 - 240	83.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6256	01/05/2021	0 - 102	8.000.400,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6268	01/06/2021	0 - 218	814.512,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6268	01/06/2021	0 - 240	1.600.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6268	01/06/2021	0 - 248	200.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6268	01/06/2021	0 - 251	2.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6281	01/07/2021	0 - 102	10.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6281	01/07/2021	0 - 215	5.267.900,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6281	01/07/2021	0 - 251	5.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6296	02/08/2021	0 - 215	8.000.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6309	01/09/2021	0 - 240	707.500,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6309	01/09/2021	0 - 248	174.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6324	07/10/2021	0 - 240	103.000,00	
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	6324	07/10/2021	0 - 248	30.000,00	
310100 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP	6225	01/03/2021	0 - 218	176.000,00	
310100 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP	6267	01/06/2021	0 - 260	2.208.000,00	
324700 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/TO	6225	01/03/2021	0 - 218	176.000,00	
330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA	6225	01/03/2021	0 - 218	8.319,00	
344300 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO EST. DO TO	6267	01/06/2021	0 - 260	541.440,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6225	01/03/2021	0 - 218	160.000,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6267	01/06/2021	0 - 218	200.000,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6267	01/06/2021	0 - 260	50.000,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6281	01/07/2021	0 - 225	602.000,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6294	02/08/2021	0 - 225	2.131.724,00	
344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6321	07/10/2021	0 - 260	50.000,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6225	01/03/2021	0 - 100	1.839.650,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6240	05/04/2021	0 - 100	1.735.529,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6251	03/05/2021	0 - 100	2.779.235,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6251	03/05/2021	0 - 260	8.000.000,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6267	01/06/2021	0 - 100	2.458.963,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6280	01/07/2021	0 - 100	940.139,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6293	02/08/2021	0 - 100	1.230.601,00	
370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO	6310	01/09/2021	0 - 238	1.160.238,00	
389600 - AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6225	01/03/2021	0 - 100	29.029.716,00	
389600 - AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6240	05/04/2021	0 - 100	17.956.323,00	
389600 - AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6251	03/05/2021	0 - 100	6.361.096,00	
389600 - AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6251	03/05/2021	0 - 260	1.300.000,00	

090600 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	6353	01/12/2021	0 - 100	34.917.964,00	305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6353	01/12/2021	0 - 100	38.004.834,00
090700 - CASA MILITAR	6318	01/10/2021	0 - 100	500.000,00	305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6353	01/12/2021	0 - 102	174.941.924,00
090700 - CASA MILITAR	6336	03/11/2021	0 - 100	113.727,00	310100 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	6318	01/10/2021	0 - 100	2.667.200,00
090700 - CASA MILITAR	6353	01/12/2021	0 - 100	1.894.512,00	310100 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	6336	03/11/2021	0 - 100	8.865.000,00
090900 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TO	6352	01/12/2021	0 - 100	305.763,00	310100 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - SSP	6353	01/12/2021	0 - 100	35.681.432,00
108200 - AGENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6308	01/09/2021	0 - 100	431.000,00	330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E AQUICULTURA	6336	03/11/2021	0 - 100	514.650,00
108200 - AGENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6318	01/10/2021	0 - 100	233.333,00	330100 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E AQUICULTURA	6352	01/12/2021	0 - 100	333.715,00
108200 - AGENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	6352	01/12/2021	0 - 100	3.750.001,00	344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6335	03/11/2021	0 - 100	1.291.000,00
110100 - SECRETARIA DA COMUNICACAO	6308	01/09/2021	0 - 100	5.458.116,00	344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6336	03/11/2021	0 - 100	3.707.000,00
110100 - SECRETARIA DA COMUNICACAO	6318	01/10/2021	0 - 100	6.606.946,00	344300 - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO EST. DO TO	6353	01/12/2021	0 - 100	15.464.517,00
110100 - SECRETARIA DA COMUNICACAO	6319	01/10/2021	0 - 100	419.804,00	344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6336	03/11/2021	0 - 100	2.350.577,00
110100 - SECRETARIA DA COMUNICACAO	6353	01/12/2021	0 - 100	130.500,00	344900 - INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO ESTADO DO TO	6353	01/12/2021	0 - 100	9.126.935,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6308	01/09/2021	0 - 100	11.785.243,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6308	01/09/2021	0 - 100	3.491.688,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6318	01/10/2021	0 - 100	7.651.746,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6311	01/09/2021	3 - 103	583.773,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6335	03/11/2021	0 - 100	7.774.481,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6318	01/10/2021	0 - 100	1.377.370,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6336	03/11/2021	0 - 100	8.836.433,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6335	03/11/2021	0 - 100	1.423.160,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6352	01/12/2021	0 - 100	5.750.604,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6352	01/12/2021	0 - 100	9.068.083,00
170100 - SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTICA	6353	01/12/2021	0 - 100	15.202.384,00	370100 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITACAO	6353	01/12/2021	0 - 100	896.558,00
190100 - SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	6318	01/10/2021	0 - 100	15.010,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6308	01/09/2021	0 - 100	13.455.653,00
190100 - SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	6353	01/12/2021	0 - 100	1.579.131,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6318	01/10/2021	0 - 100	37.676.420,00
203000 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO TO - FAPT	6336	03/11/2021	0 - 100	69.270,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6319	01/10/2021	3 - 103	1.092.369,00
203000 - FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO TO - FAPT	6353	01/12/2021	0 - 100	139.057,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6335	03/11/2021	0 - 100	2.959.103,00
203300 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS	6319	01/10/2021	0 - 101	1.300.000,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6336	03/11/2021	0 - 100	3.013.860,00
203300 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS	6353	01/12/2021	0 - 101	1.360.000,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6352	01/12/2021	0 - 100	35.356.509,00
205700 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS	6353	01/12/2021	0 - 100	539.732,00	389600 - AGENCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS	6353	01/12/2021	3 - 103	1.497.953,00
206100 - AG. DE METROLOGIA, AVALIACAO DA CONFORMIDADE, INOVACAO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TO	6353	01/12/2021	0 - 100	556.100,00	389700 - AGENCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	6335	03/11/2021	0 - 100	205.334,00
207200 - FUNDO CULTURAL	6335	03/11/2021	0 - 261	67.945,00	403100 - INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURALATINS	6352	01/12/2021	0 - 100	8.159,00
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	6335	03/11/2021	0 - 100	4.639.489,00	403100 - INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURALATINS	6353	01/12/2021	0 - 100	5.780.758,00
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	6336	03/11/2021	0 - 100	148.262,00	410100 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6335	03/11/2021	0 - 100	267.854,00
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	6352	01/12/2021	0 - 100	21.023,00	410100 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6336	03/11/2021	0 - 100	625.571,00
230100 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	6353	01/12/2021	0 - 100	2.645.184,00	410100 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6353	01/12/2021	0 - 100	3.202.997,00
248700 - FUNDO DE ASSIST. A SAUDE DOS SERV. PUBL. DO TO	6353	01/12/2021	0 - 242	59.513.156,00	450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFAZ	6308	01/09/2021	0 - 100	8.600.000,00
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6308	01/09/2021	0 - 100	7.330.417,00	450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFAZ	6318	01/10/2021	0 - 100	11.500.000,00
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6318	01/10/2021	0 - 100	8.656.860,00	450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFAZ	6335	03/11/2021	0 - 100	19.800.000,00
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6352	01/12/2021	0 - 100	5.400.000,00	450100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFAZ	6352	01/12/2021	0 - 100	18.100.000,00
250100 - SECRETARIA DA FAZENDA	6353	01/12/2021	0 - 100	24.310.572,00	470100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEPLAN	6311	01/09/2021	0 - 100	20.000.000,00
268100 - AGENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6303	23/08/2021	0 - 100	35.336.880,00	470100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEPLAN	6336	03/11/2021	0 - 100	80.000.000,00
268100 - AGENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6308	01/09/2021	0 - 100	1.413.866,00	470100 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEPLAN	6353	01/12/2021	0 - 100	75.000.000,00
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6311	01/09/2021	0 - 101	10.522.100,00	490100 - DEFENSORIA PUBLICA	6353	01/12/2021	0 - 100	9.306.188,00
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6311	01/09/2021	0 - 214	5.219.304,00	TOTAL				1.539.002.075,00
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6318	01/10/2021	0 - 100	13.509.999,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6319	01/10/2021	0 - 101	15.624.000,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6319	01/10/2021	0 - 214	49.521.196,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6336	03/11/2021	0 - 214	51.800.000,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6352	01/12/2021	0 - 100	26.462.363,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6353	01/12/2021	0 - 101	73.459.572,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6353	01/12/2021	0 - 140	5.929.107,00					
270100 - SECRETARIA DA EDUCACAO, JUVENTUDE E ESPORTES	6353	01/12/2021	0 - 214	130.422.450,00					
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6311	01/09/2021	0 - 102	33.521.895,00					
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6319	01/10/2021	0 - 102	25.080.142,00					
305500 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	6336	03/11/2021	0 - 102	62.177.696,00					

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURANÇA SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
REPÚBLICA

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		PREVISÃO ATUALIZADA 2021	
ESPECIFICAÇÃO	jan/2021	fev/2021	mar/2021	abr/2021	mai/2021	jun/2021	jul/2021	ago/2021	set/2021	out/2021	nov/2021	dez/2021	1.011.084.205,03	1.161.084.205,03	12.291.284.930,00	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.010.693.068,45	1.145.835.199,63	955.179.307,43	984.030.194,90	1.087.473.403,79	1.084.028.764,24	994.686.988,15	1.151.113.735,64	1.036.918.807,58	1.234.118.506,40	1.267.845.664,28	1.611.084.205,03	13.563.007.845,48	12.291.284.930,00	12.291.284.930,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	425.879.123,53	377.993.832,69	379.946.114,49	391.427.853,72	407.133.233,79	420.405.424,90	441.910.414,71	476.776.985,73	489.860.536,19	583.503.536,73	499.480.977,97	690.512.478,31	5.579.746.512,76	4.477.186.773,00	4.477.186.773,00	
ICMS	330.550.400,98	277.993.888,46	290.749.839,82	302.410.430,38	316.958.365,84	320.440.943,10	341.458.342,93	370.475.081,16	375.635.857,51	375.576.185,57	398.970.907,96	493.808.993,16	4.195.029.336,87	3.306.584.591,00	3.306.584.591,00	
IPVA	39.496.137,37	15.095.093,77	15.288.443,07	13.073.563,39	14.548.897,84	16.221.871,16	18.108.429,74	20.765.713,42	30.468.584,64	115.694.313,80	24.001.626,67	24.056.934,68	346.819.609,35	284.520.596,00	284.520.596,00	
ITCD	1.945.890,61	2.258.109,82	7.708.323,60	2.459.872,85	4.724.548,94	5.515.656,67	8.058.680,52	4.840.706,72	4.874.411,74	3.705.305,68	6.794.712,97	4.681.583,63	57.567.803,75	23.955.312,00	23.955.312,00	
IRRF	35.521.593,53	60.955.283,72	52.296.425,68	56.223.086,59	53.046.353,30	58.328.384,10	55.608.437,72	60.219.067,57	56.662.809,18	52.677.041,36	49.751.484,71	142.455.900,79	733.746.468,36	664.035.529,00	664.035.529,00	
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.365.101,02	16.507.556,92	13.903.862,32	17.269.300,51	17.855.947,67	19.898.569,87	18.676.533,86	20.476.416,86	22.218.873,14	35.850.690,32	22.075.375,00	23.935.907,08	246.933.294,43	198.800.705,00	198.800.705,00	
Receitas Patrimoniais	2.849.409,57	2.578.275,85	13.969.967,91	4.969.405,86	6.309.038,59	8.440.182,85	18.949.787,83	34.746.424,71	10.911.245,97	17.476.751,86	32.902.850,85	26.820.213,39	180.943.555,24	37.138.576,00	37.138.576,00	
Receitas Patrimoniais de Aplicação Financeira	1.746.993,69	1.852.362,47	4.189.191,73	5.655.925,00	7.751.759,40	9.867.490,60	11.337.123,03	9.817.989,15	12.778.683,99	12.778.683,99	21.978.155,09	107.962.452,30	29.969.453,00	29.969.453,00	29.969.453,00	
Outras Receitas Patrimoniais	1.102.415,88	723.913,38	10.743.865,22	800.214,13	653.113,59	868.423,45	9.982.297,23	23.409.301,68	1.093.256,82	4.698.067,87	14.062.175,39	4.842.058,30	72.981.102,94	13.229.123,00	13.229.123,00	
Receita Agropecuária																
Receita Industrial																
Receita de Serviços	4.211.696,62	4.209.678,89	3.526.727,21	2.826.412,31	2.891.830,36	2.741.335,73	2.657.150,18	3.590.087,46	4.873.633,39	3.246.939,18	3.721.547,35	3.887.810,55	42.378.757,17	55.303.632,00	55.303.632,00	
Transferências Correntes	552.340.987,28	697.219.976,26	492.973.113,99	511.169.454,94	613.765.372,81	572.863.778,65	472.563.719,44	565.342.740,63	478.233.493,39	558.104.486,18	646.930.984,17	679.444.751,14	6.945.689.459,31	6.945.689.459,31	6.945.689.459,31	
Cota-Parte do FPE	445.736.930,89	560.227.877,17	382.280.413,59	399.644.930,85	484.825.346,82	413.050.042,77	354.412.855,94	439.335.630,38	348.545.527,04	389.286.268,95	495.861.522,46	516.456.106,07	5.229.663.453,13	5.229.663.453,13	5.229.663.453,13	
Transferências da LC 87/1996													1.218.191,00	1.218.191,00	1.218.191,00	
Transferências da LC 61/1989	981.717,51	803.046,05	953.556,81	956.373,00	924.388,72	847.956,80	979.390,50	823.584,33	979.933,59	1.008.661,00	966.282,48	987.882,25	11.212.772,94	5.115.541,00	5.115.541,00	
Transferências do FUNDEC	59.631.500,90	99.275.476,62	73.136.183,94	77.167.218,46												
Outras Transferências Correntes	45.990.429,97	36.913.574,42	36.365.955,95	33.400.932,63	35.240.239,44	37.718.809,23	47.768.107,06	41.004.834,37	46.684.457,62	52.188.872,27	55.283.454,75	53.281.221,69	658.917.245,00	658.917.245,00	658.917.245,00	
Outras Receitas Correntes	3.525.127,26	1.842.905,94	3.870.712,43	3.187.116,63	3.518.144,59	2.860.383,12	2.639.778,45	3.922.307,37	5.414.243,23	13.503.985,12	32.888.562,16	30.012.485,28	391.082.865,00	130.519.970,00	130.519.970,00	
DEDUÇÕES (II)	25.172.989,97	288.537.275,81	248.078.113,21	253.627.095,01	269.677.100,53	257.407.132,17	256.427.755,45	285.161.425,55	274.949.805,68	338.077.002,72	328.162.424,61	464.348.210,38	3.509.839.886,96	2.723.017.160,00	2.723.017.160,00	
Transferências Constitucionais e legais	10.426.344,34	75.541.249,21	79.289.727,83	81.427.868,67	85.308.326,95	86.873.296,14	93.680.699,05	101.302.874,35	151.046.075,32	110.099.147,17	133.820.261,17	120.794.361,42	928.596.650,00	928.596.650,00	928.596.650,00	
Contribuição do Segurado para o Plano de Previdência	6.160.560,12	44.633.672,63	44.223.149,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	36.359.294,67	
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	198.375,34	696.790,45	416.919,17	470.229,31	524.853,94	493.430,00	278.372,47	404.163,95	452.099,24	1.024.740,02	627.688,74	5.865.514,54	6.594.594,00	6.594.594,00	6.594.594,00	
Debitos de Ret. para Formação do FUNDEC	14.554.703,01	156.151.856,79	123.537.793,02	127.505.517,99	147.334.177,83	133.840.299,28	125.982.132,82	146.987.572,37	130.601.465,54	147.030.281,12	162.876.551,66	181.656.816,49	1.277.058.178,54	1.377.899.286,00	1.377.899.286,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	759.370.078,48	857.297.923,82	707.101.194,22	730.403.099,89	817.796.303,22	826.621.632,07	738.259.712,30	865.452.578,62	762.069.001,90	896.041.503,68	945.430.696,14	1.146.571.038,08	10.052.104.482,11	9.568.267.770,00	9.568.267.770,00	
(-) Transferências Obrigatórias da Receita relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (IV)							304.316,21				588.541,53	1.649.557,37	1.057.814,31			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENENDIMENTO (V) = (III - IV)	759.370.078,48	857.297.923,82	707.101.194,22	730.403.099,89	817.796.303,22	826.621.315,86	865.452.578,62	762.069.001,90	896.041.503,68	895.453.002,15	945.430.696,14	1.146.571.038,08	10.052.104.482,11	9.568.267.770,00	9.568.267.770,00	
(-) Transferências Obrigatórias da Receita relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)																
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	759.370.078,48	857.297.923,82	707.101.194,22	730.403.099,89	817.796.303,22	826.621.315,86	738.259.712,30	865.452.578,62	762.069.001,90	896.041.503,68	945.430.696,14	1.146.571.038,08	10.052.104.482,11	9.568.267.770,00	9.568.267.770,00	

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
REPÚBLICAÇÃO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00					
		ACIMA DA LINHA					
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2021					
		RECEITAS REALIZADAS (a)					
RECEITAS CORRENTES (I)	10.062.801.042,00	10.729.131.634,68					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.035.587.571,00	3.698.103.771,98					
ICMS	2.040.605.859,00	2.532.991.940,29					
IPVA	113.727.140,00	138.727.825,93					
ITCD	19.128.298,00	46.054.242,97					
IRRF	664.035.529,00	733.746.468,36					
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	198.090.745,00	246.583.294,43					
Contribuições	645.684.290,00	792.163.495,82					
Receita Patrimonial	73.150.606,00	281.513.309,15					
Aplicações Financeiras (II)	59.921.483,00	208.532.206,21					
Outras Receitas Patrimoniais	13.229.123,00	72.981.102,94					
Transferências Correntes	6.122.554.973,00	5.793.079.368,08					
Cota-Parte do FPE	4.408.449.263,00	4.183.730.762,58					
Transferências da LC 87/1996	974.553,00	0,00					
Transferências da LC 61/1989	3.069.325,00	6.738.597,97					
Transferências do FUNDEB	1.051.143.889,00	1.051.795.011,55					
Outras Transferências Correntes	658.917.943,00	550.814.995,98					
Demais Receitas Correntes	185.823.602,00	164.271.689,65					
Outras Receitas Financeiras (III)	540.000,00	67.909,38					
Receitas Correntes Restantes	185.283.602,00	164.203.780,27					
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	10.002.339.559,00	10.520.531.519,09					
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.028.206.937,00	344.475.714,24					
Operações de Crédito (VI)	792.630.126,00	269.115.228,97					
Amortização de Empréstimos (VII)	2.250.000,00	2.996.970,63					
Alienação de Bens	6.332.125,00	7.356.424,79					
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00					
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00					
Outras Alienações de Bens	6.332.125,00	7.356.424,79					
Transferências de Capital	226.994.686,00	65.007.089,85					
Convênios	115.563.727,00	17.900.025,85					
Outras Transferências de Capital	111.430.959,00	47.107.064,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	233.326.811,00	72.363.514,64					
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	10.235.666.370,00	10.592.895.033,73					
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2021					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS Pagas (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	10.054.377.903,55	9.515.883.609,44	9.201.860.330,67	9.005.312.883,42	223.272.914,28	134.950.258,78	132.912.847,28
Pessoal e Encargos Sociais	6.379.458.515,55	6.329.547.611,39	6.326.722.114,62	6.230.361.483,48	127.509.586,66	1.733.633,91	954.470,29
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	93.673.415,00	90.252.132,69	90.252.132,69	90.251.632,96	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.581.245.973,00	3.096.083.865,36	2.784.886.083,36	2.684.699.766,98	95.763.327,62	133.216.624,87	131.958.376,99
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	3.581.245.973,00	3.096.083.865,36	2.784.886.083,36	2.684.699.766,98	95.763.327,62	133.216.624,87	131.958.376,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	9.960.704.488,55	9.425.631.476,75	9.111.608.197,98	8.915.061.250,46	223.272.914,28	134.950.258,78	132.912.847,28
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.084.118.992,00	1.154.427.942,82	888.297.199,82	848.843.920,91	27.129.471,42	140.812.930,71	137.794.465,23
Investimentos	1.733.106.629,00	820.850.998,05	554.723.384,15	515.455.666,66	27.129.471,42	140.807.187,31	137.788.721,83
Inversões Financeiras	27.067.314,00	10.660.030,00	10.660.030,00	10.660.030,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	14.740.000,00	1.360.030,00	1.360.030,00	1.360.030,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	12.327.314,00	9.300.000,00	9.300.000,00	9.300.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	323.945.049,00	322.916.914,77	322.913.785,67	322.728.224,25	0,00	5.743,40	5.743,40
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.745.433.943,00	830.150.998,05	564.023.384,15	524.755.666,66	27.129.471,42	140.807.187,31	137.788.721,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	11.706.138.437,55	10.255.782.474,80	9.675.631.582,13	9.439.816.917,12	250.402.385,70	275.757.446,09	270.701.569,11
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]		631.974.161,80					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		125.030.773,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre / 2021					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		207.968.886,86					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		342.243.451,59					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = (XXIV + (XXV - XXVI))		497.699.597,07					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-419.859.143,00					

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2020 (a)	Até o Bimestre 2021 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	5.313.965.354,05	4.753.705.239,62
DEDUÇÕES (XXIX)	2.067.694.152,74	2.783.696.439,73
Disponibilidade de Caixa	1.964.805.593,78	2.683.763.472,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.287.272.825,61	2.996.297.144,97
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	322.467.231,83	312.533.672,79
Demais Haveres Financeiros	102.888.558,96	99.932.967,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	3.246.271.201,31	1.970.008.799,89
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.276.262.401,42

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2021
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	9.933.559,04
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	895.021,37
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	-115.593.968,73
PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	-653.930.297,95
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	497.699.597,07
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	631.974.161,80

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	726.495.443,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	726.495.443,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	60.849.243,00

FONTE: Siae-TO / SEFAZ-TO em 07/02/2022

- Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 11ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.
- Nas Demais Receitas Correntes foram considerados as Receitas de Serviços.
- No montante da Dívida Consolidada item XXVIII, consta os passivos reconhecidos por insuficiência orçamentária-financeira, conforme lista abaixo:

Passivo Patrimonial	dez/21
211110101 - Salários, Remunerações e Benefícios	129.231.469,61
211110102 - Décimo Terceiro Salário	7.262.569,15
211110103 - Férias	758.648,35
211310101 - Benefícios Assistenciais a Pagar	6.903,56
211420101 - Contribuição Patronal ao RPPS	243.585.961,84
211429901 - Plansaude	27.910.356,52
211430101 - Contribuições Ao RGPS sobre Salários e Remunerações	1.401.240,95
211430103 - Contribuições Ao RGPS - Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	4.017,78
211430301 - Contribuição a Regime Próprio De Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.647,23
211430501 - FGTS	46.063,86
211440301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	152.056,90
211450301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	78.393,12
213110101 - Fomecedores não Parcelados a Pagar	144.079.433,67
213110301 - Contas não Parceladas a Pagar	336.460,70
213111001 - Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	23.038.932,06
214131101 - PIS/PASEP a Recolher	43.259,36
218910101 - Indenizações a Servidores	17.708,73
218910102 - Indenizações e Restituições Diversas	651.535,00
218910201 - Diárias a Pagar	263.325,05
Total PASSIVOS P	578.869.983,44

- No quadro Ajuste Metodológico no item XXXV - Variação Cambial, a metodologia utilizada foi:

VPD	Valor
(-) 343210200 - Variações Cambiais de Dívida Contratual Externa	363.763.831,85
(+) 443919902 - Outras Variações Cambiais Externas	248.169.863,12
Saldo	-115.593.968,73

- Detalhamento outros Ajustes XXXVIII, as contas informadas nas classificações abaixo na sequência 113819... correspondem a pagamentos pendentes de regularizações. Houve cancelamento de dívidas por inscrição indevida no exercício de 2020, de Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado no valor de R\$ 372.783,05 (NP 155 a 157) e Financiamento do Ativo Permanente no valor de R\$ 8.739.785,31 (NP 158 e 159). Os Passivos P do exercício de 2020 de R\$ 1.118.983.156,53, houve baixa por empenho ou cancelamento no valor de R\$ 540.113.173,09:

OUTROS AJUSTES	Valor
113819906 - Fomecedores e Contas a Pagar	8.768,56
113819909 - Outros Devedores a Receber	25.789.635,75
237130301 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Cancelamento de Dívidas - UG 450100	-9.112.568,36
Baixa dos Passivos P por empenho ou cancelamento	-540.113.173,09
Demais ajustes	-130.502.960,81
TOTAL	-653.930.297,95

- No quadro Ajustes Metodológicos, na linha Passivos Reconhecidos na DC (XXXIV), foi inscrito parcelamento de Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado, de R\$ 739.020,24 (NP 1059), UG 470100 - Recursos sob a Supervisão da SEPLAN e Com Instituição não Financeira, o valor de R\$ 138.102,57 (NP 00226), UG 203300 - Universidade Estadual do Tocantins e R\$ 17.898,56 (NP 687), UG 370100 - Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação.

- Houve alteração do valor de R\$ 30.019,52, nas seguintes linhas: Receitas Correntes (I), Receita Patrimonial, Aplicações Financeiras (II), Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV), Resultado Nominal - Acima da Linha (XXVII), Outros Ajustes (XXXVIII) e Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha (XXXIX).

REPUBLICAÇÃO



Tabela 8.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - ESTADOS TOCANTINS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade

Social Período de Referência:

6º Bimestre/2021

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.280.067.584,00	5.333.163.218,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	3.307.241.224,00	4.195.029.336,87
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	3.241.266.643,00	4.115.157.646,49
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	65.974.581,00	79.871.690,38
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD	24.135.070,00	57.567.803,75
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	284.655.761,00	346.819.609,35
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	664.035.529,00	733.746.468,36
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.234.171.666,00	5.240.877.111,36
2.1- Cota-Parte FPE	5.229.056.125,00	5.229.663.453,13
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação	5.115.541,00	11.212.772,94
2.3- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	885,29
2.4- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	926.596.650,00	1.204.991.427,76
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 1.1)	782.989.885,00	1.028.789.407,41
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	142.327.880,00	173.409.761,26
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.2)	1.278.885,00	2.792.259,09
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	8.587.642.600,00	9.369.048.901,93
5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3))	1.770.040.744,20	1.727.058.178,54
6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3)) + 25% DE (1.4 + 2.3 + 2.4)	608.519.068,30	675.451.487,21
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
7- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.059.161.985,31	1.060.280.850,67
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.059.161.985,31	1.060.280.850,67
7.1.1- Principal	1.051.143.889,00	1.052.262.754,36
7.1.2- Rendimento de Aplicação Financeira	8.018.096,31	8.018.096,31
7.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
7.2.1- Principal	0,00	0,00
7.2.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00

7.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT				0,00	0,00
7.3.1- Principal				0,00	0,00
7.3.2- Rendimento de Aplicação Financeira				0,00	0,00
8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 – 5) ¹				-718.896.855,20	-674.795.424,18
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR	
9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				27.311.062,27	
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				18.980.554,84	
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				8.330.507,43	
10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 +9)				1.087.591.912,94	
DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
11- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	776.321.373,60	776.321.370,58	776.321.370,58	749.396.110,15	0,00
11.1- Ensino Fundamental	418.058.797,07	418.058.795,40	418.058.795,40	403.489.227,66	0,00
11.2- Ensino Médio	358.262.576,53	358.262.575,18	358.262.575,18	345.906.882,49	0,00
12- OUTRAS DESPESAS	290.190.809,34	290.113.155,16	232.296.594,81	205.211.758,38	57.816.560,35
12.1- Ensino Fundamental	161.383.380,13	161.339.893,79	128.962.620,00	113.829.364,20	32.377.273,79
12.2- Ensino Médio	128.807.429,21	128.773.261,37	103.333.974,81	91.382.394,18	25.439.286,56
13- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (11 + 12)	1.066.512.182,94	1.066.434.525,74	1.008.617.965,39	954.607.868,53	57.816.560,35
INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h) ⁷
14- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	768.953.076,58	768.953.076,58	749.396.110,22	0,00	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.059.066.231,74	1.008.617.965,39	954.607.868,62	50.448.266,35	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²		VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		742.196.595,47	768.953.076,58	768.953.076,58	72,52
20 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³		VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)	
21- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício		106.028.085,07	1.214.618,93	1.214.618,93	0,11	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
22- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	40.840.950,56	18.980.554,84	0,00	0,00	0,00	18.980.554,84
22.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	40.840.950,56	18.980.554,84	0,00	0,00	0,00	18.980.554,84
22.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	329.769.164,02	325.995.343,06	312.126.465,88	283.223.908,11	13.868.877,18	
25- ENSINO MÉDIO	260.562.755,62	257.597.089,40	246.700.114,46	223.984.892,18	10.896.974,94	
26- ENSINO SUPERIOR	55.399.568,00	52.993.756,46	50.139.325,13	49.399.557,74	2.854.431,33	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	356.642,35	356.515,39	356.515,39	355.030,59	0,00	
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27)	646.088.129,99	636.942.704,31	609.322.420,86	556.963.388,62	27.620.283,45	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
29- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L15(d ou e) + L28(d ou e) + L22.1(t))				1.696.008.936,05		
30 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L8)				-674.795.424,18		
31 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (15h)				0,00		
32 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ^{4 e 7}				1.500.221,60		
33 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (36.1(ac) + 36.2(ac))				4.680.166,91		
34- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (29 – (30 + 31 + 32 + 33))				2.364.623.971,72		
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)		% APLICADO (y)		
35- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	2.342.262.225,48	2.364.623.971,72		25,24		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA COM RECURSOS DE IMPOSTOSE DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) =(z)-(ab)-(ac)	
36- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	307.627.856,42	255.522.550,81	212.735.033,56	4.680.166,91	90.212.655,95	

36.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	200.826.117,33	138.297.414,15	112.846.366,27	818.749,84	87.161.001,22
36.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	106.801.739,09	117.225.136,66	99.888.667,29	3.861.417,07	3.051.654,73
36.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
37- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			77.934.910,51	78.478.053,99	
37.1- Salário-Educação			27.696.640,77	16.145.799,05	
37.2- PDDE			408.703,88	78.881,88	
37.3- PNAE			20.654.667,00	16.617.230,00	
37.4 - PNATE			0,00	5.374.460,28	
37.5- Outras Transferências do FNDE			29.174.898,86	40.261.682,78	
38- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			1.312.363,77	959.132,77	
39- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			16.355.239,14	16.355.239,14	
40- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
41- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			75.138.298,22	30.659,22	
42- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (37 + 38 + 39 + 40 + 41)			170.740.811,64	95.823.085,12	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
43- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- ENSINO FUNDAMENTAL	138.769.985,19	68.841.142,77	39.176.032,16	37.175.191,35	29.665.110,61
45- ENSINO MÉDIO	109.033.559,80	54.089.469,30	30.781.168,12	29.209.078,92	23.308.301,18
46- ENSINO SUPERIOR	3.275.835,00	2.558.309,28	2.037.860,11	2.037.860,11	520.449,17
47- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	6.930.598,00	1.013.324,88	997.956,88	984.722,68	15.368,00
48- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (43 + 44 + 45 + 46 + 47)	258.009.977,99	126.502.246,23	72.993.017,27	69.406.853,06	53.509.228,96
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
49- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (13 + 28 + 48)	2.000.487.000,90	1.856.614.406,67	1.695.781.529,48	1.585.826.004,79	160.832.877,19
49.1- Despesas Correntes	1.721.425.200,88	1.685.994.014,79	1.617.771.904,92	1.521.914.427,75	68.222.109,87
49.1.1- Pessoal Ativo	1.243.871.064,93	1.237.886.651,19	1.237.886.651,19	1.173.468.127,03	0,00
49.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	112.004.522,00	107.549.761,18	106.432.651,28	91.636.323,84	1.117.109,90
49.1.4- Outras Despesas Correntes	365.549.613,95	340.557.602,42	273.452.602,45	256.809.976,88	67.104.999,97
49.2- Despesas de Capital	279.061.800,02	170.620.391,88	78.009.624,56	63.911.577,04	92.610.767,32
49.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	3.501.773,00	3.495.772,78	3.101.772,78	2.931.655,46	394.000,00
49.2.2- Outras Despesas Capital	275.560.027,02	167.124.619,10	74.907.851,78	60.979.921,58	92.216.767,32

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
50- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	134.112.801,36	17.006.478,85
51- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.060.280.850,67	16.145.799,05
52- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.054.496.535,82	5.379.735,00
53- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	139.897.116,21	27.772.542,90
54- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	1.708,85	0,00
55- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,01
56- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	139.898.825,06	27.772.542,89

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão: 2/2/2022 Hora da Emissão: 11:30:13

¹SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (8) maior 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (8) menor 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.

²Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no 1º quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶ As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.

⁸Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

XX

© 2021 Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

NOTAS EXPLICATIVAS:

Obs.1.: **Republicação** referente às correções dos quadros: "DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO"; "INDICADORES - ART. 212-A, INCISO XI E §3º CF", "INDICADOR - ART. 25 § -LEI Nº14.113, DE 2020"; "VALOR APURADO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL"; "APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL"; "DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO"; "TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO" E "CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA". Apuradas pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE.

Obs.2.: No campo "DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO" foi corrigido o valor empenhado para que sejam considerados apenas os valores cuja origem para empenho seja do exercício atual. Essa alteração impactou os valores apurados nos campos "INDICADORES - ART. 212-A, INCISO XI E §3º CF", "INDICADOR - ART. 25 § - LEI 14.113, DE 2020", "VALOR APURADO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL", "APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL". De forma que o valor aplicado das despesas para fins de limite constitucional foi de R\$ 2.364.623.971,72 e o percentual da apuração do limite mínimo constitucional de 25,24%.

Obs.3.: No campo "DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO", "TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO" no SIOPE foi utilizado todas as funções que compõem as fontes adicionais utilizadas.

Obs.4.: No campo "CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA" no SIOPE é considerado na coluna do FUNDEB apenas o saldo bancário da conta 001.3615.839787 FUNDEB.

Obs.5.: Na linha "7.1.1- Principal" coluna "Até o Bimestre (b)" foi considerado o valor de R\$ 467.742,81, referente às restituições da fonte 214.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO
Superintendente de Contabilidade Geral
Contador CRC-TO 001582/O

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO
REPUBLICAÇÃO

Emido em: 15/02/22

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2021	
		No bimestre	Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pelo SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pelo SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	8.967.319.709,14	10.053.168.262,52	10.013.812.289,71	9.974.610.386,99	9.935.561.951,22	9.896.666.381,60	9.857.923.079,70	9.819.331.449,42	9.780.890.897,00	9.742.600.831,00	9.704.460.662,31
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO

Obs.: Republicação para atualização do valor da Receita Corrente Líquida de 2021.

NOTA EXPLICATIVA:

01 - Na linha Receita Corrente Líquida (RCL) (IV), no exercício de 2020, foi considerado o valor da coluna TOTAL (últimos 12 meses) do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do mês de dezembro.

02 - Na linha Receita Corrente Líquida (RCL) (IV), no exercício de 2021, foi utilizado o valor da linha "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I + II)" da coluna "TOTAL (últimos 12 meses)" do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do mês de dezembro.

03 - Na linha Receita Corrente Líquida (RCL) (IV), exercícios de 2022 a 2030, as projeções foram calculadas sobre a Receita Corrente Líquida, do exercício de 2021, utilizando o Fator de Atualização anual da RCL de -0,391478305%, divulgado no Manual para Instrução de Pleitos (MIP), conforme determina o Manual de Demonstrativos Fiscais - 11ª Edição.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
REPUBLICAÇÃO

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre		
RECEITAS			
Previsão Inicial			10.911.623.726,00
Previsão Atualizada			12.450.625.801,00
Receitas Realizadas			12.208.434.687,56
Déficit Orçamentário			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			726.495.443,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			10.694.589.433,00
Dotação Atualizada			13.116.272.001,00
Despesas Empenhadas			11.634.288.029,99
Despesas Liquidadas			11.054.134.008,22
Despesas Pagas			10.774.630.310,38
Superávit Orçamentário			574.146.657,57
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas			11.634.288.029,99
Despesas Liquidadas			11.054.134.008,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
Receita Corrente Líquida			10.053.168.262,52
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites do Endividamento			10.052.110.448,21
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			10.052.110.448,21

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			272.976.414,81
Despesas Previdenciárias Empenhadas			3.452.000,56
Despesas Previdenciárias Liquidadas			3.452.000,56
Resultado Previdenciário			269.524.414,25
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			1.202.468.578,44
Despesas Previdenciárias Empenhadas			1.094.367.978,41
Despesas Previdenciárias Liquidadas			1.094.367.978,41
Resultado Previdenciário			108.100.600,03

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	125.030.773,00	631.974.161,80	505,45
Resultado Nominal - Acima da Linha	-419.859.143,00	497.699.597,07	-118,54

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	617.533.312,89	54.760.627,39	464.305.910,68	98.466.774,82
Poder Executivo	605.064.471,18	54.736.381,67	451.983.552,75	98.344.536,76
Poder Legislativo	2.010.111,54	19.463,30	1.868.734,18	121.914,06
Poder Judiciário	719.361,96	4.501,53	714.860,43	0,00
Ministério Público	660,00	0,00	660,00	0,00
Defensoria Pública	9.738.708,21	280,89	9.738.103,32	324,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	526.400.277,34	79.853.293,21	270.707.312,51	175.839.671,62
Poder Executivo	486.001.605,73	74.482.686,87	240.066.154,36	171.452.764,50
Poder Legislativo	8.074.099,82	516.591,06	6.360.336,71	1.197.172,05
Poder Judiciário	23.360.761,85	4.298.818,29	17.152.703,74	1.909.239,82
Ministério Público	7.726.946,85	438.525,18	6.011.046,42	1.277.375,25
Defensoria Pública	1.236.863,09	116.671,81	1.117.071,28	3.120,00
TOTAL	1.143.933.590,23	134.613.920,60	735.013.223,19	274.306.446,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.364.623.971,72	25	25,24
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	768.953.076,58	70	72,52
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	269.115.228,97	523.514.897,03	
Despesa de Capital Líquida	1.310.031.013,17	930.476.019,83	

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	487.001.555,14	650.675.037,26	739.922.417,00	784.812.204,03
Despesas Previdenciárias	61.016.127,98	295.311.886,14	502.462.231,27	606.692.114,29
Resultado Previdenciário	425.985.427,16	355.363.151,12	237.460.185,73	178.120.089,74
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	880.639.095,28	483.109.574,14	195.262.208,31	115.257.977,44
Despesas Previdenciárias	2.083.048.227,02	2.628.577.450,98	2.755.257.971,29	1.810.735.036,84
Resultado Previdenciário	-1.202.409.131,74	-2.145.467.876,84	-2.559.995.762,98	-1.695.477.059,40

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	7.720.660,97	-1.369.933,97	
Apliação dos Recursos da Alienação de Ativos	2.135.064,91	8.822.704,09	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.610.491.644,70	12%	17,19%

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limites/ RCL (%)	0,00
FONTE: Siafe -TO / SEFAZ-TO em 15/02/2022	

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO
Superintendente de Contabilidade Geral
Contador CRC-TO 001582/O

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 REPÚBLICAÇÃO														R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LÍQUIDADAS														
	jan/2021	fev/2021	mar/2021	abr/2021	mai/2021	jun/2021	jul/2021	ago/2021	set/2021	out/2021	nov/2021	dez/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	409.382.237,36	423.207.516,51	472.739.760,97	431.638.136,26	416.331.730,36	462.787.804,15	423.898.642,21	448.271.782,11	437.454.275,51	435.089.249,59	444.091.836,81	1.001.157.348,94	5.806.050.320,69	983.520,81	
Pessoal Ativo	307.603.246,32	322.839.793,16	370.557.314,63	325.933.120,10	311.029.264,58	354.531.896,89	314.975.095,48	339.724.317,63	322.104.076,79	324.570.356,15	331.757.881,29	787.090.641,90	4.412.717.104,92	983.520,81	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	281.635.950,48	271.160.029,44	318.115.880,87	279.916.374,72	269.650.248,99	320.279.563,11	295.020.410,14	282.721.785,64	293.571.238,79	287.817.805,47	297.133.354,40	686.639.710,52	3.883.662.352,57	981.691,86	
Obrigações Patronais	25.967.395,84	51.679.763,72	52.441.433,76	46.016.745,38	41.379.015,59	34.252.333,78	19.954.685,34	57.002.531,99	28.532.838,00	36.752.550,68	34.624.526,89	100.450.931,38	529.054.752,35	1.828,95	
Pessoal Inativo e Pensionistas	101.738.087,21	100.297.934,49	102.094.499,25	105.485.240,88	105.184.328,25	108.121.139,95	108.814.129,68	108.480.125,42	114.320.776,59	110.313.355,24	110.671.516,96	213.280.156,71	1.388.782.290,63	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	93.242.380,60	92.120.780,79	93.412.221,54	96.533.115,59	96.483.415,89	99.344.616,30	99.387.972,51	97.628.993,26	103.951.946,75	100.128.852,26	100.864.500,34	194.030.785,77	1.267.215.593,59	0,00	
Pensões	8.395.706,61	8.167.144,71	8.682.277,71	8.952.125,29	8.680.912,36	8.778.523,65	9.446.157,17	10.853.132,16	10.368.829,84	10.186.499,98	9.807.016,62	19.249.370,94	121.567.697,04	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Encad战略amentariamente	40.803,65	69.788,86	87.947,09	219.775,38	138.117,53	132.767,21	109.417,05	67.339,06	1.029.422,13	205.536,11	1.662.438,56	786.550,33	4.549.925,14	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	61.067.649,13	97.617.971,90	75.237.683,75	59.509.927,77	52.089.624,86	55.281.839,12	194.127.557,64	83.978.334,08	110.766.988,86	135.549.529,63	79.281.090,46	749.638.832,42	1.754.147.029,62	960.831,98	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.388.950,11	4.245.226,67	4.745.035,22	1.771.092,75	5.471.350,87	3.407.883,63	4.916.973,57	3.715.411,96	3.293.896,45	6.795.748,40	5.635.035,55	6.135.198,17	56.521.803,35	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	500.532,05	836.236,67	2.003.490,59	1.844.219,93	7.356.981,59	713.801,63	465.405,32	1.551.228,67	668.335,01	356.988,20	27.589.229,21	43.877.450,87	493.631,21	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503.772.338,65	503.772.338,65	467.290,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	54.678.699,02	92.872.213,18	69.656.409,86	55.735.344,43	44.774.054,06	44.516.973,90	188.496.782,44	79.797.516,80	105.921.863,74	128.085.446,22	73.289.066,71	212.151.066,09	1.149.975.436,45	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	348.314.588,23	325.589.544,61	397.502.077,22	372.128.208,49	364.242.105,50	407.505.965,03	229.771.084,57	364.293.448,03	326.687.286,65	299.539.719,87	364.810.746,35	251.518.516,52	4.051.903.291,07	22.688,83	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
VALOR													% SOBRE A RCL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.053.168.262,52													-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.057.814,31													-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º, da CF) (VI)	0,00													-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	10.052.110.448,21													-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + a - III b)	4.051.925.979,90													40,31	
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, e e II, art. 20 da LRF)	4.325.374.119,42													49,00	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.679.257.413,64													46,55	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.432.980.707,66													44,10	

ANEXO I - CONSÓRCIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATIO	LÍQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS¹ (b)	TOTAL (c= a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	772.189,11	-	-	772.189,11
Pessoal Ativo	-	663.624,02	-	663.624,02
Obrigações Patronais	-	108.565,09	-	108.565,09
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Cont. de Terceirização (§ 1º do art. 18 de LRF)	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	-	772.189,11	-	772.189,11

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATIO	VALORES EXECUTADOS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL CENTRAL	-	609.540,56
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	-	162.648,55
TOTAL	0,00	772.189,11

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
REPÚBLICAÇÃO

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.313.965.354,05	5.289.783.648,65	5.118.898.461,91	4.753.705.239,62
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.194.982.197,52	4.232.829.732,32	4.183.746.158,11	4.174.835.256,18
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	2.883.060.667,40	2.990.693.307,75	2.998.298.393,71	3.036.112.982,30
Internos	1.406.274.918,52	1.501.216.277,19	1.413.766.240,19	1.437.066.347,27
Externos	1.476.785.748,88	1.489.477.030,56	1.584.532.153,52	1.599.046.635,03
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	1.221.926.284,08	1.160.504.214,36	1.111.171.584,90	1.060.917.185,02
De Tributos	24.865.659,77	24.846.694,43	24.971.098,76	25.316.013,20
De Contribuições Previdenciárias	1.195.702.404,47	1.134.346.109,63	1.084.910.670,78	1.034.426.156,22
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	1.358.219,84	1.311.410,30	1.289.815,36	1.175.015,60
Demais Dívidas Contratuais	89.995.246,04	81.632.210,21	74.276.179,50	77.805.088,86
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.118.983.156,53	1.056.953.916,33	935.152.303,80	578.869.983,44
DEDUÇÕES (II)	2.067.694.152,74	2.721.070.772,45	3.110.925.461,89	2.783.696.439,73
Disponibilidade de Caixa	1.964.805.593,78	2.613.652.459,41	3.003.871.660,52	2.683.763.472,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.287.272.825,61	2.810.405.882,31	3.159.917.481,59	2.996.297.144,97
(-) Restos a Pagar Processados	322.467.231,83	196.753.422,90	156.045.821,07	312.533.672,79
Demais Haveres Financeiros	102.888.558,96	107.418.313,04	107.053.801,37	99.932.967,55
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.246.271.201,31	2.568.712.876,20	2.007.973.000,02	1.970.008.799,89
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.967.319.709,14	9.315.401.321,93	9.558.824.991,89	10.053.168.262,52
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.199.540,53	3.099.752,53	2.599.916,74	1.057.814,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	8.963.120.168,61	9.312.301.569,40	9.556.225.075,15	10.052.110.448,21
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	59,29	56,80	53,57	47,29
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	36,22	27,58	21,01	19,60
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	17.926.240.337,22	18.624.603.138,80	19.112.450.150,30	20.104.220.896,42
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	16.133.616.303,50	16.762.142.824,92	17.201.205.135,27	18.093.798.806,78

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	420.014.471,35	418.462.909,02	425.481.453,26	406.176.214,66
PASSIVO ATUARIAL	274.450.515,25	274.450.515,25	274.450.515,25	4.554.784.581,89
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	131.647.745,87	155.567.754,10	146.733.701,51	106.514.168,72
RP NÃO-PROCESSADOS	519.137.687,74	343.416.138,24	254.972.668,35	747.373.198,35
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	56.240.507,74	55.177.016,08	52.194.253,10	51.072.673,23

FONTE: Siale-TO / SEFAZ-TO 07/02/2022

- NOTA:
1. Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 11ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins.
2. No Quadro Outros Valores não Integrantes da DC, na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2005 (Não Inclusos na DC), refere-se a precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
3. No Quadro Outros Valores não Integrantes da DC, na linha Depósitos e Consignações sem Contrapartida a metodologia utilizada foi:

Descrição	Valor
(-) 113510100 - Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	4.518.896,86
(+) 218810100 - Consignações	107.549.927,83
(+) 218810401 - Depósitos e Cauções	3.483.137,75
Saldo	106.514.168,72

4. Na linha Outras Dívidas, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos, conforme quadro a seguir:

Passivo Patrimonial	dez/21
211110101 - Salários, Remunerações e Benefícios	129.231.469,61
211110102 - Décimo Terceiro Salário	7.262.569,15
211110103 - Férias	758.648,35
211310101 - Benefícios Assistenciais a Pagar	6.903,56
211420101 - Contribuição Patronal ao RPPS	243.585.961,84
211429901 - Plansaude	27.910.356,52
211430101 - Contribuições Ao RGPS sobre Salários e Remunerações	1.401.240,95
211430103 - Contribuições Ao RGPS - Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	4.017,78
211430301 - Contribuição a Regime Próprio De Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.647,23
211430501 - FGTS	46.063,86
211440301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	152.056,90
211450301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	78.393,12
213110101 - Fornecedores não Parcelados a Pagar	144.079.433,67
213110301 - Contas não Parceladas a Pagar	336.460,70
213111001 - Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	23.038.932,06
214131101 - PIS/PASEP - a Recolher	43.259,36
218910101 - Indenizações a Servidores	17.708,73
218910102 - Indenizações e Restituições Diversas	651.535,00
218910201 - Diárias a Pagar	263.325,05
Total PASSIVOS P	578.869.983,44

5. Houve baixa de obrigação por inscrição indevida no exercício de 2020, de Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado no valor de R\$ 372.783,05 (NP 155 a 157) e Financiamento do Ativo Permanente no valor de R\$ 8.739.785,31 (NP 158 e 159), UG 450100 - Recursos sob a Supervisão da SEFAZ.
6. Na linha Parcelamento e Renegociação de Dívidas, de Contribuições Previdenciárias, foi inscrito o parcelamento de Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado de R\$ 739.020,24 (NP 1059), UG 470100 - Recursos sob a Supervisão da SEPLAN.
7. Na linha Parcelamento e Renegociação de Dívidas, Com Instituição não Financeira, foram inscritos os parcelamentos: R\$ 138.102,57 (NP 00226), UG 203300 - Universidade Estadual do Tocantins e R\$ 17.898,56 (NP 687), UG 370100 - Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação.
8. Houve alteração do valor de R\$ 30.019,52 nas linhas: Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculos dos Limites de Endividamento, alterando consequentemente os valores do Limite Definido por Resolução do Senado Federal e do Limite de Alerta.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
REPÚBLICAÇÃO

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	8.967.319.709,14	9.315.401.321,93	9.558.824.991,89	10.053.168.262,52
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	4.199.540,53	3.099.752,53	2.599.916,74	1.057.814,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	8.963.120.168,61	9.312.301.569,40	9.556.225.075,15	10.052.110.448,21
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00%	1.971.886.437,09	2.048.706.345,27	2.102.369.516,53	2.211.464.298,61
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	1.774.697.793,38	1.843.835.710,74	1.892.132.564,88	1.990.317.868,75

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS

FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO em 15/02/2022

Obs.: Republição para atualização do valor da Receita Corrente Líquida.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
REPÚBLICAÇÃO

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	121.735.304,82	269.115.228,97
Interna	8.062.204,39	69.844.277,21
Empréstimos	8.062.204,39	69.844.277,21
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	113.673.100,43	199.270.951,76
Empréstimos	113.673.100,43	199.270.951,76
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	121.735.304,82	269.115.228,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.053.168.262,52	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.057.814,31	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	10.052.110.448,21	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	269.115.228,97	2,68
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.608.337.671,71	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.447.503.904,54	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	703.647.731,37	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-242.723,93	739.020,24
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	-242.723,93	739.020,24
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Siafe-TO / SEFAZ-TO

Obs.: Republicação para atualização do valor da Receita Corrente Líquida.

1. Conforme Manual de Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteúdo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações

2. No Quadro Outras Operações que Integram a Dívida Consolidada, na linha Parcelamento de Dívidas - Contribuições Previdenciárias, foram inscritos os parcelamentos de Contribuição ao RGPS - Débito Parcelado de R\$ 739.020,24 (NP 1059), UG 470100 - Recurso sob a Supervisão da SEPLAN.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

REPUBLICAÇÃO

ANEXO 5 (RF, art. 55, Inciso III, alínea "a")												R\$ 1,00
Identificação dos Recursos		Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados) (g) = (a (b + c + d + e)) - f	Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos não Liquidados Cancelados (Inscrição por Insuficiência Financeira) (i)	Disponibilidade de Caixa Líquida (após a Inscrição em Restos a Pagar não Processados) (j) = (g-h)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)						
			De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)		1.448.191.465,27	47.666.470,49	101.989.173,95	55.970.549,15	640.433.130,02	0,00	602.132.141,66	169.385.930,62	0,00	432.746.211,04	
Recursos Ordinários	000	1.448.191.465,27	47.666.470,49	101.989.173,95	55.970.549,15	640.433.130,02	0,00	602.132.141,66	169.385.930,62	0,00	432.746.211,04	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)		1.464.740.817,85	55.408.673,16	175.684.838,98	110.751.608,46	57.440.421,20	0,00	1.065.455.276,05	361.905.855,11	0,00	703.549.420,94	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	101	159.306.974,54	24.794.352,90	52.299.934,26	51.995.634,58	13.752.161,18	0,00	16.464.891,53	25.928.949,25	0,00	-9.464.057,72	
Transferências do FUNDEB	214	140.119.388,76	13.475.052,30	54.010.096,85	16.317.900,86	15.779,22	0,00	56.300.559,53	57.816.560,35	0,00	-1.516.000,82	
Outros Recursos Vinculados à Educação	000	100.244.731,94	2.444.100,74	1.907.155,70	13.983.157,38	0,00	0,00	81.910.318,12	42.640.335,61	0,00	39.269.982,51	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	102	87.696.772,41	446.650,60	33.368.291,11	5.022.901,12	538.190,00	0,00	48.320.739,58	55.416.197,53	0,00	-7.095.457,95	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	000	232.085.718,29	6.662.105,59	2.196.076,64	22.368.138,73	99,00	0,00	200.859.298,33	53.687.315,05	0,00	147.171.983,28	
Recursos Vinculados à Assistência Social	311	2.578.328,21	14.626,24	708,75	0,00	0,00	0,00	2.562.993,22	233.790,06	0,00	2.329.203,16	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	410	3.305.523,14	0,00	26.065,70	0,00	0,00	0,00	3.279.457,44	0,00	0,00	3.279.457,44	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	420	10.506.641,24	0,00	14.318.813,60	0,00	0,00	0,00	-3.812.172,36	1.168.929,37	0,00	-4.981.101,73	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e Saúde)	920	107.808.153,61	1.530.451,25	13.102.368,84	455.743,43	2.955.717,84	0,00	89.763.872,25	55.160.433,85	0,00	34.603.438,40	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	930	28.398.108,19	20.514,44	0,00	0,00	627.866,40	0,00	27.749.727,35	1.250.982,37	0,00	26.498.744,98	
Outros Recursos Vinculados	000	592.690.477,52	6.020.819,01	4.455.327,53	608.132,36	39.550.607,56	0,00	542.055.591,06	68.602.361,67	0,00	473.453.229,39	
TOTAL (III) = (I + II)		2.912.932.283,12	103.075.143,65	277.674.012,93	166.722.157,61	697.873.551,22	0,00	1.667.587.417,71	531.291.785,73	0,00	1.136.295.631,98	

Fonte: Siafe-TO - 14/02/2022

NOTA:

1. Este relatório foi elaborado em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 11ª Edição, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins, Poder Executivo sem a Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

2. Na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram compilados os passivos reconhecidos com atributo P, no valor de R\$ 566.364.109,90, que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos e os valores restituíveis de R\$ 131.505.441,32, que tem o ativo correspondente.

Passivo Patrimonial		Valores Restituíveis	
21110101 - Salários, Remunerações e Benefícios	129.194.795,10	21510101 - Reparação da Cota de ICMS	3.463.813,17
21110102 - Outros Terceros Salário	7.293.338,37	21510201 - Reparação da Cota de IPVA	536.101,36
21110103 - Férias	417.598,27	21810401 - Depósitos e Cauções	3.925.256,16
21210101 - Benefícios Previdenciários	6.903,96	(1) 113310101 - Depósitos e Cauções - Recebidos	4.918.988,86
21420101 - Contribuição Patronal ao RPPS	233.921.147,97	21810403 - Depósitos de Terceiros	6.685.920,59
21429901 - Plano Saúde	27.502.477,31	21810499 - Outros Depósitos	2.165.176,59
21430101 - Contribuições Ao RGPS sobre Salários e Remunerações	921.085,40	21819901 - Outros Valores Restituíveis	57.970,78
21430103 - Contribuições Ao RGPS - Serviços de Terceiros ou Contribuintes Ausentes	4.017,78	21819902 - Outros Valores Restituíveis - Indébito Fiscal	11.591,24
21430201 - Contribuição à Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	1.647,23	21819901 - Ordem de Pagamento e/ou Cheque em Trânsito	1.439.519,88
21430301 - FGTS	46.063,86	21420101 - Recursos Liberados por Vinculação de Pagamento	113.448.044,57
21440201 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	152.056,90	21420102 - Recursos Bloqueados por Vinculação de Pagamento	2.442.026,47
21440301 - Contribuição a Regime Próprio de Previdência - Pessoal Requisitado de Outros Entes	79.338,12	21840301 - Fundo de Manut. Des. da Educ. Básica-FUNEB	2.244.147,34
213110101 - Fornecedores não Parcelados a Pagar	143.417.422,04	Total	131.505.441,32
213110201 - Contas não Processadas a Pagar	332.516,79		
213110101 - Contas a Pagar Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	23.038.932,66		
21431101 - PIS/Pasep a Receber	42.236,36		
21810101 - Identizações - Servidores	17.708,73		
21810102 - Identizações e Restituições Diversas	681.036,00		
21810201 - Outras a Pagar	903.326,05		
Total PASSIVOS P	566.364.109,90		

3. Houve alteração em Obrigações Financeiras, das contas contábeis, 631310101 - RP não Processados Liquidados a Pagar - R\$ 4.284.124,71 e 631310102 - RP não Processados Retidos a Pagar - R\$ 445.482,18, exclusão das contas contábeis dos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) e inclusão nos Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos, de exercícios anteriores

(b) e na Coluna Demais Obrigações Financeiras, acréscimo do valor de R\$ 30.019,52, referente a conta contábil 21810401 - Depósitos e Cauções.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

REPUBLICAÇÃO

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida		10.053.168.262,52	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites e Endividamento		10.052.110.448,21	
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo da Despesa com Pessoal		10.052.110.448,21	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		4.051.925.979,90	40,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		4.925.534.119,62	49,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		4.679.257.413,64	46,55
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		4.432.980.707,66	44,10
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		1.970.008.799,89	19,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		20.104.220.896,42	200,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.211.464.298,61	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		269.115.228,97	2,68
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.608.337.671,71	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		703.647.731,37	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		531.291.785,73	1.136.295.631,98

FONTE: Siafe-TO - SEFAZ-TO em 15/02/2022.

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado, em exercício

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA
Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

MAURICIO PARIZOTTO LOURENÇO
Superintendente de Contabilidade Geral
Contador CRC-TO 001582/O

**SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA,
CIDADES E HABITAÇÃO****PORTARIA/SEINF Nº 052, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.**

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Aurelino Lavrista da Silva Junior nº funcional 11758104-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0337/2021, Processo nº 2021/37001/00129, cujo o objeto é a Implantação de Praça Antônio Carlos de França - Localizada na Rua Palmeiras Centro, no município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO.

Art. 2º Designar o servidor Vinicius Santos Tavares, nº funcional 11758112-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 053, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Vinicius Santos Tavares, nº funcional 11758112-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0185/2021, Processo nº 2021/37001/00121, cujo o objeto é a Reforma da Praça do Canteiro Central, no município de São Miguel - TO.

Art. 2º Designar o servidor Aurelino Lavrista da Silva Junior nº funcional 11758104-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 054, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor José Eduardo Santos Rodrigues, nº funcional 312487-3, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0174/2021, Processo nº 2021/37001/0058, cujo o objeto é a Construção da Praça da Prefeitura, no município de Monte Santo - TO.

Art. 2º Designar o servidor Gerlem Alves Bastos, nº funcional 916496-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 055, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Vinicius Santos Tavares, nº funcional 11758112-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0272/2021, Processo nº 2021/37001/00065, cujo o objeto é a Construção da Praça, no município de Carmolândia - TO.

Art. 2º Designar o servidor Aurelino Lavrista da Silva Junior, nº funcional 11758104-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 056, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Luiz Hidelbrando Ferreira Paz, nº funcional 521295-4, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0232/2021, Processo nº 2021/37001/00102, cujo o objeto é a Construção da Praça da Igreja Católica, no município de Tabocão - TO.

Art. 2º Designar o servidor Adriano Macedo Maia, nº funcional 591455-6, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 058, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Paranoa Ferreira Beda, nº funcional 282290-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0290/2021, Processo nº 2021/37001/00108, cujo o objeto é a Implantação de uma Praça no Centro de Araguañã e Implantação de uma Praça no Distrito de Jacilândia, no município de Araguañã - TO.

Art. 2º Designar a servidora Elisangela Monteiro Carvalho, nº funcional 11696745-1, como substituta pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 059, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Paranoa Ferreira Beda, nº funcional 282290-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0214/2021, Processo nº 2021/37001/00118, cujo o objeto é a Construção Praça, no município de Angico - TO.

Art. 2º Designar a servidora Elisangela Monteiro Carvalho, nº funcional 11696745-1, como substituta pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 060, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Luiz Hidelbrando Ferreira Paz, nº funcional 521295-4, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0180/2021, Processo nº 2021/37001/00064, cujo o objeto é a Ampliação e Reforma do Mercado Municipal, no município de Colinas - TO.

Art. 2º Designar o servidor Adriano Macedo Maia, nº funcional 591455-6, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 061, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Adriano Macedo Maia, nº funcional 591455-6, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0225/2021, Processo nº 2021/37001/00078, cujo o objeto é a Implantação do Parque Municipal Irmã Rita, no Setor Araguaia, no município de Arapoema - TO.

Art. 2º Designar o servidor Luiz Hidelbrando Ferreira Paz, nº funcional 521295-4, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 062, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Elisangela Monteiro Carvalho, Nº Funcional 11696745-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0209/2021, Processo nº 2021/37001/00088, cujo o objeto é a Construção de Quiosques na Praça, no município de Riachinho - TO.

Art. 2º Designar o servidor Paranoa Ferreira Beda, Nº Funcional 282290-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 063, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Gerlem Alves Bastos, nº funcional 916496-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0286/2021, Processo nº 2021/37001/00090, cujo o objeto é a Construção da Praça na entrada sul da cidade com playground, no município de Nova Rosalândia - TO.

Art. 2º Designar o servidor Luiz Felipe Pacheco Cavalcante, nº funcional 11229780-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 064, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Helder Resende Machado, nº funcional 572333-2, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0233/2021, Processo nº 2021/37001/00109, cujo o objeto é a Implantação de Infraestrutura Turística no Lago dos Buritis no Setor Aurea, no município de Lajeado - TO.

Art. 2º Designar o servidor Luiz Felipe Pacheco Cavalcante, nº funcional 11229780-1, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 065, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Luiz Hidélbrando Ferreira Paz, nº funcional 521295-4, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0409/2021, Processo nº 2021/37001/00135, cujo o objeto é a Construção e Revitalização das Praças Limirio Viana Guimarães, Praça da Rodoviária e Praça da Serra Dourada, no município de Palmeirópolis - TO.

Art. 2º Designar o servidor Adriano Macedo Maia, nº funcional 591455-6, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 066, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Adriano Macedo Maia, nº funcional 591455-6, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0269/2021, Processo nº 2021/37001/00089, cujo o objeto é a Construção de Praça no setor Monte Sinai, no município de Abreulândia - TO.

Art. 2º Designar o servidor Luiz Hidélbrando Ferreira Paz, nº funcional 521295-4, como substituto pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

PORTARIA/SEINF Nº 067, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO - SEINF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.499 - NM, de 22 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Gerlem Alves Bastos, nº funcional 916496-1, para exercer a função de Fiscal de Convênio referente ao Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Empregos, Convênio 0224/2021, Processo nº 2021/37001/00085, cujo o objeto é a Construção de Praça, no município de Presidente Kennedy - TO.

Art. 2º Designar a servidora Renata Peixoto Daher, nº funcional 11524189-3, como substituta pelo acompanhamento e fiscalização do citado convênio, nos impedimentos e afastamentos legais do titular.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO em Palmas, Capital do Estado, 08 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/37000/000061 - SEINF**

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da fase de proposta de preços referente à Tomada de Preços supra.

Objeto: Contratação empresa especializada para aquisição e instalação de balança rodoviária para o projeto público de irrigação Manuel Alves, no Estado do Tocantins

Vencedora: Marcos Ribeiro e Cia. Ltda - Líder Balanças. R\$ 549.899,37 (quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos).

Palmas-TO, 16 de fevereiro de 2022.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 026/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/27000/015375**

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da fase de proposta de preços referente à Tomada de Preços supra.

Objeto: Reforma e adequação dos banheiros, do refeitório, das salas de aula, troca do piso, reforma da cobertura, reforma elétrica, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio e pânico, posto de transformação 150kva, pintura geral e paisagismo do Colégio Militar do Estado do Tocantins Presidente Costa e Silva - Unidade VII - Gurupi-TO

Vencedora: COCENO CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA, R\$ 3.050.077,34 (três milhões, cinquenta mil, setenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Palmas-TO, 11 de fevereiro de 2022.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO
POLO DE FRUTICULTURA SÃO JOÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
Nº 01/2022/SUID/SEINF - SGD 2022/37009/001097**

Os produtores irrigantes do Distrito de Irrigação do POLO DE FRUTICULTURA SÃO JOÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convocam todos os Proprietários Irrigantes na área de abrangência do Projeto Público Federal Polo de Fruticultura Irrigada São João, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 21 de março de 2022, nas dependências da Escola Municipal Ercina Monteiro Pereira, localizada no Polo de Fruticultura São João, S/N-Campo, Porto Nacional - Tocantins, às 16 horas em primeira convocação, com a presença mínima da metade mais um de associados com direito a voto do setor, ou às 16 horas e 30 minutos, em segunda convocação, com a presença mínima de 20% dos membros associados com direito a voto do setor, para deliberarem pela maioria dos votos sobre a seguinte ordem do dia:

1) Indicação de 03 (três) membros por setor e definição de junta administrativa interina para gerir/administrar/convocar eleições e representar o Distrito de Irrigação do POLO DE FRUTICULTURA SÃO JOÃO até a realização da eleição para preenchimento das vagas de Conselheiros de Administração e Fiscal do Distrito.

Porto Nacional - TO, 15 de fevereiro de 2022.

JAIRO SOARES MARIANO
Secretário

Observações:

Para participação da Assembleia Geral, confira se seu nome consta na listagem de produtores irrigantes e, compareça pessoalmente ou através de procuração na data/local/horário da Assembleia portando: original/cópia de documentos pessoais e documentos de comprovação de titularidade da terra.

Em caso de pessoa jurídica ou produtor pessoa física representado por procuração, também é necessário: original/cópia da procuração; o CNPJ e o documento que comprove a legalidade da representação da pessoa jurídica (pessoa jurídica) e, os documentos pessoais do titular e do representante (produtor pessoa física representado por procuração).

Caso seja produtor irrigante na área de abrangência do Projeto Público Federal Polo de Fruticultura Irrigada São João e seu nome não conste na lista, compareça até o dia 11 de março de 2022, de 8:00 às 14:00, à sede da SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO DO TOCANTINS que fica localizada no Km 1, TO-010, s/n, Palmas - TO, 77.000-000 portando: original/cópia de documentos pessoais (pessoa física e jurídica) e documentos de comprovação de titularidade da terra (e procuração, em caso de pessoa jurídica e produtor pessoa física representado por procuração) para comprovação do direito a participação/voto na Assembleia Geral.

As informações serão afixadas em locais de maior movimentação no do POLO DE FRUTICULTURA SÃO JOÃO, grupos de WhatsApp dos irrigantes e também estarão disponíveis para retirada na sede da SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO DO TOCANTINS (063 3218 1622 / 063 3218 1633 / 063 3218 7197).

Conforme disposto Artigo 69 do Estatuto Social do Distrito de Irrigação do POLO DE FRUTICULTURA SÃO JOÃO, cada Associado terá direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, independentemente do tamanho da sua área ou quantidade de lotes, identificado através do CPF do ocupante ou do CNPJ da propriedade.

SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

PORTARIA SPI Nº 5/2022/GABSEC/SPI, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição Estadual, designado pelo ATO Nº 1.296 - NM, Diário Oficial nº 5.954, de 25 de outubro de 2021.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º, IV da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, que visa regularizar o desempenho das funções de controle externo, por intermédio da instituição do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - Licitações e Obras (SICAP-LO), gerido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, de forma organizada e atualizada os conjuntos de documentos referentes aos processos de desestatização, conforme preconiza o art. 4º da Instrução Normativa nº 05/2012, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO, também, a conveniência e a oportunidade da Administração.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR com a responsabilidade para proceder ao preenchimento das informações no Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP - LICITAÇÕES, tendo ainda, a responsabilidade para acompanhar o preenchimento das referidas informações e organizar o conjunto de documentos referentes aos processos de desestatização, diligenciando para que as informações sejam lançadas de forma tempestiva, os servidores elencados abaixo:

I - ALAN RICKSON ANDRADE DE ARAÚJO, Assessor Especial de Gabinete II, Matrícula: 956731-1;

II - ELIANE GROSSMANN, superintendente, Matrícula: 1226797-1;

III - MARCOS ROBERTO MOURA DE SOUZA, Assessor Jurídico, Matrícula: 11230550-1;

IV - MARIANE PINTARO ARRUDA, Assessor Especial de Gabinete III, Matrícula: 11556820-3;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, 18 de fevereiro de 2022.

JOSÉ HUMBERTO PEREIRA MUNIZ FILHO
Secretário de Parcerias e Investimentos

RESOLUÇÃO CPPI TOCANTINS Nº 18, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, I, da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, e das atribuições regimentais dispostas no art. 1º, I, da Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020 e,

Considerando o Decreto nº 6.189, de 25 de novembro de 2020, que inclui e qualifica no PPI Tocantins, o Projeto de Implantação, Operação e Gestão de Mini Usinas de Produção de Energia Fotovoltaica, para fase de estruturação, compostas da modelagem técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar parceria com a iniciativa privada;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica, entre a Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias - Tocantins Parcerias e Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades - IPGCS, tendo como objeto empreender esforços para o desenvolvimento e estruturação do Projeto de infraestrutura Urbana, mediante Assessoria, Estudos de Viabilidade e Modelagem Contratual Técnica, Econômico-financeira, Jurídica e Ambiental para contratação de Parceria Público-Privada destinado a construção, operação e manutenção de Usina Solar Fotovoltaica (UFV) para atender demanda energética das edificações públicas que compõem a infraestrutura de educação, saúde, segurança pública e demais projetos estratégicos identificados ao longo da parceria entre os cooperantes.

Considerando a Portaria Conjunta SPI/SEDUC/SEINF/PGE Nº 09, de 27 de julho de 2020, que Institui o Grupo de Trabalho interinstitucional, denominado GT-Energia Solar de caráter operativo e gerencial, com a finalidade de promover o andamento de estudos preliminares para o de Implantação, Operação e Gestão de Mini Usinas de Produção de Energia Fotovoltaica priorizando e dando celeridade as suas respectivas atividades;

Considerando a análise técnica realizada Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias - Tocantins Parcerias, acerca dos estudos de modelagem técnica, jurídica e econômico-financeira para contratação de Parceria Público-Privada destinado a construção, operação e manutenção de Usina Solar Fotovoltaica (UFV) para atender demanda energética das edificações públicas do Estado do Tocantins entregues pelo Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades - IPGC para a Tocantins Parcerias.

RESOLVE:

Art. 1º Acolher o Relatório de Avaliação Final/2022 emitido pela Tocantins Parcerias, nos autos do Processo Administrativo nº 2021/99911/000185, acerca da conclusão dos estudos de modelagens técnica, jurídica e econômico-financeira do projeto de Implantação, Operação e Manutenção de Unidades Geradoras de Energia Fotovoltaica no Âmbito da Geração Distribuída e dos Serviços de Gestão da Compensação dos Créditos de Energia Elétrica para o Governo do Estado do Tocantins, considerando a conveniência e oportunidade do gestor, OPINAM pela continuidade dos procedimentos administrativos com o seguimento para fase de Diálogo Público - Consulta e Audiência Pública e etapas subsequentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

José Humberto Pereira Muniz Filho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, I, da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, e das atribuições regimentais dispostas no art. 1º, I, da Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020 e,

Considerando OFÍCIO/UNITINS/N. 669/2021/GABREITOR que solicita a inclusão e qualificação do Campus Universitário de Augustinópolis da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - PPI Tocantins, para a para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica para a construção, operação e manutenção de serviços não educacionais do Campus Universitário de Augustinópolis da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS;

Considerando a necessidade de melhorar a eficiência no uso dos recursos públicos através da participação da iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura e serviços públicos, fortalecendo a interação entre o Governo do Estado do Tocantins e a iniciativa privada por meio de celebração de parcerias;

Considerando o art. 2º da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, que aponta a necessidade de ampliar as oportunidades de investimento e a geração de emprego no Estado, visando a melhoria na qualidade da prestação de serviços e ao estímulo ao desenvolvimento econômico e social, em especial por meio de ações centradas na eficiência do gasto público, ampliação, modernização, otimização da estrutura e dos serviços voltados ao cidadão;

Considerando, o art. 1º, §1º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, que prevê a integração do Tocantins-PPI dos empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados por meio de contratos de parceria celebrados pela Administração Pública Direta ou Indireta,

RESOLVE:

Art. 1º Submeter à deliberação do Governador do Estado a inclusão e qualificação do Projeto de Construção, Implantação e Manutenção do Campus da UNITINS em Augustinópolis, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HUMBERTO PEREIRA MUNIZ FILHO
Secretário de Parcerias e Investimentos

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 01/22

O ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 10, inciso VI, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, comunica a todos os interessados que será realizada Consulta Pública, para apresentação dos estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica, e respectivas minutas de EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, para futura licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, do menor valor da contraprestação pecuniária a ser paga para execução dos serviços de Implantação, Operação e Manutenção de Unidades Geradoras de Energia Fotovoltaica no Âmbito da Geração Distribuída e dos Serviços de Gestão da Compensação dos Créditos de Energia Elétrica para o Governo do Estado do Tocantins.

CONSULTA PÚBLICA

Período: 21 de fevereiro de 2022 a 22 de março de 2022.

As minutas de edital de licitação, contrato e demais anexos, estarão disponíveis, durante o período mencionado, no sítio eletrônico: <https://parcerias.to.gov.br>

Os interessados deverão encaminhar suas contribuições para o e-mail: energiasolar@spi.to.gov.br

JOSÉ HUMBERTO PEREIRA MUNIZ FILHO
Secretário de Parcerias e Investimento do Estado do Tocantins

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 146/2022/SES/GASEC, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Designa os servidores para exercer a função de fiscal de contrato que tramita na Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Tocantins e suas atribuições.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, ATO Nº 1.309 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5954, de 25 de outubro de 2021, no uso de suas atribuições;

Considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, consoante disposto no art. 37, da Constituição Federal;

Considerando o art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Considerando o art. 13, Inciso IX, da Instrução Normativa nº 02/2008, de 07 de maio de 2008, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para sem prejuízo de suas atribuições exercerem o cargo de fiscal do contrato, conforme Processo a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	CONTEMPLADO	FISCAL DO CONTRATO	SUPLENTE DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO
142/2021	2021/30550/008655	Manutenção corretiva e preventiva de ventiladores pulmonares	Secretaria da Saúde	Rafael R. S. Mat: 11609290-3	Ediel E. S. P. Mat: 11739177-1	Luiz Eduardo F. B. Mat: 11599650-2

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas;

III - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do objeto;

IV - justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

V - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados nas condições estabelecidas no instrumento contratual e/ou recebimentos dos materiais;

VI - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados.

VII - notificar a contratada acerca dos possíveis descumprimentos de obrigações pactuadas no contrato.

VIII - produzir relatórios fundamentados sobre as atividades executadas durante a fiscalização do contrato, e fazer remessa Corregedoria da Saúde para providências cabíveis quanto a apuração de responsabilidade da contratada.

Art. 3º São atribuições do Gestor do Contrato:

I - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

II - verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

III - anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

V - comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

VI - solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

VII - acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

VIII - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX - encaminhar à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada.

X - notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando dispositivos em contrário.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

1º TERMO DE ADITAMENTO DE RERRATIFICAÇÃO
AO CONTRATO Nº 03/2022

PROCESSO: 2021/30550/009337

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES

CONTRATADA: M.R. BIOMÉDICA RIO PRETO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CONSIGNAÇÃO DE ÓRTESE E PRÓTESE E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME SUS E NÃO SUS, MATERIAIS ESPECIAIS - OPME SUS E NÃO SUS, PARA OS SERVIÇOS DE CIRURGIA CARDÍACA NOS HOSPITAIS DO ESTADO. LAVRA-SE ESTE AJUSTE PARA RERRATIFICAR A CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

ONDE CONSTA:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FONTES DE RECURSOS: F-250/2773

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 30550.10.302.1165.4113

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

BLOCO: CUSTEIO

GRUPO: ATENÇÃO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

AÇÃO/PPA/ORÇAMENTO: 4113 - OFERTA DE AÇÕES E SERVIÇOS DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA UNIDADES HOSPITALARES PRÓPRIAS.

PROGRAMA DO PPA: 1165 - INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE.

FAZER CONSTAR:

ONDE CONSTA:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FONTES DE RECURSOS: F-0250 E F-0102

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 30550.10.302.1165.4113

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30

BLOCO: CUSTEIO

GRUPO: ATENÇÃO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

AÇÃO/PPA/ORÇAMENTO: 4113 - OFERTA DE AÇÕES E SERVIÇOS DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA UNIDADES HOSPITALARES PRÓPRIAS.

PROGRAMA DO PPA: 1165 - INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 07/02/2022

SIGNATÁRIOS: AFONSO PIVA DE SANTANA - P/ CONTRATANTE

M.R. BIOMÉDICA RIO PRETO LTDA - P/ CONTRATADA

CORREGEDORIA DA SAÚDE

PORTARIA - 80/2022/SES/GASEC/CORSAUD - GABCOR, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

A CORREGEDORA DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Ato nº 280 - NM, publicado no DOE nº 5.298, de 12 de fevereiro de 2019, e a Portaria nº 206/2020/SES/GASEC, de 13 de abril de 2020, publicada no DOE nº 5.583, de 16 de abril de 2020, e;

Considerando a Portaria - 30/2022/SES/GASEC/CORSAUD/GABCOR, do dia 28 de janeiro de 2022, que instaurou o Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedor - PARF, em face do fornecedor I.E LTDA, destinado à apuração da verdade dos fatos informados nos processos nº: 2017/30550/007084, 2017/30550/007219 e 2020/30550/006240,

RESOLVE:

Art. 1º Aditar a Portaria - 30/2022/SES/GASEC/CORSAUD/GABCOR, do dia 28 de janeiro de 2022, publicada no DOE nº 6.020, de 1º de fevereiro de 2022, para incluir o Processo nº 2021/30550/009790 na apuração dos fatos, devendo a instrução ocorrer nos autos nº 2017/30550/007084.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYARA ALVES MACIEL LIMA MAGALHÃES
Corregedora da Saúde

PORTARIA Nº 81/2022/SES/GASEC/CORSAUD - GABCOR, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

A CORREGEDORA DA SAÚDE, consoante com as atribuições determinadas pela PORTARIA Nº 640/2019 SES/GASEC, de 22 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.470, de 24/10/2019 e PORTARIA GASEC/SES Nº 120//2019, de 26 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.327 de 26/03/2019, e;

Considerando a decisão constante no Despacho - 133/2021/SES/GASEC/CORSAUD - GABCOR, de 17 de agosto de 2021, juntado nos autos do Processo nº 2018/30550/004857;

Considerando as tentativas infrutíferas de acordo, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta proposto no Despacho - 904/2021/SES/GASEC, de 18 agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º APLICAR as sanções administrativas previstas no Relatório de Recomendação nº 08/2021/CPAR, ao passo que DECIDO manter as sanções aplicadas nos seguintes termos:

a) APLICAÇÃO da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (Descrédenciamento no SICAF + Cadastro no CEIS), pelo prazo de 02 (dois) meses, além da multa sob o valor dos contratos, totalizando o valor de R\$ 174.832,89 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYARA ALVES MACIEL LIMA MAGALHÃES
Corregedora da Saúde

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/30550/007023**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 219/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PREMIUM COMERCIAL EIRELI-ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	452	UNIDADE	DETERGENTE DESINCURSTANTE CONCENTRADO COM ALTO PODER DISSOLVENTE, EMULSIONANTE E DISPERSANTE DESTINADO A LIMPEZA DE ARTIGOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, COMO INSTRUMENTAIS, UTENSÍLIOS E VIDRARIAS IMPREGNADOS DE MATERIA ORGÂNICA E INORGÂNICA PARA DESINFECÇÃO. APRESENTAÇÃO EM PO CONTENDO 1KG. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	ICARAI	R\$ 22,68	R\$ 10.251,36
6	624	FRASCO	DESINFECTANTE DE ALTO NÍVEL A BASE DE ÁCIDO PERACÉTICO 0,2%, APRESENTAÇÃO EM SOLUÇÃO CONTENDO 1000ML, QUE APRESENTE VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS APÓS ABERTO, DEVERÁ CONTER FITAS TESTE PARA CONTROLE DE CONCENTRAÇÃO PERACÉTICA NA QUANTIDADE SUFICIENTE PARA ATENDER TODO O VOLUME E UM SACHE COM INIBIDOR DE CORROSÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	VOXILON	R\$ 40,00	R\$ 24.960,00
8	31	FRASCO	ÁGUA BORICADA 3% APRESENTAÇÃO EM SOLUÇÃO INCOLOR CONTENDO 1000ML ANTISÉPTICO, BACTERIOSTÁTICO E FUNGICIDA DE USO EXTERNO EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	FARMAX	R\$ 10,00	R\$ 310,00
10	11.045	UNIDADE	ALCOOL GEL 70% ANTISÉPTICO PARA MÃOS, AGENTES HIDRATANTES, AGENTES EMOLIENTE, INCOLOR, INODOR, APRESENTAÇÃO EM SACHE CONTENDO 800ML COM ADAPTADOR UNIVERSAL PARA RESERVATÓRIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	USELIMP	R\$ 9,25	R\$ 102.166,25
11	3.681	UNIDADE	ALCOOL GEL 70% ANTISÉPTICO PARA MÃOS, AGENTES HIDRATANTES, AGENTES EMOLIENTE, INCOLOR, INODOR, APRESENTAÇÃO EM SACHE CONTENDO 800ML COM ADAPTADOR UNIVERSAL PARA RESERVATÓRIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	USELIMP	R\$ 9,25	R\$ 34.049,25
28	452	FRASCO	FORMOL 37% DE CONCENTRAÇÃO, ASPECTO LÍQUIDO, LÍMPIDO INCOLOR, COM DENSIDADE 1,0000 A 1,1000G/M3, APRESENTAÇÃO CONTENDO 1000 ML, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	ICARAI	R\$ 25,00	R\$ 11.300,00
31	339	GALÃO	GLUTARALDEÍDO 2% DESINFECTANTE HOSPITALAR PARA ARTIGOS SEMI CRÍTICOS INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, ENDOSCÓPICOS E MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS DE AÇÃO RÁPIDA, COM TEMPO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL: 30 MINUTOS, SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, AUSÊNCIA DE ATIVADOR, COM TEMPO DE IMERSÃO 10 MINUTOS, CONSERVAÇÃO POR ATÉ 30 DIAS, MONITORADO POR FITA TESTE, CONTENDO 5000 ML.	CINORD	R\$ 129,90	R\$ 44.036,10
32	113	GALÃO	GLUTARALDEÍDO 2% DESINFECTANTE HOSPITALAR PARA ARTIGOS SEMI CRÍTICOS INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, ENDOSCÓPICOS E MATERIAIS TERMOSSENSÍVEIS DE AÇÃO RÁPIDA, COM TEMPO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL: 30 MINUTOS, SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, AUSÊNCIA DE ATIVADOR, COM TEMPO DE IMERSÃO 10 MINUTOS, CONSERVAÇÃO POR ATÉ 30 DIAS, MONITORADO POR FITA TESTE, CONTENDO 5000 ML.	CINORD	R\$ 129,90	R\$ 14.678,70
VALOR TOTAL						R\$ 241.751,66

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

PREMIUM COMERCIAL EIRELI - ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/30550/007023

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 219/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PRIME HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 30.999.201/0001-05

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
27	1.092	FRASCO	FORMOL 10% DE CONCENTRAÇÃO, ASPECTO LÍQUIDO, LÍMPIDO INCOLOR, COM DENSIDADE 1,0000 A 1,1000G/M3. APRESENTAÇÃO CONTENDO 1000 ML. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	INDALABOR	R\$ 9,69	R\$ 10.581,48
47	78	FRASCO	DETERGENTE DESINFETANTE BASE DE CLORETO DE DIDECLIMETILAMONIO E CLORIDRATO DE POLIHEXAMETILENO BIGUANIDA; APRESENTAR EFICÁCIA ANTI- MICROBIANA CONTRA BACTÉRIAS, FUNGOS, BACILOE VIRUS, PRONTO PARA USO, SEM PERFUME, SEM ALCOOL, NÃO CORROSIVO; COMPATIVEL COM POLÍMEROS E METAIS, UTILIZADO PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES HOSPITALARES, PISOS PAREDES, EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS NÃO CRÍTICO, APRESENTAÇÃO EM FRASCO 1000ML. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	INDALABOR	R\$ 21,00	R\$ 1.638,00

48	16	GAÍÃO	LUBRIFICANTE MINERAL DE PRONTO USO PARA LUBRIFICAÇÃO MANUAL DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE AÇO INOX. PRODUTO NÃO OLEOSO E SEM SILICONE, CONSTITUÍDO BASICAMENTE DE ÓLEOS MINERAIS. DEVE PROTEGER E LUBRIFICAR OS INSTRUMENTAIS, SER RESISTENTE AO CALOR, ATÓXICO E PERMEÁVEL AO VAPOR DE ÁGUA DA AUTOCALVE, PREVENINDO FERRUGEM E OXIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS. APRESENTAÇÃO EM GAÍÃO CONTENDO 5000ML EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	INDALABOR	R\$ 148,00	R\$ 2.368,00
49	484	FRASCO	REMOVEDOR DE OXIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE AÇO INOX. SOLUÇÃO REVITALIZADORA DE USO CORRETIVO INDICADA PARA REMOÇÃO DE FERRUGEM, MANCHA, CROSTA E OXIDAÇÃO DE INSTRUMENTAL. DEVE LIBERAR ARTICULAÇÕES E MECANISMOS DE ENGATES TRANCADOS, ELIMINAR MANCHAS DE OXIDAÇÃO E PLACA MINERAL APRESENTAÇÃO CONTENDO 1000ML. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VENCIMENTO.	INDALABOR	R\$ 43,30	R\$ 20.957,20
VALOR TOTAL						R\$ 35.544,68

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

PRIME HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 30.999.201/0001-05

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002102**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 285/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
CNPJ: 27.718.661/0001-03

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	960	COMPRIMIDO REVESTIDO	IBANDRONATO DE SÓDIO 150MG	BIOLAB	R\$ 45,00	R\$ 43.200,00
7	936	COMPRIMIDO	ALOPURINOL 100 MG	SANOFI MEDLEY	R\$ 0,18	R\$ 168,48
16	2.808	COMPRIMIDO	CIPROFIBRATO 100 MG	BIOLAB	R\$ 0,65	R\$ 1.825,20
VALOR TOTAL						R\$ 45.193,68

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 04 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
CNPJ: 27.718.661/0001-03

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002102**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 285/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
9	20	BISNAGA	PROPIONATO DE CLOBETASOL CREME 30 G.	TEUTO	R\$ 7,20	R\$ 144,00
29	720	COMPRIMIDO	FINASTERIDA 5 MG	LEGRAND	R\$ 0,70	R\$ 504,00
VALOR TOTAL						R\$ 648,00

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 04 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 285/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002102

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 285/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: W2 COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 19.079.667/0001-50

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	2.340	COMPRIMIDO	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG	GLOBO	R\$ 1,11	R\$ 2.597,40
6	936	COMPRIMIDO	ALPRAZOLAM 0,50	LEGRAND	R\$ 0,10	R\$ 93,60
13	936	COMPRIMIDO REVESTIDO	ACECLOFENACO 100 MG	ZYDUS	R\$ 0,66	R\$ 617,76
14	936	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500 MG + FOSFATO DE CODEÍNA 30 MG	GEOLAB	R\$ 0,80	R\$ 748,80
17	540	COMPRIMIDO	ATENOLOL + CLORTALIDONA 100/25 MG	GERMED	R\$ 0,46	R\$ 248,40
24	468	COMPRIMIDO	SILDENAFILA 100 MG	BRAINFARMA	R\$ 1,06	R\$ 496,08
26	1.900	COMPRIMIDO	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	IMEC	R\$ 0,08	R\$ 152,00
27	1.200	COMPRIMIDO	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	PRATI	R\$ 0,20	R\$ 240,00
28	960	COMPRIMIDO	MESILATO DE DOXAZOSINA 4 MG	PRATI	R\$ 0,32	R\$ 307,20
30	960	COMPRIMIDO	SULFATO FERROSO 40 MG	TEUTO	R\$ 0,14	R\$ 134,40
31	1.200	COMPRIMIDO	ÁCIDO ASCÓRBICO 1G	GLOBO	R\$ 0,70	R\$ 840,00
VALOR TOTAL						R\$ 6.475,64

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 04 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

W2 COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE
MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.079.667/0001-50

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI - CNPJ: 34.558.660/0001-04

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
24	1.872	FRASCO-AMPOLA	ANFOTERICINA B 50MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	CRISTALIA	R\$ 28,12	R\$ 52.640,64
50	27.300	FRASCO-AMPOLA	CEFEPIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 13,50	R\$ 368.550,00
53	3.900	FRASCO-AMPOLA	CEFEPIMA 2G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 21,00	R\$ 81.900,00
60	8.580	FRASCO-AMPOLA	CEFTAZIDIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 15,00	R\$ 128.700,00
79	22.620	BOLSA	CIPROFLOXACINO 2MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 100ML BOLSA	HYPORFARMA	R\$ 23,00	R\$ 520.260,00
81	1.755	FRASCO-AMPOLA	CLARITROMICINA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 30,00	R\$ 52.650,00
83	35.100	AMPOLA	CLINDAMICINA 150MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 4 ML AMPOLA	HYPORFARMA	R\$ 4,40	R\$ 154.440,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.359.140,64

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS
HOPITALAR EIRELI
CNPJ: 34.558.660/0001-04

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
 CNPJ: 27.718.661/0001-03

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	4.290	FRASCO-AMPOLA	ACICLOVIR 250MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 13,52	R\$ 58.000,80
84	14.040	CAPSULA	CLINDAMICINA 300MG CAPSULA	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 1,80	R\$ 25.272,00
VALOR TOTAL						R\$ 83.272,80

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
 CNPJ: 27.718.661/0001-03

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: AUDAX MED - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP - CNPJ: 21.881.617/0001-33

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
43	46.800	CAPSULA	CEFALEXINA 500MG CAPSULA	ABL	R\$ 0,44	R\$ 20.592,00
44	15.600	CAPSULA	CEFALEXINA 500MG CAPSULA	ABL	R\$ 0,44	R\$ 6.864,00
46	70.980	FRASCO-AMPOLA	CEFALOTINA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 5,72	R\$ 406.005,60
51	1.560	BOLSA	CEFEPIMA 1G INJETAVEL SISTEMA FECHADO	ABL	R\$ 44,50	R\$ 69.420,00
66	780	BOLSA/FRASCO	CEFTRIAXONA 1G INJETAVEL ENDOVENOSO SISTEMA FECHADO	ABL	R\$ 40,58	R\$ 31.652,40
VALOR TOTAL						R\$ 534.534,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

AUDAX MED - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP
 CNPJ: 21.881.617/0001-33

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA
 CNPJ: 07.847.837/0001-10

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	12.870	FRASCO-AMPOLA	ACICLOVIR 250MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 9,80	R\$ 126.126,00
8	15.210	AMPOLA	AMICACINA 50MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2ML AMPOLA	TEUTO	R\$ 0,93	R\$ 14.145,30
16	49.140	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1 G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 3,50	R\$ 171.990,00
20	25.740	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 2,60	R\$ 66.924,00
21	8.580	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 2,60	R\$ 22.308,00
34	7.020	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 9,50	R\$ 66.690,00
35	2.340	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	TEUTO	R\$ 9,50	R\$ 22.230,00
VALOR TOTAL						R\$ 490.413,30

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA
 CNPJ: 07.847.837/0001-10

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: DROGAFONTE LTDA
 CNPJ: 08.778.201/0001-26

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
76	37.440	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO 500 MG COMPRIMIDO	PRATI DONAD (PR)	R\$ 0,24	R\$ 8.985,60
VALOR TOTAL						R\$ 8.985,60

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

DROGAFONTE LTDA
 CNPJ: 08.778.201/0001-26

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: ELFA MEDICAMENTOS LTDA
 CNPJ: 09.053.134/0001-45

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
25	2.925	FRASCO-AMPOLA	ANFOTERICINA B 50MG LIPOSSOMAL INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	UNITED MEDICAL	R\$ 2.003,06	R\$ 5.858.950,50
26	975	FRASCO-AMPOLA	ANFOTERICINA B 50MG LIPOSSOMAL INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	UNITED MEDICAL	R\$ 2.003,06	R\$ 1.952.983,50
27	2.925	FRASCO-AMPOLA	ANIDULAFUNGINA 100MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	WYETH	R\$ 252,26	R\$ 737.860,50
28	975	FRASCO-AMPOLA	ANIDULAFUNGINA 100MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	WYETH	R\$ 252,26	R\$ 245.953,50
VALOR TOTAL						R\$ 8.795.748,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

ELFA MEDICAMENTOS LTDA
 CNPJ: 09.053.134/0001-45

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: FORMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - CNPJ: 07.316.691/0001-86

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
86	5.265	FRASCO	CLOREXIDINA 0,12% SOLUCAO ORAL ISENTA DE ALCOOL 100 ML FRASCO (MANIPULADO)	CLOREXIDINE/ MARCA PRÓPRIA	R\$ 9,00	R\$ 47.385,00
87	1.755	FRASCO	CLOREXIDINA 0,12% SOLUCAO ORAL ISENTA DE ALCOOL 100 ML FRASCO (MANIPULADO)	CLOREXIDINE/ MARCA PRÓPRIA	R\$ 9,00	R\$ 15.795,00
VALOR TOTAL						R\$ 63.180,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

FORMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
 CNPJ: 07.316.691/0001-86

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 CNPJ: 35.472.743/0001-49

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
5	7.800	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL 10 ML FRASCO	PRATI DONADUZZI	R\$ 1,12	R\$ 8.736,00
10	32.760	CÁPSULA	AMOXICILINA 500MG CAPSULA	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,24	R\$ 7.862,40
11	3.120	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PO PARA SUSPENSÃO ORAL 60 ML FRASCO	CIMED	R\$ 2,20	R\$ 6.864,00
17	16.380	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 1 G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO	R\$ 3,38	R\$ 55.364,40
22	12.480	CÁPSULA	AMPICILINA 500MG CAPSULA	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,50	R\$ 6.240,00
23	1.560	FRASCO	AMPICILINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML FRASCO	PRATI DONADUZZI	R\$ 4,52	R\$ 7.051,20
30	13.650	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	CIMED	R\$ 0,99	R\$ 13.513,50
31	3.120	FRASCO	AZITROMICINA 600MG PO PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO	PHARLAB	R\$ 6,04	R\$ 18.844,80
37	4.680	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA POTASSICA 100.000UI+ PENICILINA PROCAINADA 300.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	BLAU	R\$ 4,93	R\$ 23.072,40
39	6.240	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	BLAU	R\$ 8,36	R\$ 52.166,40
40	780	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% (250MG/ML) EMULSAO TOPICA 60 ML FRASCO	IFAL	R\$ 5,63	R\$ 4.391,40
41	1.872	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100 ML FRASCO	BELFAR	R\$ 8,00	R\$ 14.976,00
48	39.000	FRASCO-AMPOLA	CEFALOTINA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO	R\$ 6,84	R\$ 266.760,00
56	12.480	FRASCO-AMPOLA	CEFOTAXIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO	R\$ 6,99	R\$ 87.235,20
72	7.800	FRASCO-AMPOLA	CEFUROXIMA 750MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO	R\$ 13,97	R\$ 108.966,00
74	312	FRASCO	CETOCONAZOL 2% (20MG/ML) SHAMPOO 100ML FRASCO	NATIVITA	R\$ 8,62	R\$ 2.689,44
VALOR TOTAL						R\$ 684.733,14

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 CNPJ: 35.472.743/0001-49

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HM CIRÚRGICA LTDA
 CNPJ: 30.981.531/0001-73

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	17.550	AMPOLA	AMICACINA 250MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2ML AMPOLA	TEUTO	R\$ 2,69	R\$ 47.209,50
7	5.850	AMPOLA	AMICACINA 250MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 2ML AMPOLA	TEUTO	R\$ 2,69	R\$ 15.736,50
29	40.950	COMPRIMIDO	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	PRATI	R\$ 0,76	R\$ 31.122,00
38	18.720	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	BLAU	R\$ 7,83	R\$ 146.577,60
45	212.940	FRASCO-AMPOLA	CEFALOTINA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 4,08	R\$ 868.795,20
47	117.000	FRASCO-AMPOLA	CEFAZOLINA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 4,02	R\$ 470.340,00
49	81.900	FRASCO-AMPOLA	CEFEPIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 8,54	R\$ 699.426,00
52	11.700	FRASCO-AMPOLA	CEFEPIMA 2G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 18,03	R\$ 210.951,00
55	37.440	FRASCO-AMPOLA	CEFOTAXIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO	R\$ 6,64	R\$ 248.601,60
59	25.740	FRASCO-AMPOLA	CEFTAZIDIMA 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 17,43	R\$ 448.648,20
71	23.400	FRASCO-AMPOLA	CEFUROXIMA 750MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 9,82	R\$ 229.788,00
78	67.860	BOLSA	CIPROFLOXACINO 2MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 100ML BOLSA	HYPOFARMA	R\$ 16,64	R\$ 1.129.190,40
80	5.265	FRASCO-AMPOLA	CLARITROMICINA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	ABL	R\$ 30,32	R\$ 159.634,80
82	105.300	AMPOLA	CLINDAMICINA 150MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 4 ML AMPOLA	HYPOFARMA	R\$ 5,40	R\$ 568.620,00
VALOR TOTAL						R\$ 5.274.640,80

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

HM CIRÚRGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.366.038/0001-69

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
69	70.200	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 500 MG INJETAVEL ENDOVENOSO FRASCO-AMPOLA	FRESENIUS	R\$ 6,65	R\$ 466.830,00
VALOR TOTAL						R\$ 466.830,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.366.038/0001-69

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - CNPJ: 07.768.887/0001-01

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
42	3.120	FRASCO	CEFALEXINA 50MG/ML PO SUSPENSÃO ORAL 60 ML FRASCO	GENÉRICO/TEUTO	R\$ 11,90	R\$ 37.128,00
70	23.400	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 500 MG INJETAVEL ENDOVENOSO FRASCO-AMPOLA	CEFTRIONA/FRESENIUS	R\$ 8,85	R\$ 207.090,00
VALOR TOTAL						R\$ 244.218,00

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

MDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E
HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.768.887/0001-01

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 34.729.047/0001-02

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
13	9.360	COMPRIMIDO	AMOXICILINA 875 MG + CLAVULANATO DE POTASSIO 125 MG COMPRIMIDO	EUROFARMA	R\$ 2,60	R\$ 24.336,00
14	10.413	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 12,98	R\$ 135.160,74
15	3.471	FRASCO-AMPOLA	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 12,98	R\$ 45.053,58
32	25.740	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 5,49	R\$ 141.312,60
33	8.580	FRASCO-AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI INJETAVEL FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 5,49	R\$ 47.104,20
63	274.950	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1G INJETAVEL ENDOVENOSO FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 4,28	R\$ 1.176.786,00
64	91.650	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 1G INJETAVEL ENDOVENOSO FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 4,28	R\$ 392.262,00
67	5.850	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 500 MG INJETAVEL INTRAMUSCULAR FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 7,36	R\$ 43.056,00
68	1.950	FRASCO-AMPOLA	CEFTRIAXONA 500 MG INJETAVEL INTRAMUSCULAR FRASCO-AMPOLA	EUROFARMA	R\$ 7,36	R\$ 14.352,00
VALOR TOTAL						R\$ 2.019.423,12

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 34.729.047/0001-02

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/002533

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: W2 COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 19.079.667/0001-50

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
65	2.340	BOLSA/FRASCO	CEFTRIAXONA 1G INJETAVEL ENDOVENOSO SISTEMA FECHADO	ABL	R\$ 24,50	R\$ 57.330,00
VALOR TOTAL						R\$ 57.330,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 03 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

W2 COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE
MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.079.667/0001-50

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/004092

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 321/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: BARRFAB IND. COM. IMP. E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.836.248/0001-12

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
3	2	UND	MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA REGISTRO NA ANVISA Especificação Técnica: Classificação: Equipamento Oncológico Especificações Básicas: Mesa cirúrgica elétrica, para procedimentos cirúrgicos. Base fabricada em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, podendo ser revestida em polímero ABS reforçado, aço inoxidável ou material superior. Base móvel com rodízio de no mínimo 3 e no máximo 5 polegadas dotada de sistema de movimentação, fixação e freios motorizados acionados através do painel de controle. Coluna fabricada em aço inoxidável AISI 304 ou material superior. Chassis: fabricado em aço inoxidável ou material superior, com tratamento anti-corrosão, com sistema que proporcione a blindagem contra líquidos das internas. Leito articulável, radiotransparente, dividido no mínimo em 5 seções (cabeça, dorso, assento, renal e perneira retráteis). Régua em aço inoxidável para colocação de acessórios. Capacidade de carga mínima de 220 kg na posição zero. Movimentos motorizados: regulagem de altura a partir de 760mm ou menor com curso de no mínimo 200mm de elevação, trendeleburg mínimo de 0 a 20 graus, reveso de trendeleburg mínimo de 0 a 20 graus, lateralidade nas angulações mínimas de 0 a 18 graus, deslocamento longitudinal na faixa mínima de +/- 300mm para cada lado e dorso. Os movimentos motorizados deverão ser acionados por painel de controle localizado na coluna de mesa e via controle remoto com cabo espiralado de no mínimo 2m de comprimento. Deve permitir no mínimo as seguintes posições: Renal; sem flexão de perna e coxa; Flexão abdominal; semissentado e sentado. Acessórios mínimos que acompanham o equipamento: 01 arco de narcoze; 01 suporte para renal; 01 par de suporte de braço; 01 par de porta-coxa; 01 par de suporte laterais; 01 par de ombreiras; 01 jogo de colchete injetado em Poliuretano, leve e de fácil manipulação, impermeável sem nenhum tipo de costura ou revestimento, biocompatível, não irritante e não alérgico. Bateria interna recarregável. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.	BARRFAB	R\$ 55.000,00	R\$ 110.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 110.000,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

BARRFAB IND. COM. IMP. E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.836.248/0001-12

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/004092

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 321/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP
CNPJ: 26.499.522/0001-73

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	2	UND	BISTURI ELÉTRICO REGISTRO NA ANVISA Especificação Técnica: Classificação: Equipamento Oncológico Especificação Básica: Controle digital e independente das potências para corte, blend e coagulação; Alarme de segurança que bloqueia todos os circuitos em caso de rompimento do cabo da placa neutra; Saldas totalmente isoladas; Teclas totalmente blindadas e a prova de líquidos; Pedal contra penetração nociva de água; Ventilação por convecção natural; Permite o uso de placa neutra simples descartável sem uso de um acessório específico. Corte: 150W - Carga 300 Ohms. Rede Elétrica: 110/220 Volts (Automático) - 50/60 Hz	EMAI/BP100D	R\$ 4.300,00	R\$ 8.600,00
VALOR TOTAL						R\$ 8.600,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP
CNPJ: 26.499.522/0001-73

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/30550/004092

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 321/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PESENTI E PELAIS LTDA EPP
CNPJ: 02.776.642/0001-02

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
9	2	UND	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO REGISTRO NA ANVISA Especificação Técnica: Classificação: Equipamento Oncológico Especificações Básicas: Possui gabinete construído em plástico resistente composto por corpo (base) e tampa. O painel é confeccionado em policarbonato autoadesivo, localizado na parte frontal do gabinete que possui as funções e o comando do ultrassom. A pressurização interna do ar e da água ocorre nos terminais de entrada, e através das válvulas solenoides é possível o corte e a aspiração simultaneamente. Possui registros de água e ar que permite o ajuste fino e possibilita o trabalho conforme a necessidade de cada operação. A peça de mão do ultrassom possui um transdutor montado com pastilhas cerâmicas piezoelétricas que acoplado ao dispositivo eletrônico, fornece oscilações com frequências entre 29 a 32 KHz. Possui um controle da potência ultrassônica, sendo ajustável conforme a necessidade de cada operação. A peça de mão do jato de bicarbonato é constituída de um difusor concêntrico que efetua a mistura do ar, água e bicarbonato a uma pequena distância da ponta. Possui um sistema que disponibiliza um reservatório para bicarbonato com o recipiente removível e filtro de ar para drenagem de resíduos líquidos condensados. Possui pedal de comando para acionamento, e as capas das peças de mão do ultrassom e jato de bicarbonato são removíveis e autolaváveis. Chave para insertos. Reservatório para líquido (Bomba Peristáltica) Tensão: Bivolt (127V/220V). Potência: 42 Va. Frequência: 50/60 Hz. Frequência do Ultrassom: 29 a 32 KHz. Pressão de Entrada de Ar: 483 kPa a 552 kPa. Dimensões: 17 cm de altura x 20,5 cm de largura x 27 cm de comprimento.	ORTUS	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00

10	2	UND	<p>FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS REGISTRO NAANVISA</p> <p>Especificação Técnica:</p> <p>Classificação: Equipamento Oncológico</p> <p>Especificação Básica: A Bateria (sem fio). Pode ser utilizado com ou sem fio. Luz fria (azul) gerada por LED de alta potência (1250 mW/cm²). Display digital. Tempos de aplicação disponíveis: 5, 10, 20 e 40 segundos. Tempo máximo de uso contínuo: 200 segundos. Com bip sonoro indicativo a cada 5 segundos e no final da operação. Fotopolimerizador sem fio com bateria de lítio. Pode ser utilizado com ou sem fio. Luz azul fria, sem aquecimento dental e da resina. Bivolt automático, podendo ser utilizado em tensões de alimentação entre 100V 240V~ (50/60Hz). Desligamento automático ao final do tempo solicitado. Corpo da caneta constituído em ABS e Alumínio Anodizado. Peça de mão anatómica para melhor manuseio. Silencioso, pois não necessita de ventilação forçada. Alto tempo de vida útil do LED emissor de luz. Ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra ótica orientada (sem fuga de luz), autoclavável a 134°C e com giro de 360°. Comprimento sem a ponteira: 15,8 cm. Alimentação: Bivolt automático 90 - 240 V. Frequência: 50/60 Hz. Comprimento de onda: 420 à 480 nm. Emissor de luz: Led (light emitting diode) Luz Azul. Bateria: 3,7V/750 mA. Potência de luz: 1250 mW/cm². Programações de uso: Contínuo: Potência máxima ao longo de todo o funcionamento. Rampa: Potência gradual crescente nos primeiros 5 segundos, permanecendo logo após com sua potência máxima. Pulsado: Luz com potência máxima pulsante com intervalos de 0,2 segundo.</p>	SCHUSTER	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
VALOR TOTAL						R\$ 5.600,00

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

PESENTI E PELAIS LTDA EPP
CNPJ: 02.776.624/0001-02

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 340/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019/30550/004102

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº 6.081/2020, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 340/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HM CIRÚRGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	3.604	FRASCO	FENOTEROL BROMIDATO 5 MG/ML SOLUCAO ORAL + CONTA GOTAS 20 ML FRASCO	TEUTO	R\$ 3,94	R\$ 14.199,76
8	7.020	COMPRIMIDO	ISSOSSORBIDA DINITRATO 5 MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL	EMS	R\$ 0,26	R\$ 1.825,20
9	109	FRASCO	LEVODROPROPOZINA 6 MG/ML XAROPE 120 ML FRASCO	EUROFARMA	R\$ 28,12	R\$ 3.065,08
10	3.900	AMPOLA	METARAMINOL 10 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL 1 ML AMPOLA	CRISTALIA	R\$ 5,00	R\$ 19.500,00
VALOR TOTAL						R\$ 38.590,04

01. CONDIÇÕES GERAIS**1.1. Prazo de validade:**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 04 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

HM CIRÚRGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/30550/006733

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº 6.081/2020, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HM CIRÚRGICA LTDA
 CNPJ: 30.981.531/0001-73

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	394.457	UNIDADE	SERINGA HIPODERMICA 10 ML, COM AGULHA 25 X 7 BISEL TRIFACETADO, BICO LUER SLIP CENTRAL, CILINDRO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE COM ESCALA DE GRADUACAO INDELEVEL E MILIMETRADA, EMBOLO COM TRAVA E PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM PERFEITO AJUSTE E DESLIZE EMBOLO-CILINDRO. COM SISTEMA DE SEGURANCA NR 32. ATOXICA, APIROGENICA. ESTERIL E DESCARTAVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA EM PETALA E ASSEPTICA. DEVERA ATENDER A RDC Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011.	INJEX	R\$ 0,72	R\$ 284.009,04
2	1.782.050	UNIDADE	SERINGA HIPODERMICA 20 ML, COM AGULHA 25 X 7 BISEL TRIFACETADO, BICO LUER SLIP CENTRAL, CILINDRO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE COM ESCALA DE GRADUACAO INDELEVEL E MILIMETRADA, EMBOLO COM TRAVA E PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM PERFEITO AJUSTE E DESLIZE EMBOLO-CILINDRO. COM SISTEMA DE SEGURANCA NR 32. ATOXICA, APIROGENICA. ESTERIL E DESCARTAVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA EM PETALA E ASSEPTICA. DEVERA ATENDER A RDC Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011.	INJEX	R\$ 0,82	R\$ 1.461.281,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.745.290,04

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 14 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
 Secretário de Estado da Saúde

HM CIRURGICA LTDA
 CNPJ: 30.981.531/0001-73

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/30550/006733

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº 6.081/2020, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
 CNPJ: 06.366.038/0001-69

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
6	1.291	UNIDADE	EXTENSOR PARA PERFUSAO EM PVC COM PRIMER APROXIMADO DE 0,96 ML, TUBO DE 120 CM COM RESISTENCIA APROPRIADA, CONECTOR LUER FEMEA E LUER LOCK REVERSIVEL TRANSPARENTES, COM PEGA NAO INFERIOR A 1,5 CM. ESTERIL, APIROGENICO, ATOXICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	BIOSANI	R\$ 1,35	R\$ 1.742,85
VALOR TOTAL						R\$ 1.742,85

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.366.038/0001-69

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2020/30550/006733**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO e com base no Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Estadual nº 6.081/2020, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2021, da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PREMIUM COMERCIAL EIRELI - ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	2714	UNIDADE	EQUIPO MICROGOTAS FOTOSSENSIVEL, FABRICADO EMPVC OU POLIETILENO FLEXIVEL, PERFURADOR TIPO LANCETA COM TAMPA PROTETORA, DISPOSITIVO PARA ENTRADA DE AR LATERAL COM FILTRO HIDROFÓBO, CAMARA DE GOTEJAMENTO FLEXIVEL NA COR AMBAR 60 MGTS/ML, FILTRO DE PARTICULAS DE 15 MICRAS, TUBO EXTENSOR FLEXIVEL IGUAL OU SUPERIOR A 1,20 M DE COMPRIMENTO, COM INJETOR LATERAL EM "Y", COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE, COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO; IUNIFORME, COR AMBAR, ESTERIL com CONECTOR LUER LOCK E PROTETORES QUE GARANTAM A SUA ESTERILIDADE E BOLSAS FOTOPROTETORA PARA AMPOLAS E FRASCOS, APIROGENICO, ATOXICO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	BIOSANI	R\$ 2,54	R\$ 6.893,56
5	10.530	UNIDADE	EXTENSOR PARA PERFUSAO EM PVC COM PRIMER APROXIMADO DE 1,5ML, TUBO DE 150 CM COM RESISTENCIA APROPRIADA, CONECTOR LUER FEMEA E LUER LOCK REVERSIVEL TRANSPARENTES, COM PEGA NAO INFERIOR A 1,5 CM. ESTERIL, APIROGENICO, ATOXICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	SEROPLAST	R\$ 1,42	R\$ 14.952,60
VALOR TOTAL						R\$ 21.846,16

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Federal nº 7.892/2013.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 11 de fevereiro de 2022.

AFONSO PIVA DE SANTANA
Secretário de Estado da Saúde

PREMIUM COMERCIAL EIRELI - ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 219/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 219/2021 - Processo Administrativo Nº 2020/30550/007023, conforme segue:

PREMIUM COMERCIAL EIRELI - ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29, o valor adjudicado R\$ 241.751,66.

PRIME HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 30.999.201/0001-05, o valor adjudicado R\$ 35.544,68.

O valor total adjudicado R\$ 277.296,34. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 03 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 285/2021 - Processo Administrativo Nº 2021/30550/002102, conforme segue:

W2 COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.079.667/0001-50, o valor adjudicado R\$ 6.475,64.

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
CNPJ: 27.718.661/0001-03, o valor adjudicado R\$ 45.193,68.

PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05, o valor adjudicado R\$ 648,00.

O valor total adjudicado R\$ 52.317,32. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 04 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 229/2021 - Processo Administrativo Nº 2021/30550/002533, conforme segue:

MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.366.038/0001-69, o valor adjudicado R\$ 466.830,00.
FORMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
CNPJ: 07.316.691/0001-86, o valor adjudicado R\$ 63.180,00.

MDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 07.768.887/0001-01, o valor adjudicado R\$ 244.218,00.

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 07.847.837/0001-10, o valor adjudicado R\$ 490.413,30.

DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26, o valor adjudicado R\$ 8.985,60.

ELFA MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.053.134/0001-45, o valor adjudicado R\$ 8.795.748,00.

W2 COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 19.079.667/0001-50, o valor adjudicado R\$ 57.330,00.

AUDAX MED - PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP
CNPJ: 21.881.617/0001-33, o valor adjudicado R\$ 534.534,00.

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI ME
CNPJ: 27.718.661/0001-03, o valor adjudicado R\$ 83.272,80.

HM CIRURGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73, o valor adjudicado R\$ 5.274.640,80.

APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 34.558.660/0001-04, o valor adjudicado R\$ 1.359.140,64.
NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 34.729.047/0001-02, o valor adjudicado R\$ 2.019.423,12.

HEALTH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 35.472.743/0001-49, o valor adjudicado R\$ 684.733,14.

O valor total adjudicado R\$ 20.082.449,04. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 14 de fevereiro de 2022

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 321/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 321/2021 - Processo Administrativo Nº 2021/30550/004092, conforme segue:

PESENTI E PELAIS LTDA EPP
CNPJ: 02.776.642/0001-02, o valor adjudicado R\$ 5.600,00.

BARRFAB IND. COM. E EXPORTAÇÃO DE EQUIP. HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.836.248/0001-12, o valor adjudicado R\$ 110.000,00.

MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP
CNPJ: 26.499.522/0001-73, o valor adjudicado R\$ 8.600,00.

O valor total adjudicado R\$ 124.200,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 11 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 340/2021 - Processo Administrativo Nº 2019/30550/004102, conforme segue:

HM CIRÚRGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73, o valor adjudicado R\$ 38.590,04.

O valor total adjudicado R\$ 38.590,04. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 04 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO PARCIAL DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 341/2021 - Processo Administrativo Nº 2020/30550/006733, conforme segue:

MAXIMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.366.038/0001-69, o valor adjudicado R\$ 1.742,85.

PREMIUM COMERCIO EIRELI - ME
CNPJ: 17.172.874/0001-29, o valor adjudicado R\$ 21.846,16.

HM CIRÚRGICA LTDA
CNPJ: 30.981.531/0001-73, o valor adjudicado R\$ 1.745.290,04.

O valor total adjudicado R\$ 1.768.879,05. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 11 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 258/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 258/2021 - Processo Administrativo Nº 2020/30550/007081, conforme segue:

PROMEDICA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
CNPJ: 65.348.682/0001-73, o valor adjudicado R\$ 47.200,00

O valor total adjudicado R\$ 47.200,00. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 15 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 350/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 350/2021 - Processo Administrativo Nº 2020/30550/001113, conforme segue:

MB DE ARAUJO XAVIER - MBX MATERIAL MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS
CNPJ: 37.205.854/0001-14, o valor adjudicado R\$ 7.127,20.

O valor total adjudicado R\$ 7.127,20. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 15 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Horário de Brasília

A Secretaria de Estado da Saúde/TO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará os Pregões Eletrônicos relacionados abaixo:

Pregão Eletrônico nº 002/2022 - Processo 2019/30550/003210.
Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos oncológicos, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 15/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Rubisléia Ramos Pereira Mesquita.

Pregão Eletrônico nº 014/2022 - Processo 2021/30550/006081.
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de consumo (café, açúcar e copos descartáveis), conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 15/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Danilo Veloso Oliveira.

Pregão Eletrônico nº 042/2022 - Processo 2019/30550/006736.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos imunossuppressores, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 17/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Weslaine Lacerda Ávila

Pregão Eletrônico nº 053/2022 - Processo 2020/30550/004317.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos oncológicos injetáveis, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 17/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 057/2022 - Processo 2021/30550/007909.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva ao conjunto câmara e antecâmara frigorífica da Central Estadual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações, da Secretaria de Saúde do Tocantins (SES-TO), conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 15/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Weslaine Lacerda Ávila.

Pregão Eletrônico nº 060/2022 - Processo 2021/30550/004693.
Objeto: Contratação contínua de empresa especializada no fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagens descartáveis, aos servidores plantonistas, lotados no Serviço de Verificação de Óbito (SVO), em Araguaína/Tocantins, da Superintendência de Vigilância em Saúde - SVS. Data/Horário: 15/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.comprasgovernamentais.gov.br. Pregoeiro(a): Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 062/2022 - Processo 2021/30550/008961.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza e higienização, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 08/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Thiago Borges Silva.

Os editais também encontram-se disponíveis no site: www.saude.to.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones: (063) 3218-1715/1722/3247.

Palmas-TO, 17 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Horário de Brasília

A Secretaria de Estado da Saúde/TO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará os Pregões Eletrônicos relacionados abaixo:

Pregão Eletrônico nº 016/2022 - Processo 2021/30550/006735.
Objeto: Aquisição de medicamentos nutrientes (soros, eletrólitos e outros), conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 23/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Danilo Veloso Oliveira.

Pregão Eletrônico nº 042/2022 - Processo 2020/30550/006736.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos imunossuppressores, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 21/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Weslaine Lacerda Ávila.

Pregão Eletrônico nº 046/2022 - Processo 2021/30550/006040.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares - grupo 17 - fios cirúrgicos (poliglactina, seda, polidioxanona, algodão, poliéster, aço, poliglecrapone, fio para marcapasso e fita cardíaca), conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 21/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Thiago Borges Silva.

Pregão Eletrônico nº 052/2022 - Processo 2021/30550/003286.
Objeto: Registro de Preços para aquisição por sistema de consignação de órtese e prótese e materiais especiais - OPME, para os serviços de cirurgia endovascular, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 21/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Rubisléia Ramos Pereira Mesquita.

Pregão Eletrônico nº 055/2022 - Processo 2021/30550/007300.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares - grupo 9 fraldas, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 21/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Danilo Veloso Oliveira.

Pregão Eletrônico nº 056/2022 - Processo 2021/30550/006852.
Objeto: Registro de Preços para aquisição por sistema de consignação de órtese e prótese e materiais especiais - OPME, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 17/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Rubisléia Ramos Pereira Mesquita

Pregão Eletrônico nº 058/2022 - Processo 2021/30550/009520.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de equipos para bomba de infusão com aparelhos de bomba de infusão em comodato, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 17/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Weslaine Lacerda Ávila.

Pregão Eletrônico nº 059/2022 - Processo 2021/30550/000793.
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais médico cirúrgico hospitalar para atender o serviço de neurocirurgia do Hospital Geral de Palmas, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 23/03/2022, às 08h30min. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeiro(a): Weslaine Lacerda Ávila.

Os editais também encontram-se disponíveis no site: www.saude.to.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones: (063) 3218-1715/1722/3247.

Palmas-TO, 17 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 332/2021**

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 332/2021 - Processo Administrativo Nº 2020/30550/007435, conforme segue:

AMPLA COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 05.891.838/0001-36, o valor adjudicado R\$ 390,00.

MC CIRÚRGICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 12.812.677/0001-03, o valor adjudicado R\$ 4.496,70.

HOSPLAB PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAL EIRELI
CNPJ: 15.346.274/0001-04, o valor adjudicado R\$ 6.889,70.

JTH COMERCIO LTDA
CNPJ: 30.680.100/0001-77, o valor adjudicado R\$ 1.157,00.

JVC ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 31.512.534/0001-20, o valor adjudicado R\$ 198,50.

INSTRULABOR CALIBRACAO E MANUTENÇÃO EIRELI
CNPJ: 34.514.779/0001-85, o valor adjudicado R\$ 1.608,00.

FORTCLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ: 36.327.075/0001-29, o valor adjudicado R\$ 1.878,00.

NEW POWER COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 36.516.584/0001-08, o valor adjudicado R\$ 1.500,00.

PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.374.797/0001-05, o valor adjudicado R\$ 1.489,50.

PAULO HENRIQUE DE ASSIS 03036144129
CNPJ: 37.916.894/0001-74, o valor adjudicado R\$ 20.195,00.

O valor total adjudicado R\$ 39.802,40. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Palmas/TO, 17 de fevereiro de 2022.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SSP Nº 48, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021 do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16, da Lei 3.421/19 e art. 258, da Lei 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei 3.608/19,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria SSP nº 286, de 23 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. O servidor que receber indenização por cumulação de responsabilidades administrativas deverá prestar contas por meio de relatório, conforme formulário padrão constante do Anexo VII a esta Portaria.

§1º Os servidores deverão apresentar o relatório de prestação de contas à chefia imediata da unidade de cumulação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da indenização, cuja chefia, após homologação, remeterá:

- À Diretoria de Polícia da Capital, no caso de cumulação em unidades policiais sediadas em Palmas e subordinadas à referida Diretoria;
- À Delegacia Regional de Polícia Civil, no caso de cumulação em unidades policiais sediadas na respectiva Regional;
- À Delegacia Regional de Polícia Civil, no caso de cumulação em Divisões Especializadas sediadas na respectiva Regional;
- À Diretoria de Repressão a Corrupção e Crime Organizado, no caso de cumulação em Divisões Especializadas sediadas em Palmas;
- À Delegacia-Geral da Polícia Civil, no caso de cumulação no GOTE e cumulação administrativas nas Diretorias (DPC, DRACCO, DPI e DIP);
- Aos respectivos Chefes dos Núcleos Regionais da Polícia Científica, no caso de cumulações em unidades da Polícia Científica sediadas no interior do Estado;
- Às respectivas Diretorias da Polícia Científica, no caso de cumulações em unidades da Polícia Científica sediadas em Palmas;
- À Corregedoria-Geral da Segurança Pública, no caso de cumulação na COGER;
- À Superintendência de Inteligência e Estratégia, no caso de cumulação na SIE;
- À Superintendência de Segurança Integrada, no caso de cumulação na SSI.

§2º As unidades mencionadas no parágrafo anterior deverão compilar os dados referentes às suas unidades vinculadas e, na forma do Anexo IX, homologá-los e encaminhá-los ao Núcleo de Plantão, Indenização e Sobreaviso-NPIS, até o décimo quinto dia de cada mês, cabendo ao NPIS anexar ao processo de indenização do servidor e remeter o procedimento ao Núcleo de Análise Processual (NAP/SAF), para a adoção das providências previstas nos parágrafos anteriores.

§3º No caso de cumulação em unidades de diretorias da Polícia Civil diversas, o relatório de prestação de contas deverá ser homologado pelos chefes das unidades onde foram cumpridas as cumulações e, posteriormente, enviado à Delegacia-Geral da Polícia Civil, que deverá compilar as informações, para posterior envio ao NPIS, no prazo previsto no §2º

§4º Caberá ao NAP/SAF devolver o procedimento às autoridades a que se refere o *caput* do art. 9º para ajustes, por meio de solicitação de ação corretiva (SAC), se constatar qualquer irregularidade na prestação de contas.

§5º Verificando a regularidade da prestação de contas, o NAP/SAF atestará essa circunstância no respectivo procedimento.”

Art. 2º A Portaria SSP nº 286, de 23 de junho de 2020, passa a vigorar acrescida do Anexo IX, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, 07 de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SSP Nº 48, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022. (ANEXO IX À PORTARIA SSP Nº 286, DE 23 DE JUNHO DE 2020).

Anexo IX

Relação de servidores que cumularam responsabilidade administrativa

NOME DA UNIDADE (Ex.: 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil - Araguatins)											
Nome	Matrícula	Cargo	Lotação	Espécie de Cumulação de Responsabilidades Administrativas							
				Cumulação de Unidades			Plantão Extraordinário		Sobreaviso Extraordinário		
				Unidade	Período	Valor	Unidade	Horas	Valor	Unidade	Valor
1. xxxxxxxx xxxxxx xxxxxx xxxxxx	xxxxxxxxxx-X xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xx/xx/xxxx a xx/xx/ xxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxx	xx horas xx xxxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx
2. xxxxxxxx xxxxxx xxxxxx xxxxxx	xxxxxxxxxx-X xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xx/xx/xxxx a xx/xx/ xxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxx	xx horas xx xxxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx	xxxxx - xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx xxxxxx	R\$ x.xxx,xx xxxxxx

Relação de servidores que realizaram devolução

Nome do Servidor	Cumulação/Plantão/Sobreaviso	Justificativa da devolução	Valor
xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$

PORTARIA SSP Nº 53, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16, da Lei 3.421/19 e art. 258, da Lei 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei 3.608/19,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando que, de acordo com o princípio da continuidade do serviço público, este deve ser prestado de maneira contínua, regular, com qualidade e eficiência;

Considerando a Portaria Conjunta nº 002, de 26 de novembro de 2021, publicada no Boletim Interno nº 199-SSP/TO, de 30/11/2021 e na edição do Diário Oficial nº 5.975, de 29/11/2021, que Instituiu a Força Tarefa no âmbito da Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado - DRACCO, objetivando apurar os fatos ilícitos noticiados e outros que possam surgir;

Considerando a solicitação do Delegado Adjunto da 1ª Divisão Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa/1ª DHPP - Palmas, por meio do Ofício nº 079/2022/DHPP, com a manifestação favorável do Diretor de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado e do Delegado-Geral da Polícia Civil;

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, LUCIANO BARBOSA DE SOUZA CRUZ, delegado de polícia, matrícula nº 985706-3, das atribuições de membro da Força Tarefa no âmbito da Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado - DRACCO, a partir desta data.

Palmas/TO, 10 de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 55, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16, da Lei 3.421/19 e art. 258, da Lei 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei 3.608/19 e,

Considerando o princípio da publicidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, o qual exige transparência da atuação administrativa;

Considerando o princípio da eficiência, também previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, o qual determina que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Revisão do Regimento Interno da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins.

Art. 2º Designar para compor a comissão mencionada no artigo anterior os seguintes membros:

1. Heloísa Helena Freire Godinho, delegada de polícia, matrícula nº 549773-3, Presidente da Comissão.

2. Adriano Carrasco dos Santos, delegado de polícia, matrícula nº 1177966-1, representando a Diretoria de Polícia do Interior.

3. Vinícius Mendes de Oliveira, delegado de polícia, matrícula nº 1069454-1, representando a Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado.

4. Rommel Rubens Costa Rabelo, delegado de polícia, matrícula nº 1049542-1, representando a Diretoria de Polícia da Capital.

Art. 3º Fica autorizada à Presidente desta Comissão a expedição de atos normativos para que possa criar subcomissões, com vista à participação dos demais setores da Secretaria da Segurança Pública - SSP/TO.

Art. 4º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Palmas/TO, 15 de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 80, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021 do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 16, da Lei 3.421/19 e art. 258, da Lei 3.461/19, com as alterações incluídas pela Lei 3.608/19,

Considerando a necessidade de retificação da Portaria SSP nº 46, de 03 de fevereiro de 2022, publicada na edição do Boletim Interno-SSP nº 224, de 03/02/2022 e no Diário Oficial nº 6.024, de 07/02/2022;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria SSP nº 46, de 03 de fevereiro de 2022, publicada na edição do Boletim Interno-SSP nº 224, de 03/02/2022 e no Diário Oficial nº 6.024, de 07/02/2022, que institui a Comissão para apuração de responsabilidades por descumprimento contratual decorrente de processo licitatório.

Onde se lê:

"1 - Presidente: Ten Cel da Polícia Militar - Ricardo Borges Ferrão - Mat. 570178

2 - Membros:

a. Delegado de Polícia Civil - Dr. José Carlos Garcia - Mat. 11589795-1

b. Escrivã de Polícia Civil - Joara Jane Miranda da Silva - Mat. 1126849-5

c. Assistente Administrativo - Gustavo Soares Oliveira - Mat. 100502-2".

Leia-se:

"1 - Presidente: Delegado de Polícia Civil - Dr. José Carlos Garcia - Mat. 11589795-1

2 - Membros:

a. Ten Cel da Polícia Militar - Ricardo Borges Ferrão - Mat. 570178

b. Escrivã de Polícia Civil - Joara Jane Miranda da Silva - Mat. 1126849-5

c. Assistente Administrativo - Gustavo Soares Oliveira - Mat. 100502-2".

Palmas/TO, 16 de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

AUTOS Nº: 2020/3100/01853
INTERESSADO: ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
ASSUNTO: Prestação de Serviço Postal.

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 14/2022

O Estado do Tocantins, através da Secretaria da Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.109/0001-18, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.X30, SSP-TO, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.X64-27, residente e domiciliado nesta Capital, designado pelo Ato Nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, adiante designada simplesmente devedora celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas:

Cláusula Primeira - Reconhece expressamente a DÍVIDA em favor da empresa ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inscrita no CNPJ nº 34.028.316/7883-47, com sede foro e administração na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lotes 5/6, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, a importância de R\$ 2.640,34 (Dois mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos), que diz respeito à despesa com prestação de serviço Postal - sendo: coleta, transporte e entrega domiciliada de objetos de correspondências postais e outros serviços nacionais e internacionais, Seed, Sedex e serviços de assinatura de Caixa Postal, objetivando atender as necessidades da sede desta Secretaria e suas demais unidades nesta Capital e no interior do Estado, no decorrer do mês de dezembro do exercício de 2021, não liquidada e não paga dentro do exercício, conforme fatura nº 0000042961, devidamente atestada e acompanhada do relatório de fiscalização, Justificativa de Dívida, nos Termos do Parecer Jurídico nº 19/2022, às fls. 634/638, anexo aos autos.

Parágrafo Único: Considerando que houve a prestação do serviço, cumprindo o objetivo pactuado, portanto, demonstrada a obrigação líquida e certa desta pasta em assumir o saldo devedor.

Cláusula Segunda: A DEVEDORA compromete-se a adimplir a referida despesa, ora reconhecida e no valor acima referido, segundo suas condições orçamentárias próprias.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Reconhecimento de Dívida fundamenta-se no art. 37 c/c arts. 62 e 63, §1º, inciso I, II, III, §2º, incisos I, II, III, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como no art. 20 do Decreto Orçamentário Estadual nº 6.237, de 31 de março de 2021.

Cláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/TO, para dirimir qualquer litígio entre as partes.

Gabinete do Secretário de Estado da Secretaria da Segurança Pública, em Palmas, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2022.

Wladimir Costa Mota Oliveira
Secretário de Estado da Segurança Pública

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 17/2022/GEOFC/SSP

O Estado do Tocantins, através da Secretaria da Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 25.053.109/0001-18, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.X30, SSP-TO, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.X64-27, residente e domiciliado nesta Capital, designado pelo ato governamental nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, adiante designada simplesmente devedora celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas:

Cláusula Primeira: Reconhece expressamente a DÍVIDA em favor da empresa TINS-Soluções Corporativas Eireli, inscrito no CNPJ sob o nº 14.061.959/0001-41, relativo ao Processo nº 2021/31000/001944, 2º Termo Aditivo do Contrato nº 039/2019, a importância de R\$ 281.632,58 (Duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos), relativo à pagamento de despesa com prestação de serviço de informática - *Outsourcing* de Impressão, incluindo o gerenciamento através de *software* para contabilização e produção de documentos físicos coloridos, preto e branco, digitalização e encadernações, para atender as necessidades da sede desta Secretaria e suas demais unidades, no decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro do exercício de 2021, referente notas fiscais nºs 00001436, 00001437, 00001584, 00001585, 00001621 e 00001622, devidamente atestadas e relatório de fiscalização, conforme Parecer Jurídico nº 36/2022/ASSEJUR/SSP/TO, anexo aos autos.

Parágrafo Único: Considerando que houve a utilização dos serviços, cumprindo o objetivo pactuado, portanto, demonstrada a obrigação líquida e certa desta pasta em assumir a dívida.

Cláusula Segunda: A DEVEDORA compromete-se a adimplir a referida dívida, ora reconhecida e no valor acima referido, segundo suas condições orçamentárias próprias.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Reconhecimento de Dívida fundamenta-se no art. 37 c/c arts. 62 e 63, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como no art. 19 do Decreto Orçamentário Estadual nº 6.237 de 31 de março de 2021.

Cláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/TO para dirimir qualquer litígio entre as partes.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP/TO, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 18/2022/GEOFC/SSP

O Estado do Tocantins, através da Secretaria da Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 25.053.109/0001-18, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.X30, SSP-TO, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.X64-27, residente e domiciliado nesta Capital, designado pelo ato governamental nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, adiante designada simplesmente devedora celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas:

Cláusula Primeira: Reconhece expressamente a DÍVIDA em favor da empresa GOLD SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.217.208/0001-74, relativo ao Processo nº 2018/31000/001093, contrato nº 30/2020, a importância de R\$ 195.807,66 (Cento e noventa e cinco mil, oitocentos e sete reais e sessenta e seis centavos), relativo à pagamento de despesa com a contratação de empresa para o fornecimento de combustível/abastecimento para a frota de veículos desta Secretaria, nesta Capital e no interior do Estado, no decorrer do mês de dezembro de 2021, referente Nota Fiscal Nº 019868, devidamente atestada e relatório de fiscalização, conforme Parecer Jurídico nº 15/2022/ASSEJUR/SSP/TO, anexo aos autos.

Parágrafo Único: Considerando que houve a utilização dos serviços, cumprindo o objetivo pactuado, portanto, demonstrada a obrigação líquida e certa desta pasta em assumir a dívida.

Cláusula Segunda: A DEVEDORA compromete-se a adimplir a referida dívida, ora reconhecida e no valor acima referido, segundo suas condições orçamentárias próprias.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Reconhecimento de Dívida fundamenta-se no art. 37 c/c arts. 62 e 63, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como no art. 19 do Decreto Orçamentário Estadual nº 6.237, de 31 de março de 2021.

Cláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/TO para dirimir qualquer litígio entre as partes.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP/TO, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 19/2022/GEOFC/SSP

O Estado do Tocantins, através da Secretaria da Segurança Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 25.053.109/0001-18, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº X.XXX.X30, SSP-TO, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.X64-27, residente e domiciliado nesta Capital, designado pelo ato governamental nº 1.307 - NM, de 25 de outubro de 2021, adiante designada simplesmente devedora celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas:

Cláusula Primeira: Reconhece expressamente a DÍVIDA em favor da empresa Ticket Soluções HDFGT S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 03.506.307/0001-57, relativo ao Processo nº 2021/31000/001651, 4º Termo Aditivo do Contrato nº 043/2017, a importância total de R\$ 145.369,03 (Cento e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e três centavos), que diz respeito a despesa referente a contratação de empresa para o gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças através da utilização de cartão magnético e controle (autogestão), com sistema informatizado via WEB da frota de veículos desta Secretaria, no decorrer do mês de dezembro de 2021, referente Nota Fiscal Nº 40942526/T00, devidamente atestada e relatório de fiscalização, conforme Parecer Jurídico nº 14/2022/ASSEJUR/SSP/TO, anexo aos autos.

Parágrafo Único: Considerando que houve a utilização dos serviços, cumprindo o objetivo pactuado, portanto, demonstrada a obrigação líquida e certa desta pasta em assumir a dívida.

Cláusula Segunda: A DEVEDORA compromete-se a adimplir a referida dívida, ora reconhecida e no valor acima referido, segundo suas condições orçamentárias próprias.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Reconhecimento de Dívida fundamenta-se no art. 37 c/c arts. 62 e 63, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como no art. 19, do Decreto Orçamentário Estadual nº 6.237 de 31 de março de 2021.

Cláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/TO para dirimir qualquer litígio entre as partes.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA-SSP/TO, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022.

WLADEMIR COSTA MOTA OLIVEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 551/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: ADRIANA ALVES DA CRUZ
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/12/2018

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.

4. Voto da relatora procedente quanto ao reenquadramento horizontal, referência "I" 27.02.2017 e seus efeitos financeiros a partir de 01.03.2017.

5. Voto da relatora procedente para a progressão vertical para a Classe Especial, a partir de 27.02.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.03.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou-se por unanimidade, o reenquadramento horizontal e a progressão vertical, nos termos do voto da Relatora.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de dezembro de 2018.

RAIMUNDO CLAUDIO BATISTA
Delegado de Polícia
Conselheiro Relator

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 738/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: HELIO LOPES DE SOUZA
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/12/2018

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.

4. Voto da relatora procedente quanto ao reenquadramento horizontal, referência "G" 02.03.2017 e seus efeitos financeiros a partir de 01.04.2017.

5. Voto da relatora procedente para a progressão vertical para a Classe Especial, a partir de 02.03.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.04.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou-se por unanimidade, o reenquadramento horizontal e a progressão vertical, nos termos do voto da Relatora.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de dezembro de 2018.

RAIMUNDA BEZERRA SOUZA
Delegada de Polícia
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 577/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: ARIELE ROSE SANTOS FARIA MARRA
Assunto: PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL
Sessão Ordinária: 06/11/2018 - Ata 94ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 2.314/2010 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão I a partir de 12.09.2015 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 1.10.2015.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "I" a partir de 01.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE para seu enquadramento nos termos do voto da Conselheira Relatora, nas progressões verticais e horizontais. Conforme o voto acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de novembro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: ADAUTO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/11/2018 - Ata 94ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 1.545/2004 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão I a partir de 23.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "L" a partir de 23.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE para seu enquadramento nos termos do voto da Conselheira Relatora, nas progressões verticais e horizontais. Conforme o voto acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de novembro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 890/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: DANIEL SIMÕES DUARTE
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/11/2018 - Ata 94ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 2.314/2010 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão I a partir de 06.10.2017 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.11.2017.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "G" a partir de 06.10.2017 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.11.2017.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE, para seu enquadramento nos termos do voto da conselheira Relatora, nas progressões verticais e horizontais. Conforme o voto acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de novembro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2017

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: LUIS LIMA DE MIRANDA
Assunto: Progressão Funcional na Vertical e Horizontal
Sessão Ordinária: 90ª de 27/06/2018.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, nº 1.808/2007, nº 855/2007, nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

4. A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

5. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III.

6. Pedido PROCEDENTE progressão Horizontal referência "J" a partir de 19.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 19.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE, pela PROCEDÊNCIA para a progressão na vertical e horizontal. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III e progressão Horizontal referência "J" a partir de 19.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 19.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional. Nos termos do voto da conselheira relatora Elane Tomaz da Silva.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 27 de junho de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 828/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: ELIAS BARBOSA DE SOUSA JUNIOR
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 31/10/2018 - Ata 93ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 1.545/2004 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão II a partir de 08.09.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.10.2018.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "I" a partir de 01.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por MAIORIA, para seu enquadramento na progressão vertical e por UNANIMIDADE para seu enquadramento na progressão Horizontal. Nos Termos do voto da conselheira Relatora, acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 31 de outubro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 309/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: MAMEDIO ALVES MAGALHÃES SOBRINHO
Assunto: PROGRESSÃO VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/11/2018 - Ata 94ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 2.314/2010 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão I a partir de 01.11.2010 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.01.2014, Padrão II a partir de 01.11.2013 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.01.2014, Padrão III a partir de 01.11.2016 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.12.2016.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "L" a partir de 01.11.2017 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.12.2017.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por MAIORIA, para seu enquadramento na progressão Vertical e por UNANIMIDADE para seu enquadramento na progressão Horizontal. Nos termos do voto da Conselheira Relatora, acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 31 de outubro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 912/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: MARCELO SILVA COSTA
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 06/11/2018 - Ata 94ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 2.314/2010 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão II a partir de 15.04.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.05.2018.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "I" a partir de 01.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por MAIORIA, para seu enquadramento na progressão Vertical e por UNANIMIDADE para seu enquadramento na progressão Horizontal. Nos termos do voto da Conselheira Relatora, acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 06 de novembro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 327/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: MARCIA APARECIDA ALMEIDA SILVA
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 31/10/2018 - Ata 93ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 2.314/2010 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão II a partir de 05.04.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.05.2018.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "L" a partir de 01.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por MAIORIA, para seu enquadramento na progressão Vertical e por UNANIMIDADE para seu enquadramento na progressão Horizontal. Nos termos do voto da conselheira Relatora, acostado aos autos. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes, respeitando o quinquênio constitucional.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 31 de outubro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 714/2018

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: NILVA MOURA DE SOUZA HERBERTS
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
Sessão Ordinária: 31/10/2018 - Ata 93ª Sessão.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. (REENQUADRAMENTO). DA LEI Nº 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. Pela interpretação do artigo 7º, §1º, da Lei nº 2.808/2013, não há dúvida quanto a possibilidade do aproveitamento do tempo anterior no que tange ao policial civil investido no cargo em data anterior a referida Lei, ou seja, 12 de dezembro de 2013. O mesmo dispositivo prevê em seu inciso I, alínea "b" o critério de progressão vertical em que é contado o interstício de três anos de efetivo exercício na classe;

3. O inciso III, do artigo 7º, da Lei 2.808/2013 diz que o interstício para as progressões horizontal e vertical são contados individualmente a partir da data da posse;

4. Portanto com parâmetros na Lei nº 2.808/2013 que alterou a Lei nº 1.545/2004 e outras correlatas, verificou-se que a interessada possui requisitos para o devido enquadramento funcional;

5. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na horizontal na referência "i" a partir de 01.01.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.02.2018. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes.

6. Conforme a análise dos autos, e com fundamento na Lei nº 2.808/2013, voto pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para seu reenquadramento na vertical, Padrão II a partir de 26.09.2018 e efeitos financeiros no mês seguinte ao da habilitação 01.10.2018. E seus efeitos financeiros retroativos incidentes.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, deliberou o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE para seu enquadramento nos termos do voto da Conselheira Relatora, nas progressões verticais e horizontais. Conforme o voto acostado aos autos.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 31 de outubro de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 412/2017

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: PAULO ESAQUIEL ROCHA
Assunto: Progressão Funcional na Vertical e Horizontal
Sessão Ordinária: 90ª de 27/06/2018.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, nº 1.808/2007, nº 855/2007, nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

4. A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

5. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III.

6. Pedido PROCEDENTE progressão Horizontal referência "J" a partir de 19.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 19.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE, pela PROCEDÊNCIA para a progressão na vertical e horizontal. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III e progressão Horizontal referência "J" a partir de 19.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 19.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional. Nos termos do voto da conselheira relatora Elane Tomaz da Silva.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 27 de junho de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 268/2017

Relator: Elane Tomaz da Silva
Interessado: NILVAN PEREIRA DE SOUZA
Assunto: Progressão Funcional na Vertical e Horizontal
Sessão Ordinária: 90ª de 27/06/2018.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, nº 1.808/2007, nº 855/2007, nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

4. A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

5. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III.

6. Pedido PROCEDENTE progressão Horizontal referência "J" a partir de 22.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 22.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por UNANIMIDADE, pela PROCEDÊNCIA para a progressão na vertical e horizontal. PERDA DE OBJETO para progressão Vertical no Padrão III e progressão Horizontal referência "J" a partir de 22.06.2016 efeitos financeiros a partir de 01.07.2016 e "L" a partir de 22.06.2018 e efeito financeiros a partir 01.07.2018, respeitando o quinquênio constitucional. Nos termos do voto da conselheira relatora Elane Tomaz da Silva.

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Palmas/TO, 27 de junho de 2018.

Elane Tomaz da Silva
Conselheira Relatora

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 928/2018

Relator: João Batista de Deus
Interessado: Renê Mendes Fernandes
Assunto: progressão Funcional na Vertical e horizontal
Sessão Ordinária: 94ª de 06.11.2018

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, nº 1.808/2007, nº 855/2007, nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS.

1. O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

2. A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

3. As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

4. A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

5. Pedido PROCEDENTE pra progressão vertical, Padrão I, a partir de 21.09.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.10.2018.

6. Pedido PROCEDENTE para progressão horizontal referência "G", a partir de 21.09.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.10.2018.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, pela PROCEDÊNCIA por UNANIMIDADE para as progressões vertical e horizontal. Vertical Padrão I, a partir de 21.09.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.10.2018 e para horizontal "G", a partir de 21.09.2018 e efeitos financeiros a partir de 01.10.2018. Respeitando o quinquênio constitucional, nos termos do voto do conselheiro relator.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas-TO, 06 de novembro de 2018.

João Batista de Deus
Conselheiro Relator

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 703/2018

Conselheiro Relator: GUIDO CAMILO RIBEIRO
 Interessado: SÔNIA CARLA FARIAS DE JESUS AIRES
 Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL
 Sessão Ordinária: 31/10/2018

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA “E” E VERTICAL PARA CLASSE ESPECIAL, INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, 1.650/2005, 1.637/2005, 1.855/2007, 1.861/2007, 1.609/2005, 2.823/2013 e 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme prevêem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.

Voto do relator pela procedência do pedido quanto ao enquadramento referência “E”, e Classe Especial.

DELIBERAÇÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos, por unanimidade, deliberou-se nos termos do voto do relator pela Progressão Horizontal para referência “E” a partir de 03/03/2017, e pela Progressão Vertical para a Classe Especial a partir de 03/03/2018.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas-TO, 11 de dezembro de 2018.

Guido Camilo Ribeiro
 Delegado de Polícia Civil
 Conselheiro Relator

AGETO

PORTARIA AGETO Nº 40, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Portaria de Fiscalização - Convênio com os Municípios

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e consoante ao Ato nº 1.350 - NM, de 03 de novembro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os fiscais conforme tabela 1 para controlar, acompanhar e fiscalizar os objetos dos convênios, instrumentos de repasse regulamentado pelo Decreto Nº 5.815, de 9 de maio de 2018, firmados entre o ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTE E OBRAS - AGETO, e os municípios relacionados.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - ler atentamente o termo de convênio, plano de trabalho, cronograma de execução, especialmente quanto à especificação do objeto;

II - ter conhecimento das normas disciplinadoras de convênios para fiscalizar sua correta aplicação;

III - verificar o cumprimento das condições acordadas no termo de convênio e plano de trabalho, técnicas e administrativas, em todos os aspectos;

IV - orientar o conveniente sobre a correta execução do convênio, bem como, levar aos mesmos o conhecimento das situações de risco, recomendando medidas e estabelecendo prazos para a solução;

V - anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio, informando à concedente, aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas e defeitos observados;

VI - representar a concedente, das irregularidades, diretamente relacionadas à execução do convênio, das circunstâncias de que tenha conhecimento em razão do ofício;

VII - buscar, em caso de dúvida, auxílio junto às áreas técnicas competentes sobre assuntos alheios ao seu conhecimento.

ITEM	Nº CONVÊNIO	PROPONENTE	OBJETO	FISCAL	
				TITULAR	SUPLENTE
1	38960.00030/2022	Abreulândia	Pavimentação de Vias Urbanas	Lucilene Vilela Pereira	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 844886	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 63249/D-GO	CREA - 240065568-5
2	38960.00022/2022	Aragominas	Pavimentação Asfáltica em CBUQ	Arthur Santos Silva das Neves	José Pereira da Silva Neto
				Matrícula Funcional - 1259083	Matrícula Funcional - 490821
				CREA - 307905/D-TO	CREA - 100505725-7
3	38960.00031/2022	Araguaína	Execução de Pavimentação em CBUQ, drenagem e calçadas das ruas 20, 15 e 16 do Setor Nova Araguaína	José Pereira da Silva Neto	Arthur Santos Silva das Neves
				Matrícula Funcional - 490821	Matrícula Funcional - 1259083
				CREA - 100505725-7	CREA - 307905/D-TO
4	38960.00039/2022	Arapoema	Recapetamento e pavimentação de vias urbanas no município de Arapoema.	Arthur Santos Silva das Neves	José Pereira da Silva Neto
				Matrícula Funcional - 1259083	Matrícula Funcional - 490821
				CREA - 307905/D-TO	CREA - 100505725-7
5	38960.00040/2022	Arapoema	Pavimentação nos povoados do zé preto e do km 19, município de Arapoema - TO	José Pereira da Silva Neto	Arthur Santos Silva das Neves
				Matrícula Funcional - 490821	Matrícula Funcional - 1259083
				CREA - 100505725-7	CREA - 307905/D-TO
6	38960.00041/2022	Aurora do Tocantins	Pavimentação asfáltica	Rubens Lima de Souza	Marco Túlio Aires
				Matrícula Funcional - 682527-3	Matrícula Funcional - 577021
				CREA - 63948/D	CREA - 6453/D-GO
7	38960.00024/2022	Axixá do Tocantins	Pavimentação asfáltica	Gilvamar Moreira de Sousa	Haroldo Ribeiro da Costa Júnior
				Matrícula Funcional - 264493	Matrícula Funcional - 11165499
				CREA - 4741/D-GO	CREA - 207560/D-TO
8	38960.00025/2022	Centenário	Pavimentação asfáltica de vias urbanas	Lucilene Vilela Pereira	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 844886	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 63249/D-GO	CREA - 240065568-5
9	38960.00032/2022	Chapada de Areia	Pavimentação asfáltica	Romualdo Rodrigues Correa Junior	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 11130130	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 201472/D-TO	CREA - 240065568-5
10	38960.00026/2022	Dueré	Pavimentação asfáltica e implementação da malha viária e urbana no município de Dueré - TO.	Danielson Fagner Oliveira Honório	Adão Valter Alves de Sousa
				Matrícula Funcional - 927925	Matrícula Funcional - 991615
				CREA - 125638/V-TO	CREA - 240925016-5
11	38960.00023/2022	Gurupi	Implementação da malha viária urbana em concreto betuminoso, usinado a quente CBUQ	Danielson Fagner Oliveira Honório	Adão Valter Alves de Sousa
				Matrícula Funcional - 927925	Matrícula Funcional - 991615
				CREA - 125638/V-TO	CREA - 240925016-5
12	38960.00027/2022	Itaporã	Implantação de Pavimentação Asfáltica	Lucilene Vilela Pereira	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 844886	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 63249/D-GO	CREA - 240065568-5
13	38960.00033/2022	Novo Alegre	Revitalização da avenida Dr. João D' Abreu	Rubens Lima de Souza	Marco Túlio Aires
				Matrícula Funcional - 682527-3	Matrícula Funcional - 577021
				CREA - 63948/D	CREA - 6453/D-GO
14	38960.00034/2022	Novo Alegre	Implantação de Pavimentação e Calçadas	Marco Túlio Aires	Rubens Lima de Souza
				Matrícula Funcional - 577021	Matrícula Funcional - 682527-3
				CREA - 6453/D-GO	CREA - 63948/D
15	38960.00038/2022	Paraná	Pavimentação em Vias Públicas Urbanas	Danielson Fagner Oliveira Honório	Adão Valter Alves de Sousa
				Matrícula Funcional - 927925	Matrícula Funcional - 991615
				CREA - 125638/V-TO	CREA - 240925016-5
16	38960.00042/2022	Pindorama do Tocantins	Pavimentação/ Calçamento de Vias Públicas	Estemir de Sousa Pereira	Oswaldo Rocha Dourado
				Matrícula Funcional - 53287	Matrícula Funcional - 218719
				CREA - 200396173-9	CREA - 100336529-9
17	38960.00043/2022	Ponte Alta do Tocantins	Pavimentação asfáltica com tratamento superficial dupla em vias urbanas de ponte alta do Tocantins	Estemir de Sousa Pereira	Oswaldo Rocha Dourado
				Matrícula Funcional - 53287	Matrícula Funcional - 218719
				CREA - 200396173-9	CREA - 100336529-9

18	38960.00044/2022	Recursolândia	Implantação e pavimentação em vias urbanas.	Lucilene Vilela Pereira	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 844886	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 63249/D-GO	CREA - 240065568-5
19	38960.00035/2022	Rio da Conceição	Implantação de Pavimentação Asfáltica	Rubens Lima de Souza	Marco Túlio Aires
				Matrícula Funcional - 682527-3	Matrícula Funcional - 577021
				CREA - 63948/D	CREA - 6453/D-GO
20	38960.00028/2022	Rio dos Bois	Pavimentação com bloquete (centro comercial)	Romualdo Rodrigues Correa Junior	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 11130130	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 201472/D-TO	CREA - 240065568-5
21	38960.00036/2022	São Salvador	Implantação de pavimentação em vias urbanas	Rubens Lima de Souza	Marco Túlio Aires
				Matrícula Funcional - 682527-3	Matrícula Funcional - 577021
				CREA - 63948/D	CREA - 6453/D-GO
22	38960.00029/2022	Silvânia	Implantação de Pavimentação Asfáltica.	Estemir de Sousa Pereira	Oswaldo Rocha Dourado
				Matrícula Funcional - 53287	Matrícula Funcional - 218719
				CREA - 200396173-9	CREA - 100336529-9
23	38960.00037/2022	Taboão	Pavimentação Asfáltica	Lucilene Vilela Pereira	Leon Gregório Siqueira Gomes
				Matrícula Funcional - 844886	Matrícula Funcional - 1264389
				CREA - 63249/D-GO	CREA - 240065568-5

Tabela 1 - Relação de fiscais para os respectivos convênios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Márcio Pinheiro Rodrigues
Presidente da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO

Eng. Manoel Lúcio Ruiz Filho
Superintendente de Gestão Operacional e Projetos

EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Termo de Reconhecimento de Dívida - Atualização Monetária do Contrato nº 0203/2010.
Processo nº 0940/38960/2015
Contratante: AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO.
Contratada: OPERA CONSTRUÇÃO PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA.
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Reconhecimento a Atualização Monetária por atraso de pagamento da 1ª e única medição do Contrato nº 0203/2010, referente à execução dos serviços de terraplanagem, revestimento primário, obras de arte na Rodovia TO-428, trecho: Santa Maria/entroncamento TO-432, com 54 km de extensão.
Valor: R\$ 39.027,58 (trinta e nove mil, vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos).
Funcional programática: 38960.26.782.1152.4163, Elemento de Despesa nº 44.90.51, Fonte: 0100888888.
Data da Assinatura: 26 de janeiro de 2022.
Marcio Pinheiro Rodrigues - Presidente.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO

PROCESSO Nº: 2021/38961/0009;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Taboão do Tocantins - TO;
ADITIVO: 3º Aditivo de prazo;
OBJETO: Conclusão da construção da ponte sobre o rio Taboão entre os municípios de Taboão e Rio dos Bois no município de Taboão - TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: O prazo de vigência constante da Cláusula Quinta fica prorrogado com prazo de vigência de 427 (quatrocentos e vinte e sete) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 197.000,00 (Cento e noventa e sete mil reais) da CONCEDENTE, e R\$ 353.000,00 (Trezentos e cinquenta e três mil reais) do CONVENENTE, a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o “Plano de Trabalho” que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 4106, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 0104 (emenda parlamentar), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 29/12/2020;
DATA DE VIGÊNCIA DO ADITIVO: 30/04/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000176
CONVÊNIO Nº: 022/2022
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Aragonias - TO;
OBJETO: Implementação da Malha Asfáltica de Vias Urbanas CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente);
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.017.781,63 (dois milhões, dezessete mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE: R\$ 17.781,63 (dezessete mil setecentos e oitenta e um reais e sessenta e três centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o “Plano de Trabalho” que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente; Francisco Rodrigues - Convenente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000170
CONVÊNIO Nº: 023/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Gurupi - TO;
OBJETO: Implementação da Malha Viária Urbana em Concreto Betuminoso, Usinado a Quente CBUQ
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais), sendo o valor do CONCEDENTE R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o “Plano de Trabalho” que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente Josiniane Braga Nunes - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021 /38961/32
CONVÊNIO Nº: 024/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins - TO;
OBJETO: Pavimentação em Blocos Sextavados, Drenagem Superficial, Passeios e Sinalização no Povoado Lagoa, Município de Axixá do Tocantins/TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.010.000,00 (dois milhões e dez mil reais), sendo valor do CONCEDENTE R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o “Plano de Trabalho” que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente Auri - Wulange Ribeiro Jorge - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00077
CONVÊNIO Nº: 025/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Centenário - TO;
OBJETO: Pavimentação Asfáltica;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 600.600,00 (seiscentos mil e seiscentos reais) sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 600,00 (seiscentos reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Focildes de Carvalho Silva - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021 /38961/000168;
CONVÊNIO Nº: 026/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Dueré - TO;
OBJETO: Pavimentação asfáltica e Implementação da malha viária e urbana;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.043.455,81 (dois milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 43.455,81 (quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 19/03/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Valdeni Pereira de Carvalho - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021 /38961/181
CONVÊNIO Nº: 027/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Itaporã - TO;
OBJETO: Implantação de Pavimentação Asfáltica;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 366 (trezentos e sessenta e seis dias);
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.189,34 (dois milhões e dois mil e cento e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 2.189,34 (dois mil e cento e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/03/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Jose Rezende Silva - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000172
CONVÊNIO Nº: 028/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Rios dos Bois - TO;
OBJETO: Pavimentação em Bloquetes de Vias Urbanas no Município de Rio dos Bois/TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 734.734,00 (setecentos e trinta e quatro mil e setecentos e trinta e quatro reais) sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 734.000,00 (setecentos e trinta e quatro mil reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 734,00 (setecentos e trinta e quatro reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Moacir de Oliveira Lopes - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000148
CONVÊNIO Nº: 029/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal Silvanópolis - TO;
OBJETO: Implantação Pavimentação Asfáltica,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 402 (quatrocentos e dois) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.000,00 (dois milhões e dois mil reais), sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 26/03/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Gernivon Adão Pereira Rosa, - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000171
CONVÊNIO Nº: 30/2022
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Abreulândia - TO;
OBJETO: Pavimentação das Vias Urbanas no Município de Abreulândia - TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 747 (setecentos e quarenta e sete) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 1.001.000,00 (um milhão e um mil reais), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 05/03/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Manoel Francisco de Moura - Conveniente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021 /38961/00057;
CONVÊNIO Nº: 031/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Araguaína - TO;
OBJETO: Execução de Pavimentação em CBUQ, drenagem e calçadas das ruas 20,15 e 16 do Setor Nova Araguaína
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.505.894,73 (dois milhões, quinhentos e cinco mil e oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE: R\$ 505.894,73 (quinhentos e cinco mil e oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Wagner Rodrigues Barros - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00079
CONVÊNIO Nº: 032/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Chapada de Areia - TO;
OBJETO: Implantação de Pavimentação em Vias Urbanas na Cidade de Chapada de Areia - TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 382 (trezentos e oitenta e dois) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 1.212.684,55 (um milhão duzentos e doze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); valor do CONVENENTE: R\$ 12.684,55 (doze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 06/03/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Adauto Mendes de Oliveira - Convenente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000154
CONVÊNIO Nº: 033/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Novo Alegre - TO;
OBJETO: Revitalização da Avenida Dr. João D' Abreu;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 1.211.210,00 (um milhão e duzentos e onze mil e duzentos e dez reais), sendo valor do CONCEDENTE R\$ 1.210.000,00 (um milhão duzentos e dez mil reais); valor do CONVENENTE R\$ 1.210,00 (um mil e duzentos e dez reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Fernando Pereira Gomes - Convenente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000155
CONVÊNIO Nº: 034/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Novo Alegre - TO;
OBJETO: Implantação de Pavimentação e Calçadas;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 460.460,00 (quatrocentos e sessenta mil e quatrocentos e sessenta reais), sendo valor do CONCEDENTE R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais); valor do CONVENENTE R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Fernando Pereira Gomes - Convenente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000175
CONVÊNIO Nº: 035/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Rio da Conceição - TO;
OBJETO: Pavimentação em Vias Urbanas no Município de Rio da Conceição
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 1.406.638,34 (um milhão quatrocentos e seis mil seiscentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais); valor do CONVENENTE: R\$ 6.638,34 (seis mil seiscentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/22/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Edinalva Oliveira Ferreira Ramos - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000102
CONVÊNIO Nº: 036/2022
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de São Salvador - TO;
OBJETO: Implantação de Pavimentação em Vias Urbanas;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.000,00 (dois milhões e dois mil reais), sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Edmar José da Cruz - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/000113
CONVÊNIO Nº: 037/2022
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal Taboão - TO;
OBJETO: pavimentação asfáltica de vias urbanas,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 396 (trezentos e noventa e seis) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 808.000,00 (oitocentos e oito mil reais) sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); valor do CONVENENTE: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 20/03/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Wagner Teixeira de Farias, - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00064
CONVÊNIO Nº: 038/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Paranã - TO;
OBJETO: Pavimentação em Vias Públicas Urbanas;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 702.000,00 (setecentos e dois mil reais), sendo valor do CONCEDENTE R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais); valor do CONVENENTE R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Phabio Augustus da Silva Moreira - Convenente.

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021 /38961/00063;
CONVÊNIO Nº: 039/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Arapoema - TO;
OBJETO: Recapeamento e Implantação em Vias Públicas Urbanas
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 1.003.000,00 (um milhão e três mil reais), sendo valor do CONCEDENTE R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); valor do CONVENENTE R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024,
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Paulo Antonio Pedreira - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/0000174;
CONVÊNIO Nº: 041/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Aurora - TO;
OBJETO: Pavimentação Asfáltica das Vias Urbanas do Município de Aurora - TO,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.000,00 (dois milhões e dois mil reais), sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENENTE R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente;
Luzinei de Jesus Silva - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00089;
CONVÊNIO Nº: 040/2021;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Arapoema - TO;
OBJETO: Pavimentação nos Povoados do Zé Preto e do Km 19 no município de Arapoema - TO;
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 731 (setecentos e trinta e um) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 601.800,00 (seiscentos e um mil e oitocentos reais), sendo valor do CONCEDENTE: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); valor do CONVENENTE: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 18/02/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Paulo Antonio Pedreira - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00129
CONVÊNIO Nº: 042/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENENTE: Prefeitura Municipal Pindorama - TO;
OBJETO: Pavimentação/ Calçamento de Vias Públicas,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.048,16 (dois milhões, dois mil e quarenta e oito reais e dezesseis centavos) sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões); valor do CONVENENTE: R\$ 2.048,16 (dois mil, quarenta e oito reais e dezesseis centavos), a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Thiago Tapajós Alves de Oliveira, - Convenente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00160
CONVÊNIO Nº: 043/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal Ponte Alta do Tocantins - TO;
OBJETO: Pavimentação em Vias Públicas Urbanas no município de Ponte Alta do Tocantins,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 427 (quatrocentos e vinte e sete) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.002.000,00 (dois milhões e dois mil reais), sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 2.000,00 (dois mil, reais), a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 20/04/2023;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Kleber Rodrigues de Sousa, - Conveniente

EXTRATO DO CONVÊNIO

PROCESSO Nº: 2021/38961/00071
CONVÊNIO Nº: 044/2022;
CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal Recursolândia - TO;
OBJETO: Implantação e pavimentação em vias urbanas,
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente convênio entra em vigor a partir da data de assinatura, com prazo de vigência 752 (setecentos e cinquenta e dois) dias;
VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 2.003.000,00 (dois milhões e três mil reais) sendo o valor do CONCEDENTE: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); valor do CONVENIENTE: R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de contrapartida financeira, que será liberado em conformidade com o "Plano de Trabalho" que fará parte integrante deste instrumento;
RECURSOS: As despesas do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária 38960 26 782 1152 3114, natureza de despesa 4.4.40.42 - subitem: 48, fonte 500 (Programa de Fortalecimento da Economia e Geração de Emprego), recursos oriundos do Tesouro do Estado do Tocantins, através da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO;
DATA DE ASSINATURA DO CONVÊNIO: 17/02/2022;
DATA DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 10/03/2024;
SIGNATÁRIOS: Márcio Pinheiro Rodrigues - Concedente
Carlos Vinicius Barbosa da Silva - Conveniente

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento do Contrato nº 0120/2014.
Processo nº 0770/38960/2014.
Contratante: AGÊNCIA DE MÁQUINAS E TRANSPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS - AGETRANS, ATUAL AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO.
Contratada: SIVANA ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento, o reajustamento de preços para atualização nominal da 3ª, 4ª e 5ª medição do Contrato nº 120/2014, referente à execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica na Rodovia TO-255 Trecho: Lagoa da Confusão/Barreira da Cruz, numa extensão de 47,29 km.
Valor: R\$ 927.307,93 (novecentos e vinte e sete mil, trezentos e sete reais e noventa e três centavos).
Funcional programática: 38960.26.782.1152.4164, Elemento de Despesa nº 44.90.51, Fonte 0100888888.
Data da Assinatura: 15 de fevereiro de 2022.
Signatários: Márcio Pinheiro Rodrigues - Representante da Contratante.
Tiago Modesto Costa - Representante da Contratada.

EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2020/38960/000250
CONCEDENTE: Governo do Estado do Tocantins
INTERVENIENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Chapada de Areia - TO
OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual do Termo de Cooperação que trata da disponibilização de equipamentos para realização de serviços de conservação das estradas vicinais do Município de Chapada de Areia - TO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 28/06/2021
SIGNATÁRIOS: Ruberval Sousa de França/Adauto Mendes de Oliveira

EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2020/38960/000254
CONCEDENTE: Governo do Estado do Tocantins
INTERVENIENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins - TO
OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual do Termo de Cooperação que trata da disponibilização de equipamentos para realização de serviços de conservação das estradas vicinais do Município de Conceição do Tocantins - TO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 07/07/2021
SIGNATÁRIOS: Ruberval Sousa de França/João Paulo Fernandes Costa

EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2020/38960/000277
CONCEDENTE: Governo do Estado do Tocantins
INTERVENIENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Jaú - TO
OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual do Termo de Cooperação que trata da disponibilização de equipamentos para realização de serviços de conservação das estradas vicinais do Município de Jaú - TO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 01/07/2021
SIGNATÁRIOS: Ruberval Sousa de França/Luciene Lourenço de Araújo Oliveira

EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

PROCESSO Nº 2020/38960/000317
CONCEDENTE: Governo do Estado do Tocantins
INTERVENIENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO
CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Recursolândia - TO
OBJETO: Prorrogação da Vigência Contratual do Termo de Cooperação que trata da disponibilização de equipamentos para realização de serviços de conservação das estradas vicinais do Município de Recursolândia - TO.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 05/07/2021
SIGNATÁRIOS: Ruberval Sousa de França/Carlos Vinicius Barbosa da Silva

AMETO

PORTARIA Nº 07/2022/GABPRES, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.
Republicada para correção

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 42, §1º, incisos I e IV, e o ATOS nº 1.761 - DSG, de 29 de dezembro de 2021, publicado na Edição 5.997 do Diário Oficial do Estado - DOE

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora WESVANYA BATISTA GLÓRIA, matrícula nº 1222600-5, lotada na Gerência Geral de Administração, Execução Financeira, Orçamentária e Contábil da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO, para ser responder pelo setor de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria tem validade retroativa a contar do dia 03 de janeiro de 2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas aos 08 dias do mês de fevereiro de 2022.

OTTON NUNES PINHEIRO
Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins -
Respondendo

PORTARIA Nº 08/2022/GABPRES, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022.
Republicada para correção

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 42, §1º, incisos I e IV, e o Ato nº 1.761 - DSG, de 29 de dezembro de 2021, publicado na Edição 5.997 do Diário Oficial do Estado - DOE.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora WESVANYA BATISTA GLÓRIA, matrícula nº 1222600-5, lotada na Gerência Geral de Administração, Execução Financeira, Orçamentária e Contábil da Agência de Mineração do Estado do Tocantins - AMETO, para ser responder pelo Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria tem validade retroativa a contar do dia 03 de janeiro de 2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas aos 08 dias do mês de fevereiro de 2022.

OTTON NUNES PINHEIRO
Presidente da Agência de Mineração do Estado do Tocantins -
Respondendo

AEM

PORTARIA/AEM/Nº 13, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realizações de obras no âmbito da Agência de Metrologia, Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM/TO, e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE METROLOGIA, CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, II, da Constituição do Estadual, e pela Lei nº 2.812, de 27 de dezembro de 2013, e ainda pelo ato nº 196 - NM, de 01 Fevereiro de 2019, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, no art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 37, 62, 63, 64 e 65 da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527/2011, que estabelece os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;

CONSIDERANDO os princípios legais dispostos no *caput*, do artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de estabelecimento de ordem cronológica de pagamentos das categorias de contratos de fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta os procedimentos para a observância da ordem cronológica de pagamentos das categorias de contratos de fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, das obrigações financeiras, por fonte de recursos, da Unidade Gestora 20610 - Agência de Metrologia, Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM/TO.

Parágrafo único: Não se aplica ao disposto nesta portaria os pagamentos decorrentes de:

I - Suprimento de fundos, assim consideradas as despesas realizadas em regime de adiantamento, de que trata a Lei Estadual nº 1.522/2004 e nos termos do Decreto nº 4.669/2012;

II - Diárias, assim consideradas conforme termos do Decreto Estadual nº 6.313/2021;

III - Remuneração e outras verbas devidas aos agentes públicos, inclusive as de natureza indenizatórias;

IV - Obrigações tributárias e previdenciárias;

V - Sentenças e decisões judiciais ou de notificações do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; e

VI - Pagamento a concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e correios.

Art. 2º Para os efeitos desta portaria considera-se:

I. fiscal do contrato: servidor formalmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsável pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas e da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues;

II. atesto: é o ato pelo qual o servidor ou comissão competente declara, com base na nota fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido os bens e/ou serviços contratados, de acordo com as especificações estabelecidas em nota de empenho, contrato ou outro instrumento congênere;

III. liquidação da despesa: é a comprovação de que o bem fornecido, a locação, o serviço prestado ou a realização da obra está em total conformidade com as condições de entrega, critérios de qualidade, quantidade e valor disposto na nota de empenho, nota fiscal e contrato.

Art. 3º A ordem cronológica de que trata esta portaria será estabelecida pela exigibilidade, que se dará a partir da data da liquidação da despesa.

Art. 4º A AEM/TO manterá listas classificatórias de credores relacionadas por categorias de contratos, por fonte de recursos e por ordem cronológica da liquidação da despesa.

§1º As listas classificatórias de credores de que trata o *caput* deste artigo será publicada até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, com a relação dos fornecedores, na ordem cronológica em que os pagamentos serão realizados, assim como a correspondente atualização dos pagamentos executados, nos moldes dos anexos I, II, III, IV e V, da Portaria nº 13/2022/GABSEC, de 14/01/2022.

§2º Poderá haver inclusão de novos credores em ordem cronológica no final da lista de classificação já publicada, assim como a atualização dos pagamentos realizados, até o último dia do respectivo mês de sua publicação.

CAPÍTULO II
DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 5º O fiscal do contrato, com a supervisão do setor administrativo da AEM/TO, adotará as providências necessárias a fim de concluir a etapa para a devida liquidação da despesa, com a certificação do adimplemento da obrigação, dentro do período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestará a despesa em relatório próprio ou no verso da nota fiscal, recibo ou fatura, sendo a data deste atesto o estabelecimento para a exigibilidade das obrigações financeiras em ordem cronológica.

Art. 6º O pagamento da despesa proveniente dos contratos de fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedecerá criteriosamente a ordem cronológica estipulada nas listas classificatórias de credores, que conterão a fonte de recursos, número sequencial da ordem cronológica de pagamento, o nome do credor, CNPJ/CPF, a data da liquidação e o valor a pagar.

Art. 7º O pagamento de despesa proveniente dos contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/1993 e o inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão ordenados separadamente, em lista classificatória especial de pequenos credores, conforme anexo V, da Portaria nº 13/2022/GABSEC, de 14/01/2022.

Art. 8º A AEM/TO executará os pagamentos de acordo com a ordem cronológica das exigibilidades.

§1º A ordem cronológica de exigibilidades, relacionada na lista classificatória de credores, não poderá ser alterada, salvo por expressa autorização do titular da Pasta, mediante justificativa fundamentada, sob relevantes razões de interesse público, com a devida comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

§2º Constituem relevantes razões de interesse público para excepcionar a ordem cronológica dos pagamentos:

I. grave perturbação da ordem, emergência ou calamidade pública;

II. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III. pagamentos de serviços necessários ao funcionamento da AEM/TO, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

VI. para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas, que determine a suspensão de pagamentos;

VII. para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto a certeza e liquidez da obrigação a pagar; e

VIII. perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

§3º No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação financeira, poderá haver pagamento parcial do crédito, mediante justificativa fundamentada, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE DAS LISTAS CLASSIFICATÓRIAS

Art. 9º As listas classificatórias de credores contendo a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras serão publicadas, no portal da Transparência do Estado do Tocantins, no endereço eletrônico www.transparencia.to.gov.br, possibilitando amplo acesso público, nos termos dispostos na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como as justificativas que fundamentam uma eventual quebra da ordem.

§1º Em caso da suspensão de algum credor da lista classificatória de credores já publicada no Portal da Transparência, será publicada "Lista de Suspensão de Credores", devendo constar na mesma a fonte de recursos, o nome do credor, o CNPJ/CPF, a data da suspensão da lista, o valor a pagar e o motivo da suspensão.

§2º Após sanado o motivo que ensejou a suspensão, o credor será novamente inserido nas listas do *caput* deste artigo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Os setores administrativo e financeiro da AEM/TO, observado o disposto nesta portaria, deverão instituir os controles e demonstrativos necessários ao cumprimento da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações financeiras.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Agência de Metrologia, Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins - AEM/TO, em Palmas-TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

RÉRISON ANTONIO CASTRO LEITE
Presidente

ATR

PORTARIA ATR Nº 10, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo ATO nº 69 - NM, 10 de Janeiro de 2022, pela Lei Estadual nº 1.758/2007 e suas alterações c/c o disposto no art. 40, inc. X, da constituição do estado, e:

CONSIDERANDO que a presente contratação de serviços de vale transporte supre a demanda desta Agência;

CONSIDERANDO que o preço foi devidamente justificado, e as demais informações contidas no presente Processo nº 2018.38990.000189;

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR A LICITAÇÃO, com fundamento no *caput* do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, objetivando a contratação da empresa: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO SIT-PALMAS, CNPJ nº 38.132.932/0002-41, para a prestação de serviços de vale transporte para servidores desta Agência. Tal contratação será no valor de R\$ 15.876,00 (Quinze mil, oitocentos e setenta e seis reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA.

STALIN JUAREZ GOMES BUCAR
Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR

PORTARIA Nº 11, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, atendendo o dispositivo do art. 165 da Constituição Federal e art. 80 da Constituição Estadual, o disposto na Lei nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023) e suas revisões, projetos de Lei específicos e orçamentos anual, e consoante o disposto no Ato nº 69 - NM, de 11 de janeiro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento, pelos objetivos dos Programas Temáticos e pelas ações orçamentárias do Plano Plurianual 2020-2023, conforme disposto na Lei nº 3.842, de 28 de dezembro de 2021 (PPA 2020-2023, Revisão 2022) e na Lei nº 3.843, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021(LOA 2022), Leis específicas no âmbito desta Autarquia, na forma estabelecida no Anexo Único a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 13/2021/GABPRES, publicada no Diário Oficial nº 5808, de 15 de março de 2021.

Gabinete da Presidência da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR, em Palmas, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

Stalin Juarez Gomes Bucar
Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 11, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

Planejamento e Orçamento		SERVIDOR RESPONSÁVEL		Nº MATRÍCULA	CARGO
		Titular: Janeth Alves Bernardes Portilho		580792-6	Gerente de Planejamento e Convênios
		Suplente: Heliete da Paixão Mendes		508655-2	Gerente de Exe. Orçamentária Financeira e Contábil
1151- Desenvolvimento Regional Urbano e Habitação					
Nº	Objetivo	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
325	Promover a regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de transporte, saneamento básico e energia elétrica	Titular: Janeth Alves Bernardes Portilho	580792-6	Gerente de Planejamento e Convênios	
		Suplente: Wevlin dos Santos Dias Ribeiro	11761482-1	Assistente Especializado	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4038	Elaboração de Estudos em Transporte e Saneamento Básico	Titular: Ellen Silvia Amaral Figueiredo	11681098-1	Gerente de Regulação de Saneamento	
		Suplente: Carlos Alberto Araújo	285990-10	Gerente de Regulação de Transporte e Terminais Rodoviários	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4135	Realização de Eventos para a Comunicação, transparência e Controle Social	Titular: Ravena Santiago e Silva	11662492-1	Chefe da Assessoria de Comunicação	
		Suplente: Ellen Silvia Amaral Figueiredo	11681098-1	Gerente de Regulação de Saneamento	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4048	Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Titular: Robson Gabriel de Araújo	256794-2	Gerente de Saneamento	
		Suplente: Glaucia Alves da Costa	11752351-1	Bióloga	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4049	Fiscalização de transportes e Terminais Rodoviários	Titular: Kelsimar Silva Coelho	639695-3	Gerente de Fiscalização de Transporte e Terminais Rodoviários	
		Suplente: Carlos Alberto Araújo	285990-10	Gerente de Regulação de Transporte e Terminais Rodoviários	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4170	Regulação dos Serviços Públicos	Titular: Carlos Alberto Araújo	285990-10	Gerente de Regulação de Transporte e Terminais Rodoviários	
		Suplente: Izadora C Albuquerque	11721820-2	Gerente de Operacionalização e Arrecadação	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4502	Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico	Titular: Ellen Silvia Amaral Figueiredo	11681098-1	Gerente de Regulação de Saneamento	
		Suplente: Marietta Vilas Boas Strang	1262734-2	Economista	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
3097	Modernização do Sistema de Informação	Titular: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
		Suplente: Janeth Alves Bernardes Portilho	580792-6	Gerente de Planejamento e Convênios	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4009	Capacitação de Servidores da ATR	Titular: Maykon Messias do Nascimento	11231530-1	Recursos Humanos	
		Suplente: Janeth Alves Bernardes Portilho	580792-6	Gerente de Planejamento e Convênios	
1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo					
Nº	Objetivo	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
1100	Programa de Apoio Administrativo	Titular: Daianne Fernandes Silva	822611-5	Secretária-Geral	
		Suplente: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4190	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	Titular: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
		Suplente: Daianne Fernandes Silva	822611-5	Secretária-Geral	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4221	Manutenção de Recursos Humanos	Titular: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
		Suplente: Maykon Messias do Nascimento	11231530-1	Recursos Humanos	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4267	Manutenção dos serviços de transporte	Titular: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
		Suplente: Amauri Aparecido de Santana	487299-1	Motorista	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
4266	Manutenção dos serviços de Informática	Titular: Oziel Evangelista Borges	939393-2	Gerente de Apoio Administrativo	
		Suplente: Sorraïne Borges Oliveira Mendes	11738499-1	Analista	
Nº	Ação Orçamentária	SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº MATRÍCULA	CARGO	
6017	Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público - PASEP	Titular: Fábio Augusto Oliveira	1058576-1	Contador	
		Suplente: Heliete da Paixão Mendes	508655-2	Gerente de Exe. Orçamentária Financeira e Contábil	

ATS

PORTARIA Nº 15/2022/GABPRES/ATS, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, atendendo o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 80 da Constituição do Estado do Tocantins, o disposto na Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019 (PPA 2020-2023) e suas revisões, projetos de Lei específicos e orçamentos anual, e consoante o disposto no Ato nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020, publicado no DOE nº 5.548, da mesma data.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento, pelos objetivos dos Programas Temáticos e pelas ações orçamentárias do Plano Plurianual 2020-2023, disposto na Lei 3.780, de 15 de fevereiro de 2021 (PPA 2020-2023, Revisão 2021) e na Lei 3.843, de 28 de dezembro de 2021 (LOA 2022), Leis específicas no âmbito desta Agência, na forma estabelecida no Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 196/2021/ATS, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.810, de 17 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, Palmas (TO), aos 03 dias do mês de fevereiro de 2022.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

TOCANTINS PARCERIAS

PORTARIA TOCANTINS PARCERIAS Nº 30/2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE PARTICIPAÇÕES, INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DO TOCANTINS - TOCANTINS PARCERIAS, conforme ata da Trigesima Sexta Reunião do Conselho de Administração desta Companhia, ocorrida no dia 05 dias do mês de fevereiro de 2021, consoante às competências previstas no art. 61 do Estatuto Social que rege a Sociedade, e

Considerando o art. 24 da Lei da Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017;

Considerando a edição do Decreto nº 6.312, de 14 de setembro de 2021 que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017, e institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências;

Considerando o art. 26 do Decreto Estadual Nº 6.312/2021, de 14 de setembro de 2021;

Considerando o teor do OFÍCIO CIRCULAR Nº 3/2022/GABSEC, de 12 de janeiro de 2022;

Considerando que a Sociedade de Economia Mista está submetida a fiscalização dos órgãos de controle, conforme o art. 85 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Intersetorial no âmbito desta Companhia, com as seguintes atribuições:

I - Planejar e conduzir as ações de mobilização para a elaboração, implantação e implementação da Carta de Serviços ao Usuário;

II - Monitorar e avaliar o cumprimento dos compromissos firmados na Carta;

III - Manter a Carta atualizada, promovendo as revisões sempre que necessário;

IV - Promover diálogos no sentido de sensibilizar e comprometer os servidores e colaboradores do órgão ou entidade para que a prestação de serviços seja realizada conforme os compromissos de atendimento divulgados na Carta;

V - Participar do processo de avaliação dos serviços públicos oferecidos pelo órgão ou entidade;

VI - Disseminar os benefícios que a implementação da Carta de Serviços proporciona ao órgão ou entidade, bem como aos usuários dos seus serviços.

Art. 2º Designar para comporem o Comitê Intersectorial os seguintes agentes públicos:

OUVIDORIA: Paulane Brilhante de Macedo Maia, matrícula funcional nº 106.

COORDENAÇÃO-GERAL: Paulane Brilhante de Macedo Maia, matrícula funcional nº 106.

PLANEJAMENTO: Aline Alves Correia da Fonseca, matrícula funcional nº 161.

COMUNICAÇÃO: Adrielly Cavallini Amaro, matrícula funcional nº 197.

Art. 3º As situações omissas serão decididas pela Presidência mediante provocação do Coordenador-Geral.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Diretor-Presidente, em Palmas, Capital do Estado, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2022.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor-Presidente

JUCETINS

PORTARIA JUCETINS Nº 15/2022, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE MATRÍCULA DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL.

A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 23 e 42 da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30/01/1996, e

Considerando que o requerente comprovou o atendimento a todos os requisitos, bem como apresentou o comprovante de prestação da caução no valor arbitrado pela Junta Comercial e o Termo de Compromisso devidamente assinado, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 72, de 19 de dezembro de 2019, expedida pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI);

Considerando ainda, o Parecer Jurídico nº 52/2021, emitido pela Procuradoria Regional desta Autarquia.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a matrícula do Sr. DANIEL ELIAS GARCIA, sob o nº 2021.12.0037, para que exerça a profissão de Leiloeiro Público Oficial e as suas atribuições em todo o território do Estado do Tocantins, conforme consta do Processo nº TOE2100154310, de 04 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 16 de fevereiro de 2022.

THAIS COELHO DE SOUZA AMARAL MONTEIRO
Presidente

PORTARIA JUCETINS Nº 16/2022, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE MATRÍCULA DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL.

A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 23 e 42 da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30/01/1996, e

Considerando que o requerente comprovou o atendimento a todos os requisitos, bem como apresentou o comprovante de prestação da caução no valor arbitrado pela Junta Comercial e o Termo de Compromisso devidamente assinado, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 72, de 19 de dezembro de 2019, expedida pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI);

Considerando ainda, o Parecer Jurídico nº 53/2021, emitido pela Procuradoria Regional desta Autarquia.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a matrícula do Sr. ALEX WILLIAN HOPPE, sob o nº 2022.02.0038, para que exerça a profissão de Leiloeiro Público Oficial e as suas atribuições em todo o território do Estado do Tocantins, conforme consta do Processo nº 21/071773-4, de 03 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 16 de fevereiro de 2022.

THAIS COELHO DE SOUZA AMARAL MONTEIRO
Presidente

UNITINS

PORTARIA/UNITINS/N. 61/2022/GABREITOR, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando ATO n. 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e na conformidade do artigo 10, inciso III, do Estatuto desta Universidade, e a Instrução Normativa/GRE/N. 002/2014, e consubstanciado pelo Processo Administrativo n. 2018/20321/000046 e 2021/20321/000790,

CONSIDERANDO, a Medida Provisória nº 27, de 22 dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial 5.992, que dispõe, sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Técnico-Administrativo da Universidade Estadual do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos III da Lei 2.892, de 19 de agosto de 2014, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado em momento oportuno, respeita a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

ANEXO À PORTARIA/UNITINS/N. 61/2022/GABREITOR

ORD.	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	DATA DE HABILITAÇÃO	DATA DO EFEITO FINANCEIRO	REFERÊNCIA E PADRÃO ATUAL	REFERÊNCIA E PADRÃO APÓS EVOLUÇÃO
1.	810060	JOSÉ DOS SANTOS DOS REIS LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VERTICAL	12/06/2018	12/06/2018	C-II	C-III
2.	810084	ANA CLÁUDIA FACHINI BARBOZA	PSICÓLOGO	VERTICAL	01/07/2018	01/07/2018	C-II	C-III
3.	810085	GENILSON ROSA SEVERINO NOLASCO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	VERTICAL	30/09/2018	30/09/2018	C-II	C-III
4.	810073	MARINA MARTINS MANDUCA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VERTICAL	07/10/2018	07/10/2018	C-II	C-III
5.	810417	LETICIA CAMARA FERREIRA	ANALISTA DE SISTEMAS	VERTICAL	13/10/2018	13/10/2018	B-I	B-II
6.	810086	RANDOLFO SOARES CORREA	TÉCNICO EM PRODUÇÃO GRÁFICA	VERTICAL	20/10/2018	20/10/2018	B-I	B-II
7.	810074	MANOEL FILHO BEZERRA SOARES	VIGILANTE	VERTICAL	24/10/2018	24/10/2018	B-I	B-II
8.	810078	WILSON MOREIRA NETO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VERTICAL	03/11/2018	03/11/2018	C-II	C-III
9.	810079	REBECA GREVE DE MORAES SCOTTA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	VERTICAL	13/11/2018	13/11/2018	C-II	C-III

PORTARIA/UNITINS/N. 62/2022/GABREITOR, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando ATO n. 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e na conformidade do artigo 10, inciso III, do Estatuto desta Universidade, e consubstanciado pelo art. 19, §1º da Lei nº 2.892, de 19 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO, a Medida Provisória nº 27, de 22 dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial 5.992, que dispõe, sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Técnico-Administrativo da Universidade Estadual do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos IV da Lei 2.892, de 19 de agosto de 2014, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado em momento oportuno, respeita a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

ANEXO À PORTARIA/UNITINS/N. 62/2022/GABREITOR

ORD.	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	DATA DE HABILITAÇÃO	DATA DO EFEITO FINANCEIRO	REFERÊNCIA E PADRÃO ATUAL	REFERÊNCIA E PADRÃO APÓS PROGRESSÃO
1.	810095	JULIANA MARTINS ALMEIDA	TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	HORIZONTAL	14/04/2018	14/04/2018	A-I	B-I
2.	810090	FÁBIO LIMA DA SILVA	ANALISTA DE SISTEMAS	HORIZONTAL	15/04/2018	15/04/2018	A-I	B-I
3.	810093	THAMILY BATISTA REZENDE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	16/04/2018	16/04/2018	A-I	B-I
4.	810097	DANIEL ALENCAR BARDAL	TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	HORIZONTAL	17/04/2018	17/04/2018	A-I	B-I
5.	810283	JESSIELANE JARDER C DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	22/04/2018	22/04/2018	A-I	B-I
6.	810107	ALANA KARINE DA SILVA SOUSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
7.	810106	GABRIEL RIBEIRO DE ARAÚJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
8.	810108	GLEYBER PAIXÃO PINTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
9.	810102	JOÃO LUCAS MICHEL BRUM	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I

10.	810099	LIDIANE MOTA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
11.	810291	MARIANA DIÓGENES FONSECA	TÉCNICO EM QUÍMICA LABORATORIAL	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
12.	810098	RAYSSA ROSSANA REINALDO LEÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
13.	810101	VIDA KAMILA P DA CONCEIÇÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	24/04/2018	24/04/2018	A-I	B-I
14.	810339	VIVIAN DE ARAÚJO MARTINS	TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	HORIZONTAL	05/05/2018	05/05/2018	A-I	B-I
15.	810328	NATALIA REIS DE SOUSA TAVARES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	07/05/2018	07/05/2018	A-I	B-I
16.	810115	JOSIANE DE SOUZA MENDES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	11/05/2018	11/05/2018	A-I	B-I
17.	810326	SAMIR RYAM GABRIEL DIAS LEÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	11/05/2018	11/05/2018	A-I	B-I
18.	810114	SARA DE OLIVEIRA RODRIGUES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	11/05/2018	11/05/2018	A-I	B-I
19.	810285	KEILA MARIANA SOARES BARBIEIRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	13/05/2018	13/05/2018	A-I	B-I
20.	810122	MARIANA LIMA DE SOUSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	14/05/2018	14/05/2018	A-I	B-I
21.	810121	DYHANA KELLY MARINHO LOPES	ANALISTA DE SISTEMAS	HORIZONTAL	15/05/2018	15/05/2018	A-I	B-I
22.	810290	GUSTAVO LUIZ MIRANDA SOUSA	CONTADOR	HORIZONTAL	15/05/2018	15/05/2018	A-I	B-I
23.	810325	MAISA GOMES DA COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	18/05/2018	18/05/2018	A-I	B-I
24.	810312	NATANIA LIMA COELHO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	18/05/2018	18/05/2018	A-I	B-I
25.	810124	VINÍCIUS ALMEIDA MORAIS	ANALISTA DE SUPORTE	HORIZONTAL	18/05/2018	18/05/2018	A-I	B-I
26.	810127	VICTOR HUGO DA SILVA LEITE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	17/06/2018	17/06/2018	A-I	B-I
27.	810128	RAMON ALVES BATISTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	22/06/2018	22/06/2018	A-I	B-I
28.	810132	THAMIRES RAMALHO DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	06/07/2018	06/07/2018	A-I	B-I
29.	810133	RICARDO ALVES GOUVEIA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	10/07/2018	10/07/2018	A-I	B-I
30.	810116	SINOMAR PEREIRA RAMOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HORIZONTAL	20/12/2018	20/12/2018	A-I	B-I

PORTARIA/UNITINS/N. 63/2022/GABREITOR, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando ATO n. 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e na conformidade do artigo 10, inciso III, do Estatuto desta Universidade, e a Instrução Normativa/GRE/N. 002/2014, e consubstanciado pelo Processo Administrativo n. 2021/20321/000790,

CONSIDERANDO, a Medida Provisória nº 27, de 22 dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial 5.992, que dispõe, sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Técnico-Administrativo da Universidade Estadual do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes dos Anexos III da Lei 2.892, de 19 de agosto de 2014, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado em momento oportuno, respeita a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

ANEXO À PORTARIA/UNITINS/N. 63/2022/GABREITOR

ORD.	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	DATA DE HABILITAÇÃO	DATA DO EFEITO FINANCEIRO	REFERÊNCIA E PADRÃO ATUAL	REFERÊNCIA E PADRÃO APÓS EVOLUÇÃO
1.	810032	ALEXANDRE ANTONIO DE O ANDRADE	ADMINISTRADOR	HORIZONTAL	02/04/2019	02/04/2019	C-III	D-III
2.	810293	DIMITRI NOLETO LUZ PEQUENO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	HORIZONTAL	02/04/2019	02/04/2019	C-III	D-III
3.	810033	HOSANA DA SILVA DE MELO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	HORIZONTAL	02/04/2019	02/04/2019	C-III	D-III
4.	810034	CARLOS SOARES NOLETO JUNIOR	ANALISTA EM INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA	HORIZONTAL	03/04/2019	03/04/2019	C-III	D-III
5.	810036	OWEDERSON RICARDO DE OLIVEIRA ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	HORIZONTAL	04/04/2019	04/04/2019	C-III	D-III
6.	810040	ANTONIO DA SILVA SOUSA	VIGILANTE	HORIZONTAL	08/04/2019	08/04/2019	C-III	D-III
7.	810041	ISMAEL DA SILVA CRUZ	EDITOR DE MESA DE CORTE	HORIZONTAL	11/04/2019	11/04/2019	C-III	D-III
8.	810321	UZIEL SOUSA CALDAS	CINEGRAFISTA	HORIZONTAL	15/04/2019	15/04/2019	C-III	D-III
9.	810333	WANDERSON RODRIGUES MIRANDA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	HORIZONTAL	15/04/2019	15/04/2019	C-III	D-III
10.	810042	JAIR COSTA RIBEIRO	CINEGRAFISTA	HORIZONTAL	16/04/2019	16/04/2019	C-III	D-III
11.	810043	POLLYANA SENA DE SOUSA MENDONÇA	TÉCNICO EM QUÍMICA LABORATORIAL	HORIZONTAL	16/04/2019	16/04/2019	C-III	D-III
12.	810045	JOSE FRANCISCO VILARDO	CINEGRAFISTA	HORIZONTAL	17/04/2019	17/04/2019	C-III	D-III
13.	810046	TATIANA KLEBIS BOVO DUARTE	PRODUTOR DE VIDEO	HORIZONTAL	24/04/2019	24/04/2019	C-III	D-III

PORTARIA/UNITINS/N. 64/2022/GABREITOR,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando ATO n. 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e na conformidade do artigo 10, inciso III, do Estatuto desta Universidade, e consubstanciado pelo Processo Administrativo n. 2018/20321/001141,

CONSIDERANDO, a Medida Provisória nº 27, de 22 dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial 5.992, que dispõe, sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Técnico-Administrativo da Universidade Estadual do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes do Anexo único da Lei 2.893, de 19 de agosto de 2014, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado em momento oportuno, respeita a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

ANEXO À PORTARIA/UNITINS/N. 64/2022/GABREITOR

ORD.	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	DATA DE HABILITAÇÃO	DATA DO EFEITO FINANCEIRO	CLASSE E NÍVEL ATUAL	CLASSE E NÍVEL APÓS EVOLUÇÃO
1.	810138	DARLENE TEIXEIRA CASTRO	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	23/10/2018	23/10/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2

2.	810142	FERNANDA MATOS FERNANDES DE OLIVEIRA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	23/10/2018	23/10/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
3.	810143	KYLES BATISTA VICENTE	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	23/10/2018	23/10/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
4.	810141	RODRIGO BARBOSA E SILVA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	23/10/2018	23/10/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
5.	810139	JOHN MAX SANTOS SALES	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	27/10/2018	27/10/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
6.	810145	FRED NEWTON DA SILVA SOUZA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	03/11/2018	03/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
7.	810146	JULIANA MARIANO ALVES	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	03/11/2018	03/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
8.	810144	MICHELE RIBEIRO RAMOS	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	05/11/2018	05/11/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
9.	810149	ARISON JOSÉ PEREIRA	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	06/11/2018	06/11/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
10.	810150	ANA FLÁVIA GOUVEIA DE FARIA	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	09/11/2018	09/11/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
11.	810153	CAIO MONTEIRO MELO	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	10/11/2018	10/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
12.	810152	TARSIS BARRETO OLIVEIRA	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	10/11/2018	10/11/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
13.	810154	BERNARDO OLIVE DOS SANTOS	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	16/11/2018	16/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
14.	810155	LUCIANA DOS SANTOS DIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	16/11/2018	16/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2
15.	810158	DEYSE NAIRA MASCARENHAS COSTA	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	26/11/2018	26/11/2018	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
16.	810159	FRANK GUNDIM SILVA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	27/11/2018	27/11/2018	MESTRE - 1	MESTRE - 2

PORTARIA/UNITINS/N. 65/2022/GABREITOR,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando ATO n. 820 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e na conformidade do artigo 10, inciso III, do Estatuto desta Universidade, e consubstanciado pelo Processo Administrativo n. 2018/20321/001141,

CONSIDERANDO, a Medida Provisória nº 27, de 22 dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial 5.992, que dispõe, sobre o Plano de Gestão Plurianual de Despesa com Pessoal para amortização de passivos devidos aos servidores públicos civis e militares do Estado do Tocantins, na forma que especifica, e adota outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais abaixo elencadas, para os seguintes servidores públicos, integrantes do Quadro Técnico-Administrativo da Universidade Estadual do Tocantins, posicionando-os nos correspondentes níveis e referências constantes do Anexo único da Lei 2.893, de 19 de agosto de 2014, a partir das datas de preenchimento dos requisitos legais, especificadas abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 2º O eventual passivo financeiro, constituído em relação ao lapso temporal transcorrido entre a data de aquisição do direito à do incremento financeiro e a concessão processada na conformidade dessa Portaria, será realizado em momento oportuno, respeita a capacidade orçamentária e financeira do Executivo Estadual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2022.

AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor

ANEXO À PORTARIA/UNITINS/N. 65/2022/GABREITOR

ORD.	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	DATA DE HABILITAÇÃO	DATA DO EFEITO FINANCEIRO	CLASSE E NÍVEL ATUAL	CLASSE E NÍVEL APÓS EVOLUÇÃO
1.	810173	EDUARDO JOSÉ SILVA LIMA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	06/01/2019	06/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
2.	810162	ALEX COELHO	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	12/01/2019	12/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2

3.	810163	MARCO ANTONIO FIRMINO DE SOUSA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	12/01/2019	12/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
4.	810164	EFRAIN DE SANTANA SOUZA	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	13/01/2019	13/01/2019	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
5.	810172	LILIANE SCARPIN DA SILVA STORNIOLO	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	14/01/2019	14/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
6.	810171	MARIANY ALMEIDA MONTINO	PROFESSOR DOUTOR	HORIZONTAL	15/01/2019	15/01/2019	DOUTOR - 1	DOUTOR - 2
7.	810161	PHILLIPE FARIAS FERREIRA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	15/01/2019	15/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
8.	810165	DOUGLAS CHAGAS DA SILVA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	16/01/2019	16/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
9.	810166	RUBENS MARTINS DA SILVA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	18/01/2019	18/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
10.	810167	AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	19/01/2019	19/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
11.	810169	CHRISTIANE DE HOLANDA CAMILO	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	20/01/2019	20/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
12.	810170	PAULO BELI MOURA STAKOVIAK JUNIOR	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	20/01/2019	20/01/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
13.	810174	ARMANDO SOARES DE CASTRO FORMIGA	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	15/03/2019	15/03/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2
14.	810175	THIAGO MAGALHÃES DE LAZARI	PROFESSOR MESTRE	HORIZONTAL	28/03/2019	28/03/2019	MESTRE - 1	MESTRE - 2

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 2020/20321/000798

Contrato nº: 007/2022

Contratante: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS

Contratada: LANOAN BARBOSA FIRMINO

CNPJ: 23.921.164/0001-57

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do tipo geradores.

Valor do Contrato: R\$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais)

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e 3.3.90.30

Fonte de Recursos: 500 - 1001101 - 666666

Data de Assinatura: 09 de fevereiro de 2022

Vigência: 09/02/2022 a 08/02/2023

Signatários: AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS (Reitor da UNITINS); Lanoan Barbosa Firmino (Representante).

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 070/2022/RELT6-COCAR

Processo nº 11455/2021 - Denúncia e Representação - Entidade: Instituto de Fomento a Educação e Saúde - IFES - Assunto: Representação - Em face do Pregão Eletrônico - Edital nº 329/2021 - SRP, tendo por Objeto a Contratação de Empresa ou Consórcio de Empresas para Prestação de Serviços de Operacionalização com Gerenciamento de Leitos de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrico e Neonatal. Nos termos do Despacho nº 1882/2021-RELT6, em atenção ao disposto no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, que assegura o contraditório e a ampla defesa, e em conformidade com a Lei Orgânica nº 1.284/2001, artigos 32 e 33 e ao Regimento Interno do TCE/TO, artigo 205, inciso V, Instrução Normativa nº 001/2012, fica, pelo presente Edital, Citado o Senhor Maurício Mattos Mendonça, Presidente da CPL, para que nos termos do referido processo, e caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias da publicação deste, manifestar e/ou apresentar documentos acerca dos fatos apontados nos autos e no referido Despacho, ficando advertido dos efeitos da revelia, ou seja, de que a falta de manifestação implicará em se tornarem verdadeiros os fatos conforme constam nos autos, sujeitando-se o responsável às sanções previstas em Lei e no RITCE/TO, cientificando-o, ainda, de que os autos estarão disponíveis no sistema e-Contas, através do endereço eletrônico <http://app.tce.to.gov.br/econtas/exteno>, por meio do qual poderá acessá-lo com login fornecido por este Tribunal, conforme Portaria nº 550 de 2020, ou pela sua certificação digital. Para esclarecimentos de dúvidas, em relação ao presente edital, entrar em contato na Coordenadoria do Cartório de Contas (fone: 63-3232-5878) deste TCE/TO, localizado na Avenida Teotônio Segurado - ACSU - NE 10, Conjunto 01, Lotes 01 e 02, com expediente das 12 às 18 horas. Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de fevereiro de 2022, Coordenadoria do Cartório de Contas - COCAR. Eu, Cesarino Augusto César Pereira Sobrinho, Técnico de Controle Externo, digitei e conferi.

Conselheiro Alberto Sevilha
Relator

TRIBUNAL DE CONTAS**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 057/2022/RELT6-COCAR**

Processo nº 6975/2020 - Auditoria ou Inspeção - Entidade: Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Palmas - Assunto: Auditoria de Regularidade - Em Obras Públicas Paralisadas. Nos termos do Despacho nº 33/2022-RELT6, em atenção ao disposto no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, que assegura o contraditório e a ampla defesa, e em conformidade com a Lei Orgânica nº 1.284/2001, artigos 32 e 33 e ao Regimento Interno do TCE/TO, artigo 205, inciso V, Instrução Normativa nº 001/2012, fica, pelo presente Edital, Citado o Senhor Geniel Gomes dos Santos, Responsável Legal da Empresa Taguatinga de Construção Civil Ltda, para que nos termos do referido processo, e caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias da publicação deste, manifestar e/ou apresentar documentos acerca dos fatos apontados nos autos e no referido Despacho, ficando advertida dos efeitos da revelia, ou seja, de que a falta de manifestação implicará em se tornarem verdadeiros os fatos conforme constam nos autos, sujeitando-se a responsável às sanções previstas em Lei e no RITCE/TO, cientificando-a, ainda, de que os autos estarão disponíveis no sistema e-Contas, através do endereço eletrônico <http://app.tce.to.gov.br/econtas/exteno>, por meio do qual poderá acessá-lo com login fornecido por este Tribunal, conforme Portaria nº 550 de 2020, ou pela sua certificação digital. Para esclarecimentos de dúvidas, em relação ao presente edital, entrar em contato na Coordenadoria do Cartório de Contas (fone: 63-3232-5878) deste TCE/TO, localizado na Avenida Teotônio Segurado - ACSU - NE 10, Conjunto 01, Lotes 01 e 02, com expediente das 12 às 18 horas. Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 09 dias do mês de fevereiro de 2022, Coordenadoria do Cartório de Contas - COCAR. Eu, Cesarino Augusto César Pereira Sobrinho, Técnico de Controle Externo, digitei e conferi.

Conselheiro Alberto Sevilha
Relator

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**ARAGUAÇU****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2021**

O Prefeito Municipal de Araguaçu-TO, no uso regular de suas atribuições, decide HOMOLOGAR o Procedimento Licitatório, conforme;

Tendo em vista o que consta dos presentes autos e considerando a regularidade de todo o Procedimento Licitatório, em especial o julgamento e a adjudicação procedidos pelo Pregoeiro, inserto nestes autos, bem como Parecer Jurídico, RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro nas disposições do art. 4, XXII da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com modificações posteriores, HOMOLOGAR o Procedimento Licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico SRP Nº 002/2021, objetivando a aquisição de geladeira e veículo para estruturação da rede de apoio ao produtor rural do município de Araguaçu-TO, objeto do Convênio nº 918673/2021, tendo em vista que os itens 03 e 04 do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021 foram desertos. A empresa P. G. AGUIAR VIEIRA, inscrita no CNPJ sob nº 27.967.465/0001-72, vencedora do item constante do Edital nº 002/2021, pelo valor total de R\$ 109.400,00 (cento e nove mil e quatrocentos reais).

Araguaçu-TO, 15 de fevereiro de 2022.

JARBAS RIBEIRO IVO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU, Estado do Tocantins, torna público que fará realizar licitação, na 1 - MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 001/2022. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item. 2 - MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO. 3 - OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração, conforme descrição do objeto constante no anexo I do Edital-Termo de Referência. 4 - INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 04/03/2022 às 14:00hs, site: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" Edital e anexos se encontram no portal do município no site: www.aragucu.to.gov.br, maiores informações através do Departamento de Licitação situado no Prédio da Prefeitura Municipal de Araguaçu, na Praça Raul Jesus Lima, nº 08, Centro no horário das 08h00min às 18h00min, telefone: (63) 3384.2056.

Araguaçu-TO, 14 de fevereiro de 2022.

PAULO LUCAS LIRA RESENDE
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU, Estado do Tocantins, através da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar licitação, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação CPL, situada no Prédio da Prefeitura Municipal de Araguaçu - TO, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2022, tipo Menor Valor Por Item. Com abertura prevista para o dia 07 de março 2022 às 08:00hs. OBJETO: Registro de Preço para possível contratação de empresa para fornecer material gráfico visando atender às necessidades do município de Araguaçu-TO, conforme descrição no termo de referência.

O Edital poderá ser retirado junto à Comissão de Licitação das 08hs às 18hs, e-mail: cpl.araguacu@gmail.com ou através do site: www.aragucu.to.gov.br, maiores informações através do telefone: (63) 3384.2056.

Araguaçu/TO, 14 de fevereiro de 2022.

PAULO LUCAS LIRA RESENDE
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU, Estado do Tocantins, através da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar licitação, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação CPL, situada no Prédio da Prefeitura Municipal de Araguaçu - TO, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2022, tipo Menor Valor Por Item. Com abertura prevista para o dia 08 de março 2022 às 08:00hs. OBJETO: registro de preço para possível contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de estrutura para eventos (tendas), incluindo serviços de montagem e desmontagem de das mesmas, visando atender às necessidades do município de Araguaçu-TO, conforme descrição no termo de referência.

O Edital poderá ser retirado junto à Comissão de Licitação das 08hs às 18hs, e-mail: cpl.araguacu@gmail.com ou através do site: www.aragucu.to.gov.br, maiores informações através do telefone: (63) 3384.2056.

Araguaçu/TO, 14 de fevereiro de 2022.

PAULO LUCAS LIRA RESENDE
Pregoeiro

BRASILÂNDIA DO TOCANTINS**DECRETO MUNICIPAL Nº 08/2022,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.**

"Que Renova e Altera o Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo"

O Prefeito Municipal de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins, Senhor RICARDO FERREIRA DIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando a Instrução Normativa da SEMARH Nº 1, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre o Protocolo Municipal de Prevenção e Controle do Uso do Fogo no Estado do Tocantins, doravante denominado Protocolo do Fogo.

DECRETA:

Art. 1º Fica Renovado e Alterado o Protocolo Municipal de Prevenção do Uso do Fogo no município de Brasilândia do Tocantins TO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO, aos 14 dias do mês de Fevereiro de 2022.

RICARDO FERREIRA DIAS
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 09/2022,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.**

"Que Nomeia Representantes do Grupo de Monitoramento para dar Apoio na Renovação e Alteração do Protocolo Municipal de Prevenção de Controle de Uso do Fogo".

O Prefeito Municipal de Brasilândia do Tocantins, Estado do Tocantins, Senhor RICARDO FERREIRA DIAS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Nomear representante de vários seguimentos representado no município, para dar apoio aos trabalhos que visam conscientizar e ajudar nas ações do Controle de Uso do Fogo no município, por meio da renovação e alteração do Protocolo Municipal de Controle e Prevenção de Uso do Fogo.

Art. 2º Com base na Instrução Normativa da SEMARH nº 1, de 31 de agosto de 2021, no art. 05, este documento de Renovação do Protocolo Municipal de Prevenção de Controle do Uso do Fogo, tem a vigência de 01 ano, de 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022. Podendo ser renovado, havendo interesse do município e seus representantes.

- Representante da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Tocantins - TO, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Divino Ferreira de Sousa

- Representante da Câmara Municipal - Romualdo Neto Rufino de Sousa

- Representante da Secretaria Municipal de Educação - Neide Maria Nunes

- Representante do Ensino Público Estadual - Heleni Neves da Costa Oliveira

- Representante do Ensino Público Municipal - Maria Divina Pereira da Silva
- Representante da Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar - Maria da Paz Perna Leite
- Representante da Direção da Creche Municipal - Elina Maria de Freitas
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social - Marlene Pereira de Almeida
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Valdeci Pereira de Sousa
- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura - José Gris

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO, aos 14 dias do mês de Fevereiro de 2022.

RICARDO FERREIRA DIAS
Prefeito Municipal

COLINAS DO TOCANTINS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO, inscrito no CNPJ: 11.359.904.0001-24, torna público a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022 oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO FMS-CO Nº 020/2022, que tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de processamento de dados, tablet, termômetro e kit de senha, para atendimento da solicitação do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência) do Edital. Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO, CNPJ: 11.359.904.0001-24. Fornecedores Registrados: WANDERSON DUQUE FEITOSA 06386383133, inscrito no CNPJ: 42.628.038/0001-53 registrando o item 1 no valor unitário de R\$ 630,00, item 2 no valor unitário de R\$ 210,00 valor total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). LVM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 10.397.564/0001-63 registrando o item 3 no valor unitário de R\$ 1.034,17, item 2 no valor unitário de R\$ 1.034,17 valor total de R\$ 132.373,76 (cento e trinta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos). A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

Colinas do Tocantins/TO, 17 de fevereiro de 2022.

Amanda Fernandes Torquato Guimarães
Secretária Municipal de Saúde

ESPERANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Esperantina - TO, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar sob a égide da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022, tipo: Empreitada por Preço Global. OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma das Escolas Municipais Boas Novas e Nova União no Município de Esperantina - TO. ABERTURA: 07 de março de 2022 às 10:00hrs.

O certame ocorrerá na Sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Getúlio Vargas, S/N, Vila do Gato, Esperantina - TO. O edital e seus anexos encontram-se disponível no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação de segunda à sexta-feira, das 08:00hrs às 12:00hrs, onde poderão ser consultados gratuitamente no site oficial da prefeitura ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal.

Esperantina - TO, 18 de fevereiro de 2022.

João Marcos Costa Pimentel
Presidente da CPL

FIGUEIRÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022 Replicado

O Município de Figueirópolis, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço - por item, visando à aquisição de combustível e Derivados de petróleo, bem como Gasolina, Óleo Diesel S-10 Diesel Comum e Lubrificantes, para os veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal de Figueirópolis - TO e Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria de Educação. A sessão para processamento do Pregão ocorrerá no dia 09 de março de 2022, às 8:00h, na Prefeitura Municipal de Figueirópolis,

O Edital Está Disponível a desde o dia 27 de janeiro de 2022, localizada na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 15 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS - TO comunica aos interessados que, torna-se sem efeito a publicação:

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022, no Diário Oficial do Estado do Tocantins, Edição Nº 6017, página 87, do dia 27 de janeiro de 2022. Cujo objeto é aquisição de materiais elétricos para iluminação pública para atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados Manutenção das Ruas, Avenidas e Praças do Município de Figueirópolis - TO.

Devendo, então, ser absolutamente desconsiderado para todos os efeitos legais.

Figueirópolis - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

O Município de Figueirópolis, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, visando à aquisição de material de higiene, limpeza e produtos alimentícios para Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Educação de Figueirópolis-TO. A sessão para processamento do Pregão ocorrerá no dia 08 de março de 2022, às 8:00 horas.

Outras informações no Edital ou junto à CPL, localizada sala de licitações na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 16 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022**

O Município de Figueirópolis, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, visando à contratação de serviços profissionais de eletricista com veículo para Prefeitura Municipal de Figueirópolis-TO. A sessão para processamento do Pregão ocorrerá no dia 09 de março de 2022, às 8:00 horas.

Outras informações no Edital ou junto à CPL, localizada sala de licitações na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 16 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022**

O Município de Figueirópolis, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, visando locação de veículos tipo caminhão compactador de resíduos sólidos, Pick-up e ônibus semi-leito para Prefeitura e Fundo Municipal Educação de Figueirópolis-TO. A sessão para processamento do Pregão ocorrerá no dia 09 de março de 2022, às 13:00horas.

Outras informações no Edital ou junto à CPL, localizada sala de licitações na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 16 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022**

O Município de Figueirópolis torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, visando sistema de mini geração fotovoltaica de consumo remoto (usina de energia solar) para Prefeitura Municipal de Figueirópolis-TO. A sessão para processamento do Pregão ocorrerá no dia 07 de março de 2022, às 08:00 horas.

Outras informações no Edital ou junto à CPL, localizada sala de licitações na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 16 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022**

O Município de Figueirópolis, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item, serviços técnico de Assessoria e Consultoria em Imposto Territorial Rural-ITR para Prefeitura Municipal de Figueirópolis-TO. A sessão para processamento do pregão ocorrerá no dia 10 de março de 2022, às 08:00horas.

Outras informações no Edital ou junto à CPL, localizada sala de licitações na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.445, Centro, Figueirópolis - TO. A cópia deste Edital, na íntegra, poderá ser solicitada através do e-mail: comissaolicitacaofig@gmail.com.

Figueirópolis/TO, 16 de fevereiro de 2022.

Jakeline Pereira dos Santos
Prefeita Municipal

FORMOSO DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO, torna público que fará realizar sob a égide da Lei nº 10.520/2002, e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, a abertura das seguintes licitações:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

Processo Administrativo 2021/1561 com REGISTRO DE PREÇOS do tipo menor preço por item, para Registro de preços para contratação de serviços de Mão de Obra Terceirizada por meio de diárias de serviços, dia 10 (dez) de Março de 2022, às 09h00m.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

Processo Administrativo 2022/128 Ampla Concorrência do tipo menor preço por Lote, para Registro de Preços para futura, eventual e parcelada Aquisição de Mobiliário Escolar dia 07 (sete) de Março de 2022, às 09h00m.

As referidas licitações serão presididas pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia/TO, na sala de Reunião da Comissão de Licitação, situada na Av. Hermínio Azevedo Soares, nº 150, Centro, Formoso do Araguaia/TO. A cópia dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min horas, no endereço supra, ou pelo fone: (63) 3357-2893, bem como através do site: www.formosodoaraguaia.to.gov.br/transparencia

Formoso do Araguaia/TO, 16 Fevereiro de 2022.

Marcos Santos Jorge
CAR Pregoeiro Oficial

ITACAJÁ

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022**

Processo nº 022/2022: Contratação de empresa especializada em construção civil para prestação de serviços de pavimentação em bloquetes, drenagem superficial, sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e identificação dos logradouros nas ruas do Município. A prefeitura municipal de Itacajá-TO, no uso de suas atribuições e considerando que foram realizados todos os procedimentos relativos à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022 supra, cuja descrição detalhada consta do Processo Licitatório, conforme julgamento da Comissão Permanente de Licitação, resolve adjudicar o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022, em favor da empresa: AVANTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LTDA, CNPJ nº 10.739.938/0001-81; e Homologar o Procedimento Licitatório, vez que foram observadas as determinações contidas na Lei 8666/93 e suas alterações.

Itacajá - TO, 17 de fevereiro de 2022.

Marcelino Correia Soares Júnior
Presidente da CPL

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022**

Processo nº 023/2022: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e reparo da iluminação pública de LED no município, com fornecimento de material, referente ao Contrato de Convênio nº 000198/2021 - celebrado entre o Estado do Tocantins/Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação e o Município de Itacajá - TO. A prefeita municipal de Itacajá-TO, no uso de suas atribuições e considerando que foram realizados todos os procedimentos relativos à TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022 supra, cuja descrição detalhada consta do Processo Licitatório, conforme julgamento da Comissão Permanente de Licitação, resolve adjudicar o objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022, em favor da empresa: AVANTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LTDA, CNPJ nº 10.739.938/0001-81; e Homologar o Procedimento Licitatório, vez que foram observadas as determinações contidas na Lei 8666/93 e suas alterações.

Itacajá - TO, 17 de fevereiro de 2022.

Marcelino Correia Soares Júnior
Presidente da CPL

LUZINÓPOLIS**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022
PROCESSO ADMINISTRADO Nº 024/2022**

OBJETO: Locação de um veículo para atendimento ao Gabinete do Prefeito do Município de Luzinópolis - TO, ABERTURA: às 08h30min do dia 09 de março de 2022.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022
PROCESSO ADMINISTRADO Nº 025/2022**

OBJETO: Aquisições de gêneros alimentícios, material de limpeza e utensílios domésticos destinados a Prefeitura e Fundos e demais Órgãos Municipais de Luzinópolis - TO, ABERTURA: às 09h40min do dia 09 de março de 2022.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022
PROCESSO ADMINISTRADO Nº 026/2022**

OBJETO: Futuras Aquisições de Pneus e Serviços Mecânicos Diversos, destinados a Prefeitura e Fundos Municipais de Educação e Saúde de Luzinópolis - TO, ABERTURA: às 14h00 do dia 09 de março de 2022.

Informações sites: www.luzinopolis.to.gov.br ou no e-mail: luzinopoliscpl@gmail.com, poderão ser obtidas pelo telefone: (63) 98414-2448.

Luzinópolis/TO, 17 de Fevereiro de 2022.

João Victor Araújo
Pregoeiro

PARANÁ**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2022. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2022. PROCESSO Nº: 590/2021
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANÁ/TO
FORNECEDORA REGISTRADA: G10 TRANSFORMADORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 38.120.508/0001-04.
OBJETO: Aquisição de 02 (duas) ambulâncias Tipo A, para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Paraná/TO.
VALOR TOTAL: R\$ 274.990,00 (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa reais).
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993.
RECURSO: Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 10.302.1005.2128 Natureza da Despesa: 4.4.90.52 Fonte: 0498.00.000.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA ASSINATURA: 15/02/2022.

Deborah Teodoro Bessa
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

PAU D'ARCO**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Pau D'Arco - TO, torna público que fará a realizar o PREGÃO PRESENCIAL PM-PD 001/2022, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Registro de Preço para aquisição de veículo sedan 4 portas, ar condicionado, banco do motorista com regulagem de altura, computador de bordo, motorização mínima 1.3, tanque de combustível com capacidade mínima de 48 litros, chave canivete com telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas. Desembaçador de vidro traseiro, direção elétrica, conforme especificações constantes no Termo de Referência). O certame será realizado no dia 07/03/2022 às 07h30min.

PREGÃO PRESENCIAL PM - 002/2022, tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos e serviços de borracharia, para a frota de veículos da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração e demais órgãos da Administração, conforme especificações constantes no Termo de Referência). O certame será realizado no dia 07/03/2022 às 13h30min.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos, na junto à Comissão Permanente de Licitação ou através do site oficial do município <http://pauarco.to.gov.br> ou solicitação formal através do e-mail: cplpauarcoto@gmail.com. Mais informações: (63) 3425-1325.

Pau D'Arco - TO, 15 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA NETO
Prefeito Municipal

PORTO NACIONAL**AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022**

O MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS através da SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE PORTO NACIONAL, por intermédio da Comissão de Licitações, torna público para conhecimento de todos que o certame acima especificado, cuja sessão de abertura de propostas e de habilitação ocorrerá em 15 de Fevereiro de 2022, às 09:30 horas, em virtude de julgamento favorável de pedido de impugnação, fica SUSPENSA *Sine Die*, para adequações no Termo de Referência e consequentemente no Edital.

Oportunamente será dada nova publicidade e disponibilizado novo edital.

Porto Nacional - TO, 14 de Fevereiro de 2022.

Wilmington Izac Teixeira
Presidente da Comissão de Licitações

PRAIA NORTE**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2021**

O Pregoeiro designado pela Prefeitura Municipal de Praia Norte/TO, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial Nº 019/2021, tipo: Menor Preço por item. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de 02 (dois) Veículo 0km, adaptado para Ambulância tipo furgão, ano/modelo 2022, simples remoção (tipo A), visando atender as demandas assistenciais ao Fundo Municipal de Saúde de Praia Norte - TO, que teve abertura no dia 16/02/2022 as 09h00min, foi caracterizado licitação DESERTA, por não comparecer na data e hora da sessão nenhuma empresa interessada em participar do certame. Face ao exposto a comissão, com base nos dispositivos da Lei, em visto dos fatos o processo será remetido ao Controle Interno, bem como a autoridade competente para as providências de mister, para Informações Avenida Nossa Senhora do Carmo, s/n, CEP: 77.970-000, Centro - Praia Norte/TO.

Manoel Evandro de Araújo Sousa
Pregoeiro Municipal

SANTA RITA DO TOCANTINS**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DOS CONTRATOS DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2021 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1660/2021**

CONTRATO Nº 032/2022 - FMS. Objeto: Prestação de serviços de Fisioterapeuta. Firmado com a prestadora de serviço DEBORAH RIBEIRO ALVES JACINTHO, CPF Nº 880.770.121-91. Valor global de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Vigência: 01/02/2022 à 31/12/2022. Dotação Orçamentária: 05.17.10.301.0090.2.031 - Manutenção da Equipe Multiprofissional; Elemento de Despesa: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; Fontes de Recurso: 1.500.1002.000000 - ASPS - Ações e Sv. Públicos de Saúde/1.600.0000.000000 - SUS - Bloco de Manutenção.

CONTRATO Nº 033/2022 - FMS. Objeto: Prestação de serviços de Médico Veterinário. Firmado com o prestador de serviço MIGUEL MOROSINI JÚNIOR, CPF Nº 034.168.021-44. Valor global de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais). Vigência: 01/02/2022 à 31/12/2022. Dotação Orçamentária: 05.17.10.305.0090.2.156 - Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica; Elemento de Despesa: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; Fontes de Recurso: 1.500.1002.000000 - ASPS - Ações e Sv. Públicos de Saúde/1.600.0000.000000 - SUS - Bloco de Manutenção.

CONTRATO Nº 035/2022 - FMS. Objeto: Prestação de serviços de Nutricionista. Firmado com a prestadora de serviço TÁSSIA TAVARES RIBEIRO, CPF Nº 054.117.511-44. Valor global de R\$ 28.973,15 (vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e quinze centavos). Vigência: 14/02/2022 à 31/12/2022. Dotação Orçamentária: 05.17.10.301.0090.2.031 - Manutenção da Equipe Multiprofissional; Elemento de Despesa: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; Fontes de Recurso: 1.500.1002.000000 - ASPS - Ações e Sv. Públicos de Saúde/1.600.0000.000000 - SUS - Bloco de Manutenção.

SANTA ROSA DO TOCANTINS**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022**

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará às 09hs:00min do dia 09 de março de 2022, sob as normas da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147/2014 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, realizar nas dependências da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Tocantins, sito à Praça Ana Thomaz Nunes, Nº 01, Centro, Procedimento Licitatório na Modalidade:

TOMADA DE PREÇOS nº 001/2022, PROCESSO 219/2022, CONTRATO DE REPASSE Nº 38960000043/2021. Operação Tocando em Frente, do tipo menor preço global. Visando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica com tratamento superficial duplo (TSD), com capa selante, incluindo a execução de meios-fios com sarjeta e sinalização viária (horizontal e vertical) em diversas ruas da zona urbana e no Distrito de Cangas Município de Santa Rosa do Tocantins.

O edital e seus respectivos anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal das 08h:00min às 12h:00min e das 12h:00min às 18h:00min, no endereço retro mencionado, e no site da prefeitura: www.santarosa.to.gov.br, maiores informações estarão disponíveis pelo telefone: (63) 3388-1143.

Santa Rosa do Tocantins - TO, 15 de fevereiro de 2022.

Marcelo da Silva Guimarães
Presidente da CPL

TOCANTINÓPOLIS**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022**

A Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, inscrita no CNPJ: 01.224.716/0001-35, com sede na Rua da Estrela, 303, Centro, CEP: 77.900-000, torna público que realizará, no dia 07 de março de 2022, às 09h00min licitação na modalidade Tomada de Preços, Empreitada, tipo: Menor Preço Global, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para implantação de sinalização horizontal e vertical no município de Tocantinópolis-TO, conforme Convênio 009/2020 da Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação do Estado do Tocantins.

Edital disponível no site <http://www.tocantinopolis.to.gov.br>, a partir do dia 18 de fevereiro de 2022 e na sede da Prefeitura à Rua da Estrela, 303, Centro, Tocantinópolis-TO; Local da abertura: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Tocantinópolis-TO, 16 de fevereiro de 2022.

Emivaldo da Silva Aguiar
Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022**

A Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, inscrita no CNPJ: 01.224.716/0001-35, com sede na Rua da Estrela, 303, Centro, CEP: 77.900-000, torna público que realizará, no dia 08 de março de 2022, às 09h00min licitação na modalidade Tomada de Preços, Empreitada, tipo: Menor Preço Global, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a construção de Campo de Futebol do Povoado Folha Grossa no Município de Tocantinópolis - TO, com recursos oriundos de transferência especial.

Edital disponível no site <http://www.tocantinopolis.to.gov.br>, a partir do dia 18 de fevereiro de 2022 e na sede da Prefeitura à Rua da Estrela, 303, Centro, Tocantinópolis-TO; Local da abertura: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis

Tocantinópolis-TO, 16 de fevereiro de 2022.

Emivaldo da Silva Aguiar
Presidente da CPL

PUBLICAÇÕES PARTICULARES**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Empresa Agropecuária Valente Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.095.172/0001-11, com sede na FAZENDA BUQUEIRÃO DO CEDRO, SN, ZONA RURAL, CEP: 77330-000, na cidade de ARRAIAS-TO, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, PEDIDO DE PORTARIA DE OUTORGA em cumprimento à Resolução Conama 237/1997 e Resolução COEMA nº 07/2005.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

ANTONIO CARLOS GOMES, inscrita no CPF: 078.005.148-38, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), as Licenças Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), para empreendimento de silvicultura do Lote 42, situado no município de Rio Sono - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 237/97 e COEMA 07/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa Cajuri Agronegócio e Empreendimentos LTDA, inscrita no CNPJ Nº 42.332.269/0001-15, torna público que requereu junto ao NATURATINS: As Licenças (Prévia, Instalação e Operação) para a atividade de Bovinocultura, na Fazenda Cajuri II, em Tupiratins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referente ao Licenciamento Ambiental deste tipo de atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

CARLOS HENRIQUE MACIEL MILHOMEM VIANNA e outros, CPF nº 022.146.651-70, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia; Licença de Instalação e Licença de Operação, para atividade de agricultura de sequeiro da Fazenda Tamburi, localizada no município de Paraíso do Tocantins/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 010/90 e COEMA nº 07/05, que dispõem sobre o Impacto Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Cassius Rodrigues de Abreu - CPF: 024.947.711-45, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) e Outorga de Água, para a Atividade de AGRICULTURA, com endereço, na Fazenda TRÊS IRMÃOS, matrículas, 172 e 266, Zona Rural, ABREULÂNDIA do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA/TO nº 07, de 9 de agosto de 2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem, conforme art. 26, *caput* da Lei Federal nº 8.666/93, resolve ratificar a inexigibilidade de licitação, referente ao Processo Administrativo nº 2021/000029 para a contratação da empresa BRK Ambiental Cia de Saneamento do Tocantins, CNPJ: 25.089.509/0001-83, visando a prestação de serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93. Contador João Gonçalves dos Santos,

Palmas-TO, 16 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

FERNANDO VESOHOSKI, CPF: 057.009.839-40, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, para a atividade de Bovinocultura e Agricultura, localizada na Fazenda Canaã, parte do Lote 152, Zona Rural do Município de Lagoa do Tocantins - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97, e COEMA nº 07/05, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Haroldo Ribeiro da Costa Júnior, inscrito no CPF Nº 012.764.073-86, torna público que requereu junto ao NATURATINS: As Licenças (Prévia, Instalação e Operação) para atividade Bovinocultura, na Fazenda Areia Preta I, II e IV no município de Campos Lindos-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referente ao Licenciamento Ambiental deste tipo de atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Helio Perini, inscrito no CPF: 037.402.421-91, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para exercer as atividades de Bovinocultura, na Fazenda Santo Antônio, no município de Dueré - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa IBITIUIVA INVESTIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 12.556.421/0001-82, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para exercer a atividade de Agricultura, na Fazenda Buriti, no município de Formoso do Araguaia-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa J P PINHEIRO MINERADORA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 22.780.538/0001-07, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Renovação da LICENÇA DE OPERAÇÃO para a atividade de mineração (Extração e Beneficiamento de Ouro) na Fazenda Tieta, Rodovia BR-010, KM 04, distrito de Príncipe, Zona Rural de Natividade - TO, (ANM nº 864.013/2017 - Permissão de Lavra Garimpeira). O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 01/86 e 10/90 e, COEMA 07/05, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Os Senhores João Batista Consentini Filho, portador do CPF nº 994.260.211-91, juntamente com Carlos Cardoso de Oliveira Filho, portador do CPF nº 006.578.571-14, tornam público que requereram ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Ambientais Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para atividade Agropecuária de Agricultura, localizada no imóvel rural denominado Fazenda Jataí do, situada no loteamento Três Barreiras, 2ª Etapa, município de Araguaçu/TO, sendo constituída da matrícula nº 4887. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA Nº 0001/86, 237/97 e COEMA Nº 07/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta Atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA NETO, inscrito no CPF: 016.136.691-00, torna público que requereu, junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia, de Instalação de Operação para as atividades Pecuária, na Faz. Água Branca no município de Peixe - TO. A ativ. se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97 e COEMA-TO nº 007/2005.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA NETO, inscrito no CPF: 016.136.691-00, torna público que requereu, junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia, Instalação de Operação para as atividades Pecuária, na Faz. Nova Esperança II no município de Peixe - TO. A ativ. se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/97 e COEMA-TO nº 007/2005.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Jonatha Marcel Bolzan, CPF: 053.496.769-89, torna público que requereu ao NATURATINS: O pedido de Licença Prévia, Instalação e Operação para atividade de Pecuária Extensiva, localizada na Fazenda Lotes 10A, 10B, 10C, 10D, 10E, 10F e Área Remanescente do Lote 10, Zona Rural, município de Miracema do Tocantins/TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referente ao Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa JOSÉ ANTONINO VALÉRIO EIRELI - ME, nome fantasia: SEIXO TOCANTINS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.126.550/0001-75, com sede na Fazenda Águas Lindas, Zona Rural, Município de Tupiratins - TO, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para a Atividade de extração de areia e seixo na localidade acima (Requerimento de Licenciamento Mineral na ANM - PS nº 864.701/2021). O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e COEMA-TO nº 07/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A pessoa física Marcílio Felipe De Holanda Cavalcanti, portadora do CPF: 320.331.414-20, torna público que requereu ao INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, o Licenciamento da atividade de pecuária, na Fazenda Piranhas, município de Arraias - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, Lei Municipal 1011/2011 e Decreto Municipal 244/2002, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Marco Campos Egidio, inscrito no CPF: 139.378.076-83, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para exercer as atividades de Bovinocultura, na Fazenda Rancho da Lauma X - Lote 50, no município de Araguaçu - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Marco Campos Egidio, inscrito no CPF: 139.378.076-83, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) para exercer as atividades de Bovinocultura, na Fazenda Rancho da Lauma X, no município de Araguaçu - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e COEMA nº 007/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa MC Agropecuária Ltda., CNPJ: 33.944.486/0001-75, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para a atividade de Bovinocultura (Pecuária Extensiva e Pecuária de Confinamento), com endereço na seguinte localidade: Agropecuária Nova Fronteira. Lotes nºs 13 e 25 do Loteamento Ponte Alta, Gleba 07, 1ª, 2ª e 4ª Etapa. Zona Rural, município/UF de Ponte Alta do Tocantins-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e Resolução COEMA nº 007/2005, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Michelli Medeiros Cabral Ribeiro, CPF nº 942.035.631-00, RG/TO nº 1.677.477, proprietária da Chácara Santa Rita I, Mat 1258, CCIR 951.099.562.173-9, torna público que REQUEREU junto ao NATURATINS, as Licenças LP, LI e LO e demais regularizações ambientais para atividade de BOVINOCULTURA, município de CARIRI DO TOCANTINS - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997, CONAMA nº 001/86 e COEMA nº 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta Atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

NELSON MASA HARU SAIJO, CPF: 079.741.688-97, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para a atividade Bovinocultura, com endereço na seguinte localidade: Fazenda Tupã. Zona Rural, município/UF de Taboão-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97 e Resolução COEMA nº 007/2005, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

R DO N MEDANHA, nome fantasia AUTO POSTO CIDADE, CNPJ nº 22.533.231/0001-01, torna público que requereu à Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Araguaína, para Renovação da Licença de Operação nº 2223-2019, localizado na Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Wanderlândia/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A pessoa física Rodrigo Schumacher, escrito no CPF nº 023.842.039-67, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a emissão da Licença Prévia (LP), Instalação (LI) e de operação (LO) para o empreendimento do grupo Agropecuário, atividade de Silvicultura, localizado na Fazenda Maria Aparecida, Lotes 3 e 4 - fusão, Loteamento Gerais, 1ª etapa, Zona Rural, município de Rio da Conceição - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Eu, ROGERIO RESENDE VIEIRA, CPF: 640.561.551-00 e ROBLEDO EURIPEDES VIEIRA DE RESENDE, CPF: 013.036.006-68, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licença Prévia (LP), para a atividade de BOVINOCULTURA com endereço nos imóveis: FAZENDA ARARAPIRA, localizada no município de NATIVIDADE-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 006/1986 e COEMA 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Rubens Ribeiro da Silva, CPF nº 663.274.071-53, RG/TO nº 1400.095, proprietário da Chácara Santa Rita II, Mat 1614, CCIR 951.110.963.518-6, torna público que REQUEREU junto ao NATURATINS, as Licenças LP, LI e LO e demais regularizações ambientais para atividade de BOVINOCULTURA, município de CARIRI DO TOCANTINS - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997, CONAMA nº 001/86 e COEMA nº 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta Atividade.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Tocantins, torna pública a licitação Modalidade Concorrência nº 22/01.0001 - CC, tipo Menor Preço Por Item, regida pela Resolução SESC 1252/12. A reunião acontecerá no dia 08/03/2022 às 09:00hs, na sede do SESC, sito na ACSU 40 (301 Norte) Av. Teotônio Segurado Palmas/TO. A licitação destina-se a fornecimento de Gêneros Alimentícios e Materiais Descartáveis para atender ao SESC/TO. O edital está disponível no Setor de Licitações e no site: www.sescto.com.br. Maiores nos telefones: (063) 3219-9113/9125.

Palmas/TO, 17 de fevereiro de 2022.

Adílio Rodrigues Ribeiro
Presidente da CPL

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

TIM S.A, inscrita no CNPJ: 02.421.421/0001-11, torna público que protocolou na NATURATINS, (Instituto Natureza do Tocantins), a Licença Ambiental de Operação para atividade de telecomunicações (site TOFDR001_4G-SAJTJ1), conforme enquadramento nº 4738/2022, data 15/02/2022, situado na RUA IPÊ, S/Nº (QUADRA 04, LOTE 18), ESQUINA COM AV. TOCANTINS - SETOR BEIRA RIO MUNICÍPIO: SANTA FÉ DO TOCANTINS - TO.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

TIM S.A, inscrita no CNPJ: 02.421.421/0001-11, torna público que protocolou na NATURATINS, (Instituto Natureza do Tocantins), a Licença Ambiental de Operação para atividade de telecomunicações (site TOMRL001_4G-MRLTJ1), conforme enquadramento nº 4692/2022, data 15/02/2022, situado na RUA TAURINO BEZERRA, S/Nº (LOTE 203), SETOR CAIXA D'ÁGUA - MAURILÂNDIA DO TOCANTINS (TO).

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Viva Mineração e Representações LTDA, inscrito no CNPJ nº 26.058.494/0001-59, torna público que requereu do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para a atividade de Pesquisa Mineral com Guia de Utilização para minério de ferro, manganês, ouro e cobre, em 3567,47 ha, localizada na Zona Rural de Sandolândia - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA Nº 07/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

Aura Almas Mineração S.A.
CNPJ nº 08.213.823/0001-07 - NIRE 17.300.009.423

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 26/01/2022

1. Data, Hora e Local: Em 26/01/2022, às 10h, na sede social da Aura Almas Mineração S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Tiradentes, s/nº, Lote 02, Quadra 02, Setor Aeroporto, Almas/TO, CEP: 77310-000. 2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 15, §3º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Glauber Rosa Luvizotto ("Presidente"), que convidou a Srª Simone Pereira Gonçalves para secretariá-lo ("Secretária"). 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a (i) renúncia de membro da Diretoria da Companhia, (ii) eleição de novo Diretor Presidente, e (iii) designação da função de Diretor de Operações ao a Diretor Presidente. 5. Deliberações: Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: i) aprovar a renúncia do Sr. Wilton Carlos Muricy Nunes Filho ao cargo de Diretor Presidente pelo; e ii) a eleição do Sr. João Luiz Amoroso Lima Calmon, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de minas, RG nº MG5-871.150 SSP/MG, CPF/ME nº 221.431.428-89, com endereço profissional em Almas/TO, na Avenida Tiradentes, s/nº, Lote 02, Quadra 02, Setor Aeroporto, CEP: 77.310-000, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia que passará a cumular, a partir dessa data, a função de Diretor de Operações, para um mandato até 16/06/2023, ou seja, até completar o prazo de mandato do Diretor ora renunciado O membro da Diretoria ora eleito declara, sob as penas da Lei, que não possui qualquer impedimento legal que obste a eleição e investidura no respectivo cargo e tomará posse mediante assinatura do Termo de Posse. 6. Encerramento e Lavratura de Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Gabriel Lima Catalani - Presidente; e Simone Pereira Gonçalves - Secretária. Conselheiros presentes: João Kleber dos Santos Cardoso, Rodrigo Cardoso Barbosa e Glauber Rosa Luvizotto. Confere com a original lavrada em livro próprio. Almas, 26/01/2022. Mesa: Glauber Rosa Luvizotto - Presidente, Simone Pereira Gonçalves - Secretária. JUCETINS nº 20220064660 em 15/02/2022. Protocolo 220064660 de 07/02/2022. Cleci Zancan Cassol - Secretária-Geral.

**TOCANTINS
NO COMBATE
AO AEDES**

**COM A OCORRÊNCIA
DE CHUVAS, OS
CASOS DE DENGUE
ESTÃO AUMENTANDO.**

**E VOCÊ,
VAI FICAR
AÍ PARADO?**

**UM MOSQUITO NÃO
PODE SER MAIS FORTE
QUE O TOCANTINS INTEIRO!**

SECRETARIA
DA SAÚDE

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO